

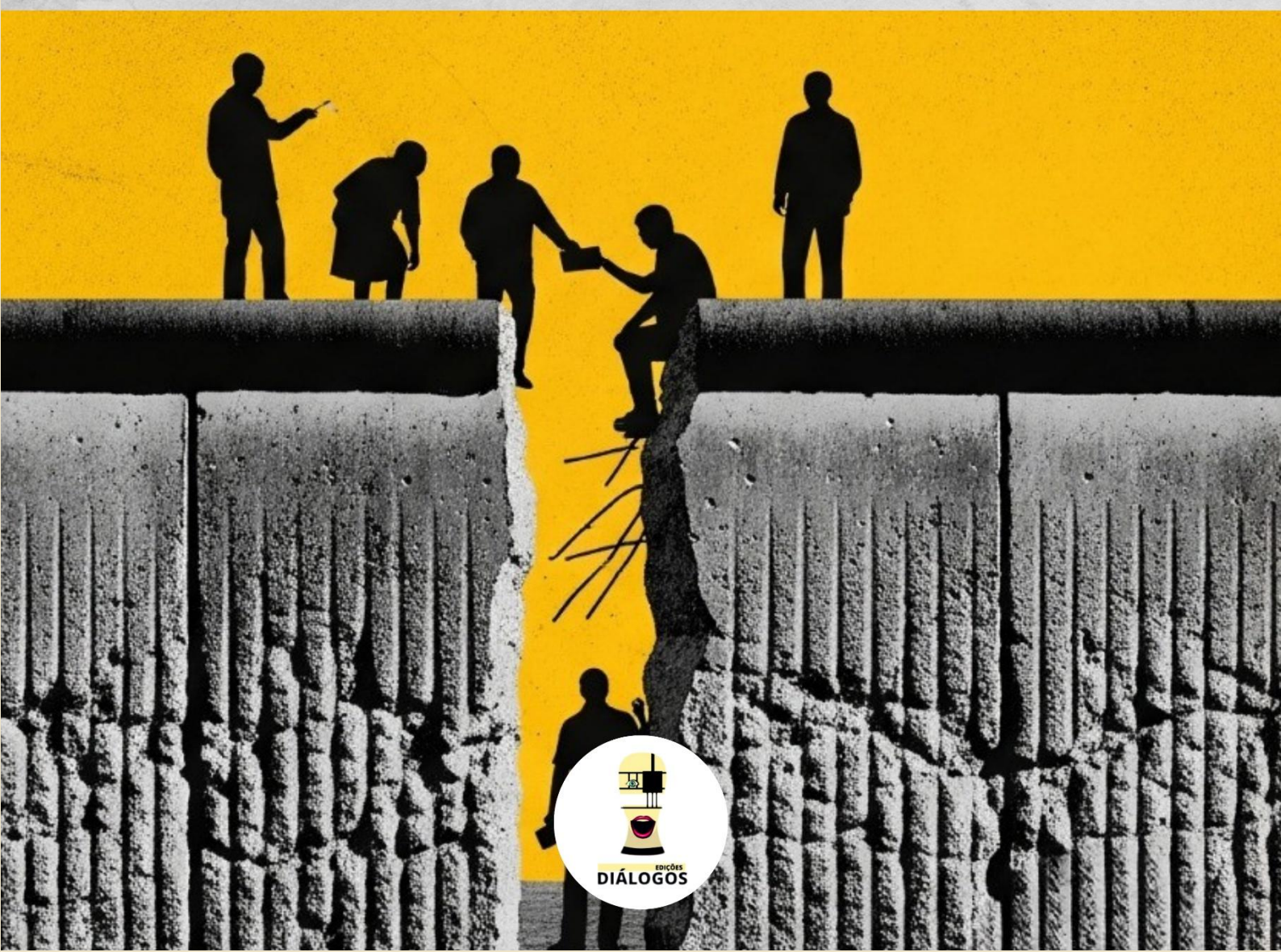
VOLUME
3

DEBATES SOBRE TEMPO PRESENTE E HISTÓRIA

ORGANIZADORES

DAVID A. CASTRO NETTO

ROGER D. COLACIOS



VOLUME

3 COLEÇÃO
ENSaios

DEBATES SOBRE TEMPO PRESENTE E HISTÓRIA



Maringá: Edições Diálogos, 2025



Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR
CEP: 87020-900
E-mail: editoradiálogos@uem.br

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)
Alexandre Fortes (UFFRJ)
Cláudia Viscardi (UFJF)
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)
Gilmar Arruda (UEL)
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenadora geral:

Neilaine Ramos Rocha (UEM)

Equipe:

Ailton Jose Morelli (UEM)
Alex Aparecido da Costa (UEM)
Davi A. S. Talizin (UEM)
Hudson Siqueira Amaro (UEM)
Jean Carlos Moreno (UEM)
Karla Maria da Silva (UEM)
Marcia R. de Oliveira Lupion (UEM)
Sezinando Luiz Menezes (UEM)

Copyright © 2025 para os organizadores

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, da editora ou dos organizadores/autores.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Os autores.

Normalização textual e de referências: Davi A. S. Talizin

Projeto gráfico/diagramação: Davi A. S. Talizin

Capa: Davi A. S. Talizin e Gustavo Henrique Sales

Tamanho da obra: 21x29,7 cm

Fonte: Bell MT

Publicação online: <https://dhi.uem.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355 Castro Netto, David A.; Colacios, Roger D.
[organizadores].
Debates sobre tempo presente e história. --
Maringá, PR : Edições Diálogos, 2025.

120 p. Il. PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN: 978-65-01-74418-6

1. História. 2. Tempo presente. 3.
Historiografia. I. Castro Netto, David A. II.
Colacios, Roger D. III. Título.

CDD 909.82

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Capítulo 01: “Europa Branca”: a continuidade do fascismo em publicações dos Ultras Sur.....	10
Capítulo 02: O nazismo na periferia: Presidente Bernardes, São Paulo, 1932 - 1945	22
Capítulo 03: Desafiando o interdito: a denúncia da violência da Ditadura Militar pela ação popular marxista-leninista (APML) nos anos de chumbo.....	30
Capítulo 04: “Para não parir mais um comunista”: memória e silenciamento das mulheres mães na Ditadura Militar (1964-1985).....	41
Capítulo 05: Ainda Estou Aqui: uma análise sobre os dispositivos de desaparecimento da ditadura brasileira retratados no longa-metragem de walter salles	52
Capítulo 06: Uma análise dos ciclos eleitorais de 2014 a 2022 no Brasil.....	64
Capítulo 07: Trajetória do Partido dos Trabalhadores de São João do Triunfo: religiosidade e política	74
Capítulo 08: Diálogos entre a História Oral e a História do Tempo Presente: o caso de mulheres maringaenses na Espanha e a migração de retorno.....	85
Capítulo 09: <i>Fé Corrompida</i> e a ausência de perspectiva no Tempo Presente ..	98
Capítulo 10: O uso do ijtiḥād no reviver islâmico saudita.....	107

APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos tiveram origem no evento XXIII Semana de História - História Regional: sujeitos, espaços e práticas, promovido pelo Departamento de História e pelo ProfHistória da Universidade Estadual de Maringá, entre os dias 27 e 29 de novembro de 2024. O foco do evento era possibilitar discussões que tivessem como eixo central problemáticas envolvendo a história regional e questões como identidade, suas relações com a história global, a diversidade social, a valorização do patrimônio e a sua vinculação ao ensino de História.

Como desdobramento das possibilidades que o evento propiciou, os atuais coordenadores do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (Labtempo), organizaram um Simpósio Temático. Este tinha como intento agregar os trabalhos que, como os leitores poderão observar, dialoga com a temática central da XXIII Semana de História.

É com grande satisfação que o Labtempo participa deste momento. Criado em 2002, pelos profs. Sidnei Munhoz, João Fábio Bertonha e Reginaldo Benedito Dias, desde então, o “lab” (como é carinhosamente chamado pelos alunos e alunas) vem cumprindo papel importante nos debates, cada vez mais plurais, que envolvem não apenas as temáticas do Tempo Presente, mas também suas questões teóricas, metodológicas e num universo em expansão das fontes documentais.

Em todos estes anos em funcionamento o Labtempo vem trabalhando numa perspectiva de refletir sobre o Tempo Presente. Tal reflexão diz respeito a uma tentativa de definição de sua temporalidade, ou seja, responder à pergunta: o que é Tempo Presente? E, ainda, na sua questão espacial, promovendo discussões que envolvem desde os recentes conflitos bélicos em várias partes do mundo, até àquelas referentes as eleições municipais no Brasil ou a questão ambiental. Demonstrando que o escopo do Tempo Presente é tão complexo quanto os demais. Como afirmou Pierre Nora, ver a história acontecendo sob nossos olhos não facilita muito o trabalho do historiador e da historiadora que se ocupam desta temática, já que o que “acontece ao vivo” também pode ser mediado, especialmente no contexto atual das redes digitais. Assim, o “ao vivo” também pode ser um recorte. Esse movimento é apenas um exemplo da complexidade dos estudos presentes nesta coletânea e demonstra uma dedicação dos pesquisadores e pesquisadoras que participaram do evento.

Os textos aqui reunidos são produtos de um processo que envolve a trajetória dos pesquisadores e pesquisadores que, sob diversos aspectos teóricos-metodológicos, se debruçam sobre as questões referentes aos problemas da História do Tempo Presente. O que chega até os leitores foram os debates realizados durante o evento e, finalmente, os textos encaminhados para comporem esta coletânea.

Abrindo este volume da coleção, o texto ““Europa branca”: a continuidade do Fascismo em publicações dos Ultras Sur” de autoria de Vítor Damasceno Oliveira e Pedro Carvalho Oliveira. Os autores propõem uma discussão sobre a relação entre política e futebol. No trabalho apresentam uma interessante análise sobre como as torcidas fascistas se apropriam do futebol, neste caso, o clube espanhol Real Madrid como maneira de mobilizar suas bases. Nesta mistura entre futebol, política e neofascismo, algumas figuras se tornam míticas, como o ditador Francisco Franco. Os autores apontam ainda para as relações entre política e fascismo em outros momentos, como o caso dos *skinheads* na Inglaterra, tornando o texto uma boa introdução ao tema.

O segundo capítulo “O nazismo na periferia: Presidente Bernardes, São Paulo, 1932 – 1945”, de autoria de Maria Fernanda Ronchi da continuidade ao tema do fascismo, agora refletindo sobre as formas pelas quais se consolidou em território brasileiro, a partir da experiência da cidade de Presidente Bernardes, localizada no interior do estado de São Paulo. Como a autora destaca, o NSDAP foi um órgão fundamental para organizar a expansão do partido nazista no mundo, o que levou a formação de diversos partidos nazistas na América Latina, tais como Chile, Argentina e Brasil. Nestes países, entre 3 e 4% da população alemã era filiada às sessões do partido. Chama atenção o trabalho da autora que investigou a expansão do partido para além dos centros urbanos mais tradicionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. O trabalho ainda ganha fôlego acadêmico, na medida em que a autora alia a reflexão teórica com a documentação recolhida no Dops, onde foi possível fazer um excelente reconhecimento de que eram aqueles filiados.

Ainda no campo do autoritarismo, mas agora com foco nas questões referentes à ditadura militar no Brasil, o terceiro capítulo, de autoria de Regina Célia Daefiol intitulado “Desafiando o interdito: a denúncia da violência da ditadura militar pela ação popular marxista-leninista (APML) nos anos de chumbo” a autora faz uma contribuição interessante ao debate a partir da publicação do chamado “Livro Negro da Ditadura Militar”, que, pioneiramente, nomeou os agentes do estado responsáveis pela tortura aos militantes políticos presos. O livro fez parte da

“Campanha Nacional de Luta pela Contra a Repressão”, lançada pelo jornal *Libertação*, que tinha o objetivo de mobilizar a população contra as sevícias cometidas pelo regime. Desta forma, o jornal pretendia romper o silêncio que vigorava, seja por adesão ou por censura na grande imprensa da época.

A ditadura militar ganha um outro viés, no quarto capítulo, a partir do trabalho ““Para não parir mais um comunista”: memória e silenciamento das mulheres mães na ditadura militar (1964-1985)”, as autoras Nayara Augusto Felizardo e Nicole Maria Babugia Pinto levantam uma discussão sobre o que podemos chamar de “vítimas indiretas” da repressão, as mães dos mortos, desaparecidos e presos políticos. Por meio da análise de uma documentação importante, tanto os relatos das mães recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade e os documentos produzidos pelo movimento Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, que se transformou no Movimento Custo de Vida ou Movimento Contra a Carestia, um dos maiores movimentos de resistência contra a ditadura. O texto ainda conta com uma análise importante sobre os relatos das mães coletados pela CNV, onde questões referentes a maternidade em contextos ditatoriais são discutidas.

Na esteira do sucesso do filme “Ainda estou aqui”, o quinto capítulo, de autoria de Luiz Fernando de Oliveira Rosseto e Pedro Henrique Howes da Silva, “Ainda estou aqui: uma análise sobre os dispositivos de desaparecimento da ditadura brasileira retratados no longa-metragem de Walter Salles”. A partir das reflexões de autores como Fábio Franco, a discussão visa compreender como atuavam os dispositivos desaparecedores, adicionando ao debate os conceitos de biopolítica, de Michel de Foucault e necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe, para ampliar a compreensão sobre como a ditadura militar tanto aperfeiçoou os mecanismos de repressão – como o caso da vala clandestina de Perus, descoberta em 1990 deixa evidente - como inovou com a criação do “desaparecido político”, uma espécie de figura espectral que, ao mesmo tempo, não está vivo, mas também não está morto.

O sexto capítulo, de autoria de Carla Fernanda Rosa, traz a análise de um tema caro ao LabTempo, as eleições. Intitulado “Uma análise dos ciclos eleitorais de 2014 a 2022 no Brasil”, a autora faz um levantamento importante sobre como as eleições de 2014 podem ser compreendidas, num certo sentido, dentro da singularidade do Brasil daquele momento. A autora apresenta a trajetória da mobilização política no país desde as chamadas “Jornadas de Junho”, em 2013 e os processos de radicalização que acirrou na sequência, em 2014. Segundo a autora, a polarização em 2014 se tornou mais densa com o passar no tempo, desgastando,

inclusive, os partidos políticos considerados tradicionais. Para dar solidez aos argumentos, a autora levanta um conjunto robusto de dados referentes a opinião pública, utilizando os dados produzidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP).

Ainda o campo da política, o sétimo capítulo “Trajetória do partido dos Trabalhadores de São João do Triunfo: religiosidade e política”, de autoria de Jeferson do Nascimento Machado e Leandro Brunello, também tratam de outro tema caro ao LabTempo, a história dos partidos políticos. Na pesquisa em tela, os autores apresentam as especificidades de São João do Triunfo, que, como apresentam, tem uma trajetória de governos de esquerda, a mais longa do estado Paraná. Os autores também refletem sobre as possíveis relações entre a religiosidade e a política a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores de São José do Triunfo

O oitavo capítulo, de autoria de Mariana Letícia Passos de Oliveira Martins, discute um tema de grande relevância, a imigração. Intitulado “Diálogos entre a história Oral e a história do tempo presente: o caso de mulheres maringenses na Espanha e a migração de retorno”, a pesquisadora faz uso da metodologia da História Oral ao entrevistar mulheres brasileiras que vivem Getafe, província de Madrid, em 2024. As entrevistadas viviam em Maringá antes de irem morar na Espanha. A pesquisa ajuda a refletir a respeito das redes de apoio e de outras características da corrente migratória entre 2000 e 2024. O trabalho ajuda a compreender como estas redes de apoio ajudam na inserção destas imigrantes na nova sociedade, com um apoio que vai desde a compreensão mais efetiva do idioma, até o acesso ao emprego ou uso do transporte público. Assim, o trabalho ajuda a compreender as motivações que favorecem os deslocamentos populacionais e as suas consequências no médio e longo prazo.

O nono capítulo, “Fé corrompida e a ausência de perspectiva no tempo presente”, de autoria de Pedro Marcelo Taroço de Araújo, levanta uma discussão pertinente ao tempo presente, as consequências do aquecimento global. Por meio da análise do filme “Fé corrompida” (2017) e de autores como István Mészáros, o autor procura compreender um dos sintomas do tempo presente: a sensação de isolamento e de desmobilização, gerando uma sensação de um futuro que não mais irá se realizar, pois não haverá tempo suficiente. O autor ainda levanta algumas questões morais que perpassam o filme, uma vez que o protagonista é um pastor protestante. Nestes termos, o filme também coloca a questão sobre como pode ser possível essa relação entre religião, moral e ação coletiva na defesa do planeta.

O décimo capítulo desta coletânea, “O uso do Ijtihad no reviver islâmico saudita”, de autoria de Luisa Pastorini de Castro, traz para os debates do grupo as questões referentes ao mundo árabe, em especial a *Shari’yah*, guia retirado a partir da leitura dos textos literais, se tornando um guia normativo do Islamismo.

Desta forma, desejamos que a leitura dos textos aqui reunidos possa, de alguma maneira, ajudar na compreensão das questões que tornam o tempo presente tão complexo. Também manifestamos nossos agradecimentos aos autores e autoras que enviaram trabalhos e estiveram conosco na XXIII Semana de História.

David A. Castro Netto (Coordenador do Labtempo)

Roger D. Colacios (Coordenador Adjunto do Labtempo)

“EUROPA BRANCA”: A CONTINUIDADE DO FASCISMO EM PUBLICAÇÕES DOS ULTRAS SUR

Vítor Damasceno Oliveira



Pedro Carvalho Oliveira



INTRODUÇÃO

O que estava claro para nós era que os bandeirões deveriam entrar em ação, pois gostávamos da ideia de utilizar bandeiras já que é um artigo de grande visibilidade, uma vez que estávamos buscando algo que impactasse o público e os jogadores, algo que convertesse o lado sul do estádio em um verdadeiro ‘inferno branco’.¹

As palavras acima compõem uma das várias edições do jornal *Así se hizo*, publicado pela torcida organizada *Ultras Sur*, do Real Madrid, desde meados dos anos 1980. O que podemos observar é a intenção dos torcedores em criar um cenário impactante, capaz de contribuir com o desempenho do time merengue e envolver outros espectadores presentes em partidas realizadas pela Copa da UEFA. Os *ultras* se referem a um “inferno branco”, o que para nós tem um duplo sentido. Primeiro, significa a vistosa presença dos torcedores de um clube cuja cor predominante em seu uniforme é a branca; portanto, seria possível ver de longe sua presença no estádio. Segundo, e mais importante para os fins deste capítulo, os torcedores expõem de forma entrelinhada seu tradicional racismo e suas ideias supremacistas.

A *Ultras Sur* é conhecida internacionalmente por seu alinhamento ao fascismo. Não obstante os registros de bandeiras com suásticas e outros símbolos nazistas em meio aos torcedores², o jornalista espanhol de pseudônimo Antonio Salas (2006) documentou de forma detalhada o envolvimento dos membros da torcida com o nazismo. Além disso, os *ultras* são tributários ao passado franquista espanhol, contexto do qual o Real Madrid se beneficiou significativamente. Francisco Franco, então ditador espanhol entre os anos de 1930 e 70, utilizou frequentemente a equipe madrilenha como propaganda de seu governo, numa constante luta contra a Catalunha e seus esforços em conquistar independência. A rivalidade com o Barcelona foi um dos espaços no qual Franco buscou estimular um sentimento nacionalista entre os espanhóis.

O ditador espanhol é apenas um dos símbolos adotados pela *Ultras Sur*, na composição de seu mosaico nazista. Surgida no afluxo dos acontecimentos que antecederam a queda da União Soviética, a organização testemunhou e foi influenciada por um contexto no qual dúvidas quanto ao que, de fato, poderia ser uma forma de governo adequada naquele momento foram geradas. Se o socialismo e, de forma generalizada, a esquerda havia fracassado, segundo a retórica liberal predominante, muitos acreditaram que a solução estava no outro extremo,

¹ ASÍ se Hizo. “Um dia que pasara a la historia”. 2003, p. 04.

² COSTA, Rafael. “Com ingrediente político, Real e Bilbao disputam final da Supercopa”. **Metrópoles**, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/esportes/futebol/com-ingrediente-politico-real-e-bilbao-disputam-a-final-da-supercopa>.

em plataformas conservadoras, ultranacionalistas, alinhadas a ideias declaradamente fascistas, muito embora desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, esta forma de governo tenha sido duramente reprovada.

É neste momento, impulsionado pela chegada da internet ao meio doméstico, abandonando sua condição de instrumento militar que ocupara durante a Guerra Fria (Maynard, 2011, p. 31), que crescem movimentos de extrema-direita combinando interesses de partidos políticos deste seguimento, aos de grupos skinheads com ideais nacional-socialistas, algo que já permeava esta subcultura desde o final dos anos 1970. Avessos à esquerda, políticos empenhavam-se em campanhas que tentavam mostrar aos seus eleitores em potencial um caminho conservador, que, ao contrário do socialismo, seria supostamente mais forte. A *Ultras Sur* está envolvida pelas tramas deste processo.

A proposta deste exame é conhecer os discursos fascistas da *Ultras Sur* localizando-o, em primeiro lugar, nessa complexa etapa de transformação da extrema-direita para ganhar força no limiar do século XXI e, em segundo lugar, as singularidades de um fascismo moderno. O futebol, como veremos, é algo fundamental entre os skinheads, sejam eles neonazistas ou não (MARSHALL, 1993, p. 13-15). A torcida organizada é um espaço de energização das emoções, visando não apenas a manifestação de um discurso político, mas a busca por sujeitos apaixonados pelo time que podem se tornar alvo da aderência da visão de mundo fascista.

Nossa fonte documental privilegiada será o jornal *Así se Hizo*, produzido pela própria torcida e por seus simpatizantes para comentar as atuações do Real Madrid, narrar os episódios de apoio da *Ultras Sur*, fazer crônicas de viagens e situações envolvendo jogos e torneios, mas também para difundir ideias fascistas. Portanto, trata-se de uma rica documentação que nos servirá como aporte para investigar os fascismos em contextos mais distantes dos quais se apresentaram como novidades políticas.

A torcida organizada *Ultras Sur* foi formada em Madrid, capital da Espanha, no ano de 1980. É, até hoje, uma das mais reconhecidas organizadas do Real Madrid Club de Fútbol. Desde seus princípios, era um grupo formado majoritariamente por jovens aficionados por futebol e de comportamento extremista. Ao longo de sua história, foram inúmeros os episódios de violência envolvendo seus membros. Um dos mais emblemáticos ocorreu em 1998, durante a Liga dos Campeões da Europa, quando, em pleno estádio Santiago Bernabeu, casa do Real Madrid, o comportamento agressivo dos ultras se converteu em severas penas ao time

madrilenho.³ Consequentemente, os Ultras Sur seguiam aspectos comuns entre os grupos de ultras: “excitação e prazer emocional, masculinidade exacerbada, identificação territorial, gerenciamento de reputação individual ou coletiva, senso de solidariedade e pertencimento, e representação de soberania e autonomia” (Spaaji, 2008 apud Flores, 2019).

Não obstante a truculência de seus membros contra torcedores de clubes rivais, foram comuns, ao longo das últimas décadas, os ataques de ultras a imigrantes, inimigos políticos e a qualquer sujeito que não se encaixe no perfil ideal adotado pelo nazismo. Não é estranho encontrar em suas fileiras, nos dias de jogos, bandeiras e símbolos que fazem alusão ao nazismo, como a cruz celta e a totenkopf, emblema de uma das divisões da Waffen-SS nazista. Trata-se, portanto, de uma torcida organizada com claros vínculos políticos e que leva uma série de disputas ideológicas às arquibancadas, que não estão imunes às disputas por poder.

Em 2006, foi publicado no Brasil o livro “Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista”, de Antonio Salas (pseudônimo de um jornalista que, temendo represálias, preferiu esconder sua verdadeira identidade). O livro é um detalhado relato investigativo, resultado da infiltração de Salas entre os ultras durante anos. Naquela experiência, Salas destacou como a torcida organizada se tornou uma espécie de braço da extrema-direita política espanhola, agindo entre os mais jovens e perpetuando a associação do Real Madrid com a ditadura de Francisco Franco. Além disso, Salas expõe a estranha relação dos torcedores com o clube, que lhes permitia acesso livre a setores reservados dentro da instituição.

Boa parte destes torcedores, nos mostra Salas (2006), são skinheads militantes de organizações neonazistas e circulam em grupos que interligam a militância espanhola com outras de todo o mundo. Oliveira (2018) confirma o fato de que é comum entre os integrantes da Ultra Sur a preferência política pela extrema-direita, com ênfase no nazismo. Para além das exhibições de bandeiras e das ações violentas nas ruas contra todos os sujeitos condenados pelos fascismos a serem eternos inimigos – bem como alguns novos, incorporados por neofascistas –, o panfleto *Así se Hizo* tem registrado a forma de pensar da organização ao longo dos anos.

Entendendo que os *ultras* madrilenhos dão continuidade a uma visão de mundo responsável por violentos traumas transcorridos no século passado, nossa análise se erigirá sobre o campo da História do Tempo Presente. Trata-se de uma área da história voltada a compreender a permanência dos grandes traumas coletivos do século XX e os impactos que

³ TORRES, Diego; GALAZ, Mabel. “Los 'ultras sur' derriban una portería y provocan un retraso de 75 minutos”. *El País*, 01 abr. 1998. Disponível em <https://elpais.com/diario/1998/04/02/deportes/891468003_850215.html>

eles ainda causam nas sociedades contemporâneas (Rousso, 2016). É um instrumento para conhecermos o presente enquanto intersecção entre o nosso tempo e a longa duração, espaço temporal dotado de características próprias, mas profundamente afetado pelo passado recente (Dosse, 2012). Portanto, um campo da história que exige uma presença dos historiadores atuando como peritos para reconhecer e contribuir com a discussões em torno de traumas tão permanentes (Bédarida, 2006).

Há casos recentes da presença do fascismo no futebol, como o episódio envolvendo a torcida da Lazio (Itália), equipe reconhecida por seu histórico vínculo com o fascismo italiano, em 2021, com cantos e saudações fascistas.⁴ Algum tempo antes, o próprio Real Madrid foi punido por manifestações nazistas que partiram de sua torcida (Salas, 2006). A propósito, ocorreu de o Presidente do clube (Ramon Mendoza) declarar em entrevista para revista “Nel Fondo Hay Lugar” número 15 em 1997 (revista pertencente à organizada) que seria um Ultras Sur se tivesse 20 anos (Salas, 2006). A relação do Real Madrid com regimes autoritários não é nova: serviu, como já vimos, de clube propaganda para o governo de Francisco Franco, apoiado pela Alemanha nazista (Lowles; Silver, 1998). Portanto, o futebol, como espaço de sociabilização, tem acompanhado o desenvolvimento e a renovação dos fascismos em nosso tempo.

Os skinheads neonazistas, emergentes na Europa do início dos anos 1980, eram, como boa parte da classe operária britânica, onde se originaram, apaixonados pelo futebol. Muitos deles já eram chamados pela imprensa britânica de *hooligans*, em referência às brigas de rua que protagonizavam com outras torcidas. Desta forma, um esporte de grande relevância internacional e que, por esta razão, é capaz de expressar em seu entorno e de refletir problemas sociais, é um vasto território para a compreensão do comportamento humano na contemporaneidade (Marshall, 1993).

Podemos observar como o fascismo se manifesta em diferentes formas na sociedade. O futebol é um destes meios. Os Ultras Sur, torcida organizada neonazista do Real Madrid, tem uma impactante ação não apenas na Espanha, mas em toda a Europa. Suas viagens com o time durante importantes torneios como a Champions League ou competições nacionais são formas por meio das quais a torcida se espalha, difundindo o que pensam e interligando com o que sentem como torcedores de um clube.

⁴ TV Cultura. “Músicas e saudações fascistas da torcida da Lazio geram protestos na Itália”. **TV Cultura-UOL**, 21 out. 2021. Disponível em <https://cultura.uol.com.br/esporte/noticias/2021/10/21/1801_musicas-e-saudacoes-fascistas-da-torcida-da-lazio-geram-protestos-na-italia.html>

Mas, primeiro, o que são exatamente os Ultras Sur? De acordo com o livro de Antonio Salas “Diário de um skinhead” (2006), a origem da torcida neonazista ocorre no final dos anos 1970, quando um grupo de jovens dotado de uma visão diferente sobre o futebol se junta à torcida As Bandeiras. Ao final da temporada 1981-82, a Copa do Rei seria decidida entre Sporting de Gijón e Real Madrid. Com isso, esses jovens que ainda faziam parte da torcida organizada As Bandeiras, participaram de um violento confronto contra a torcida dos Fundo Sur, do Sporting de Gijón. Eles foram expulsos da torcida organizada madrilenha e, então, na apresentação do elenco para a temporada 1982-1983, se apresentaram pela primeira vez nas arquibancadas como a Ultras Sur, liderados por Antônio Guerrero. Portanto, a Ultras Sur surge de uma ruptura entre torcedores.

A ideia principal era conseguir rapidamente destaque nacional. Então, na mesma temporada, os Ultras buscaram formas de demonstrar seu ódio e agressividade. Durante a final da Copa do Rei em Saragoça, disputada por Barcelona e Real Madrid, os Ultras agrediram torcedores catalães desde a Praça do Pilar até o estádio, além de agredirem-nos depois do jogo. Ao final da temporada, diversos integrantes da torcida tiveram que responder à Comissão de Disciplina do clube madrilenho, principalmente pelos atos em Saragoça.

Apesar disso, os Ultras Sur continuaram com suas agressões. Em Alicante, ocorreu a agressão contra torcedores do Barcelona em um bar por estarem cantando o hino do clube catalão. Além disso, os Ultras quebraram toda a estrutura do bar. Na temporada 1986-87, eles causam impacto nacional e internacional após agredirem torcedores do Estudiantes em uma partida de basquete e participarem de uma briga generalizada contra torcedores do Valladolid no Estádio José Zorrilla. Os protestos começaram a aparecer contra os Ultras Sur, tanto que, no mesmo ano, ocorreu na Espanha um amistoso entre Espanha x Inglaterra, e mesmo com uma reforçada segurança, três britânicos saíram apunhalados.

As agressões e demonstração de ódio foram recorrentes até o Real Madrid começar a limitar as ações do grupo. Mesmo assim, agressões e esfaqueamentos são recorrentes em jogos dos Ultras Sur neste século. Estes faziam questão de mostrar sua presença por meio de mosaicos, colocando o Real Madrid em posição de soberania esportiva. Um exemplo é um mosaico feito contra o Atlético de Madrid que colocava o escudo do Real Madrid como escudo do Gandalf, personagem do livro “O Senhor dos Anéis”, sobre a Europa, com a frase “um escudo para dominar a todos”, enquanto o Gollum, outro personagem do mesmo livro (asqueroso e ameaçador) representava o Atlético de Madrid, representando não apenas a rivalidade, mas a dicotomia.

A forma de espalhar ódio e violência acionada pelos Ultras é um artifício próprio ao neonazismo que a torcida usa contra os rivais. Porém, por que o fascismo atravessa as torcidas de futebol? No caso da Espanha, temos um contexto singular: o país viveu 36 anos sob a ditadura de Francisco Franco. Apesar de haver uma extensa discussão sobre o governo franquista ser ou não um regime fascista, Franco tinha amigáveis relações com a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler (que, inclusive, apoiou a tomada de poder por Franco na Guerra Civil Espanhola). Franco liberou voluntários para ajudarem os nazistas na Segunda Guerra Mundial, além de compactuar com ideias autoritárias. Com isso, facilitou o crescimento da ideologia fascista na Espanha e, claro, suas ações teriam um forte impacto no futebol nacional. A Espanha precisava se mostrar forte para o mundo, e uma das formas dessa demonstração de poder, foi o futebol (Flores, 2019).

No livro “A dança dos deuses” de Hilário Franco Júnior (2007), o autor nos diz que o futebol se misturou não só com a influência ideológica fascista do governo de Franco, mas com um histórico problema que ainda vivia sobre a Espanha. Hilário afirma que “as raízes históricas de Castela (região que hoje se localiza Madrid) e Catalunha remontam à Idade Média, o futebol apenas lhe ofereceu uma via moderna e ampla de expressão” (2007, p. 104).

Desta forma, são duas regiões com culturas diferentes, com línguas diferentes e que durante o governo de Franco retornam com a política autoritária de unificação da língua espanhola, onde todos falariam apenas o castelhano. O futebol foi um dos pontos de maior impacto dessa política franquista. As arquibancadas do futebol são uma forma de o povo externalizar sentimentos: cantar, apoiar o clube, também é uma forma de expressar a paixão e a torcida pela competição. Quando um contexto histórico do passado é acionado, o futebol e tudo que o envolve exprime sua relação intrínseca com a realidade externa ao estádio. E o “El Clássico”, Barcelona x Real Madrid, é significativo para pensarmos como as ações sociais de Franco refletiram no futebol.

Franquistas mataram o presidente do Barcelona que se aliava com a esquerda espanhola, Josep Sunyol, responsável por evocar o nacionalismo catalão entre os próprios torcedores do Barcelona. Após a tomada de poder por Franco, a ideia era tornar a língua castelhana uma só. Isso atingiu o *Fútbol Club Barcelona*, cujo nome tem origem catalã, passando a se chamar *Club de Fútbol Barcelona*, um nome de língua castelhana. O mesmo acontece com os *Athletic* (Bilbao e de Madrid) passando a virar Atlético. O Barcelona, juntamente com outros clubes espanhóis, viria a se tornar um cooptado pelo franquismo por meio de benefícios estruturais, como a criação do *Camp Nou* em 1957. Porém, a torcida catalã via no Barcelona

durante os jogos uma forma de demonstrar sua cultura e sua língua, repletos de cantos catalães (Franco JR 2007).

Mas então, por que o Real Madrid viria a ter uma torcida neonazista tão grande como a Ultras Sur? A resposta a esta pergunta emerge quando pensamos em todo esse processo histórico. Em 1939, Antonio Gutierrez, então presidente do clube, foi morto pelos franquistas na Guerra Civil por ser declaradamente comunista. Para Franco Jr. (2007), o que levaria o Real Madrid a se tornar parte da propaganda esportiva de Franco foram quatro fatores. O primeiro, reside no fato de que Franco queria um time da capital para fazer propaganda para o governo, e mesmo com a recusa do Real, o Athletic Club de Madrid aceitou, tornando-se Athletic Aviación Club e recebendo benefícios do governo. Em 1947, Franco não queria mais uma direta associação a um time de futebol, encerrando a parceria.

O segundo fator foi o Real Madrid ter duas características que Franco buscava impor em seu governo. A origem castelhana (já que Athletic vinha do Athletic de Bilbao) e o “Real” no nome, recebido pelo time merengue em 1920 pela própria coroa espanhola. Por ser contra a república, um time de característica Real seria importante para espalhar seus ideais. Em terceiro lugar, o surgimento de torneios europeus foi importante para isto. Isolados do mundo, “o Real era para o governo a melhor forma de espalhar para o mundo a nossa popularidade além das fronteiras”, dizia o embaixador da Espanha na Itália durante os anos 50 (FRANCO JR, 2007). Com isso, vêm os 5 títulos de 1955-1960 da Taça dos Campeões Europeus (futura Champions League).

Por fim, Alfredo Di Stéfano, ídolo merengue, foi o grande pilar dessa hegemonia europeia. Após uma negociação com o Barcelona, Franco interrompeu os planos do time catalão de contratar Stéfano, oferecendo uma proposta de que Stéfano jogasse um ano no Barcelona e outro no Real. Frustrados com a intervenção, o Barcelona recusou a proposta e Di Stéfano foi ao Real Madrid.

A força do Real Madrid em sua associação com a ditadura não se encerrou por aí. Ex-jogador e futuro presidente do clube, Santiago Bernabéu se dizia apolítico; porém, Bernabéu lutou na Guerra Civil Espanhola do lado dos franquistas. O estádio do Real Madrid, que levaria seu nome, foi desenvolvido pelo arquiteto que encomendou o projeto do Valle de los Caídos. Além disso, durante sua presidência, o Real Madrid venceu 16 Campeonatos Espanhóis, 6 Copas da Espanha e 6 Taça dos Campeões da Europa, sob suspeita de escândalos de arbitragem. O regime de Franco acabaria em 1975, com a morte do próprio ditador. Porém, o futebol que por anos foi influenciado pelo governo não deixaria de repercutir esta influência tão cedo.

A rivalidade entre torcidas é outro lugar para o exame do comportamento neonazista no futebol, pois nem sempre as brigas se limitam às diferenças clubistas. Contudo, é curioso observarmos como mesmo compartilhando de uma mesma ideologia, torcidas neonazistas entram em conflito entre si. Um *derby* entre Real Madrid e Atlético de Madrid ou um *El Clássico* contra o Barcelona, pode facilmente se tornar palco para manifestações neonazistas. Ao mesmo tempo, vemos situações curiosas: a Frente Atlético e a Boixos Nois, respectivamente torcidas neonazistas de Atlético e Barcelona, ambas neonazistas, possuem retrospectos de violentas brigas alimentadas pelas rivalidades entre clubes. Ao mesmo tempo, torcidas neonazistas se unem a outras por razões que transcendem a ideologia: as Brigadas Alvicelestes, do Real Espanyol, é a maior aliada dos Ultras Sur. A explicação não vem apenas da aproximação ideológica: o Espanyol é o rival catalão do Barcelona. Ao mesmo tempo, os Ultras entendem que o Espanyol não é como “os separatistas e independentes” que torcem para o rival Barcelona. Assim: “enquanto em outras culturas *hooligan*, os confrontos entre os ultras são apenas um lazer, geralmente organizado e com regras preestabelecidas, nas ruas espanholas eles são espontâneos” (FLORES,2019).

Vemos, portanto, como as alianças são importantes nestas tramas. Além de buscar associações com outras torcidas, os Ultras Sur intensificavam sua popularização entrevistando jogadores do Real Madrid. O mais renomado deles foi Raúl, repercutindo na relevância da organizada entre os torcedores. Normalmente, as perguntas feitas pelos entrevistadores giram em torno de como eles começaram no futebol, comentários sobre os ultras do time em que jogaram anteriormente e como eles esperavam ser acolhidos pelos Ultras Sur merengues. Geralmente, as respostas das duas últimas perguntas são similares: “espero ser acolhido”.

Essa forma de chegar aos jogadores foi proibida pelo Real Madrid, e os Ultras começaram a publicar em seu jornal críticas a como sua imagem era espalhada pela mídia jornalística, o que influenciava também como eles eram vistos pelo Real Madrid. Tratam o jornalismo como um instrumento de falso moralismo, se colocando como injustiçados pelo sistema da mídia, que ignoram os “verdadeiros inimigos”. Isso nos leva a outra análise de como eles enxergam determinados valores. O Real Madrid, desde do início do século XXI, está mudando suas formas de montar a equipe, apostando em jovens promessas provenientes de outros países – comumente pobres. Essa forma de montar um elenco não agrada a torcida, que diz não se identificar com o elenco que vê em campo, não se sente representada por quem veste a camisa do Real Madrid.

Eles têm esse sentimento de respeito dos seus valores por um motivo importante: a ideia de serem o Real Madrid. Em suas cartas eles afirmam, como o amor que eles levam para

a arquibancada são o motivo do Real Madrid “existir”. Ao fazer propaganda para se tornar um Ultra Sur, é repetido como se tornará “o verdadeiro Real”. Esse fanatismo que eles levam para as arquibancadas, e claro, levando também o ódio também, é o principal motivo que eles usam para atrair novos membros.

Os Ultras assim se comportam por se considerarem "diferentes". Afirmam que eles são o corpo e a alma do clube, que eles não são os torcedores casuais que ficam sentados quando o time está perdendo e que isso os distingue. Declaram fazer tudo “por nós”, com a ideia de mostrar porque eles são a maior torcida entre os ultras de todo o mundo. Repetem constantemente o quanto eles não desistem do Real Madrid e como eles são "o clube". Além disso, o sentimento de ser um ultra está diretamente associado à lealdade, não só pelo clube, mas com os integrantes da torcida, de maneira fraterna. O senso de pertencimento a um grupo de mesma identidade é motivo de glorificação pelos membros. (Flores, 2019)

No livro do Salas (2006), o autor nos apresenta como a ideia de ser "diferente" é muito comum entre os nazistas. Se posicionam no sentido de não serem iguais à "escória social", transmitindo um sentimento de orgulho. Isto é transposto ao estádio: há um forte sentimento de orgulho por pertencer ao Real Madrid e subjugar o que for diferente do Real Madrid. Futebol é um esporte de massas. As ideologias atingem as massas, e a forma como os Ultras demonstram esse ódio próprio à ideologia nazista por outro clube está relacionada à forma como eles se enxergam: "especiais", "diferentes", "únicos". É por eles, segundo argumentam, que o Real Madrid existe; o fanatismo deles, de acordo com sua retórica, mantém o Real Madrid vivo por cada minuto em jogo.

CONCLUSÃO

Os processos humanos se desenvolvem sem romper completamente com suas raízes, com seus pontos de partida. É necessário termos isso em vista para compreendermos que não há repetição na história, mas a continuidade de processos metamorfoseados pela ação humana. Embora a ditadura nazista da Alemanha tenha se encerrado, assim como a ditadura de Francisco Franco na Espanha, devemos nos perguntar: o que ficou daquilo? Um trauma tão grande não se esvai da noite para o dia, com a queda de um regime político ou coisa que o valha. Permanece nas sociedades e se transforma, sendo retomado ou não. Aí reside a maior importância da História do Tempo Presente hoje: percebermos como conhecer algo a fundo é essencial para termos dimensão do que representa.

Uma representação do passado produzida no presente diz mais sobre o presente do que sobre o passado que se deseja representar. Esse é um consenso defendido por boa parte dos

historiadores, sobretudo aqueles que se debruçam sobre este campo do conhecimento denominado História do Tempo Presente. Esse não é, ao contrário do que podem pensar os leitores, um recorte temporal posterior à história contemporânea, usado para circunscrever os desenlaces de processos humanos mais recentes. Embora também se ocupe disso, o referido campo atua, como dito pelo célebre François Dosse (2009), na intersecção entre o presente e a longa duração. Tendo isso no horizonte, o historiador do tempo presente sabe que os processos novos, aparentemente inéditos, têm profunda conexão não apenas com um passado mais remoto, mas também com outro mais recente.

É assim que o nazismo defendido pela Ultra Sur precisa ser sublinhado: não como uma repetição, mas como uma continuidade. Como tudo que se prolonga, ganha novas aparências e formas de agir, até mesmo cenários nos quais pode emergir. As arquibancadas de estádios de futebol é um deles e, no caso do nosso objeto, um espaço de grande importância para criar este canal por meio do qual o passado chega ao nosso tempo. O futebol e a política se misturam por todo fio da história. O Real Madrid é apenas um dos exemplos dentre tantos outros ao redor do mundo (como o Schalke 04 da Alemanha nazista e o Benfica de Portugal salazarista). O futebol é interligado com a sociedade, são massas que compartilham de um mesmo sentimento quando estão na torcida por um clube ou pelo seu país. No final, futebol e política formam uma ligação que é forte, onde cada partida não é um simples jogo.

Os jovens neonazistas que entraram na torcida organizada “As Bandeiras” no final dos anos 1970 estavam ainda envolvidos pelo regime franquista. Os Ultras Sur são, em certa medida, uma continuidade disto. Os Ultras Sur são fruto de um período em que o futebol era máquina de um Estado autoritário. O futebol não está apartado da ideologia política e das formas de comportamento social. O sentimento de identificação com quem veste o mesmo uniforme do seu time de coração, possui semelhanças com o sentimento de identificação política e, no caso do nazismo, isso nos chama a atenção particularmente. Política e futebol são inseparáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Editora FGV, 2016.

SALAS, Antonio. **Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista**. Editora Planeta do Brasil, 2006.

JÚNIOR, Hilário Franco **A dança dos deuses : futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia Das Letras, Cop, 2007.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **O Som do Ódio**. Editora CRV, 2018.

SANT'ANA, Luiz Carlos Ribeiro de. **O futebol na Espanha Franquista (1936-1975): algumas considerações**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2012.

GARCEZ, Francisco Thiago Calvacante; MARTINS, Laura Hemilly Campos. Entre o fascismo e o antifascismo: **Repercussões sociopolíticas no universo futebolístico**. Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2021.

FLORES, Theo Lucas Santos. **Suásticas nas Arquibancadas: O Caso dos Ultras Neonazistas na Espanha**. Universidade de Brasília (UnB),

O NAZISMO NA PERIFERIA: PRESIDENTE BERNARDES, SÃO PAULO, 1932 - 1945

Maria Fernanda Ronchi Durante



O fascismo teve a sua primeira manifestação nos anos 1920 na Itália e, na década seguinte, na Alemanha. Contudo, ele não se limitou às fronteiras europeias. Segundo Rafael Athaides e João Fábio Bertonha (2021), em *O Nazismo e as comunidades alemãs no exterior*, o regime fascista italiano e nazista procuraram se expandir para o exterior tanto pelo imperialismo tradicional como pela sua difusão entre seus emigrantes e descendentes.

Nesse sentido, Athaides e Bertonha (2021) colocam que, para o imperialismo alemão, os alemães presentes no exterior tinham um papel fundamental, por serem uma justificativa para a conquista de territórios e para a expansão da influência geopolítica alemã. Nesse contexto, o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) contava com um órgão central para o nazismo no exterior, a *Auslandsabteilung der Reichsleitung der NSDAP* (Secretaria do Exterior NSDAP), fundada em 1931 e liderada por Hans Heinrich Nieland, a qual dividiu o globo em subseções para a divulgação da ideologia nazista. Após o fim da *Auslandsabteilung der Reichsleitung der NSDAP*, foi criado outro órgão dedicado a atuação no exterior dentro do NSDAP, chamado *Auslandsorganisation der NSDAP* (AO). Este passou a ser mais relevante para essa questão para o partido.

Athaides e Bertonha (2021) apresentam que essa expansão se refletiu na América Latina, totalizando 7.602 membros, do partido, com destaque para Chile, Argentina e Brasil. Nesse último país, havia 2.903 filiados, a maior quantidade de membros no mundo, representando de 3 a 4% de alemães e descendentes filiados ao NSDAP. Apesar de a América Latina não estar nas prioridades do NSDAP e de sua política externa, havia uma grande quantidade de descendentes alemães e a região tinha importância comercial do continente para Berlim.

No Brasil, a pesquisa sobre o nazismo se desenvolveu a respeito de temas como as seções do Partido Nazista, as relações com os integralistas, as forças políticas, os laços do país com a Alemanha durante a Segunda Guerra e, após 1945, a fuga de nazistas.

A pesquisa a respeito do nazismo no Brasil possui um olhar único, por ser o país com o maior número de filiados da NSDAP no mundo. Dessa forma, a historiadora Ana Maria Dietrich (2001) em *Caça às Suásticas*, afirma que enquanto o Brasil estava sob regime de Getúlio Vargas, Brasil e a Alemanha se aproximaram do ponto de vista político, econômico e diplomático. Segundo a autora, o alinhamento político se deu com o fato do interesse alemão de se aproximar militarmente e incluir o Brasil no Eixo, além do Brasil ter recebido uma quantia significativa de imigrantes alemães no decorrer do século XIX e XX, e nisso a presença de colônias alemãs no país.

Após 1938, Dietrich (2001) afirma que Vargas adotou uma política nacionalista que prejudicou as relações entre Brasil e Alemanha. A autora afirma que, nos anos 1940, a Alemanha tentou se reaproximar do governo brasileiro mesmo com o choque de nacionalismos, porém o Brasil foi pressionado pelos americanos a rejeitarem essa aproximação. Diante desse contexto, Dietrich (2001) analisou os documentos policiais varguistas que, segundo ela, indicam o funcionamento do Partido Nazista desde 1928; contudo, somente em 1931 foi nomeada a primeira diretoria oficial, com Otto Braun como tesoureiro do partido. Dietrich (2001) afirma que a repressão ao partido teria começado em 1938, em um primeiro momento, essa repressão teria ocorrido pelo projeto nacionalista de Vargas, somente como vigilância, e, a partir de 1942 pela entrada do Brasil na guerra contra o Eixo, o que levou os alemães em São Paulo e do Brasil como um todo a serem vistos como suspeitos.

Em um âmbito estadual, Rafael Athaides (2011) publicou uma obra nomeado *O Partido Nazista no Paraná*, escrevendo um estudo que aborda o NSDAP no estado do Paraná. Athaides utiliza um recorte mais focado no período anterior à entrada do governo brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Sua pesquisa é particularmente interessante para esse projeto por se tratar de um estudo regional, como o que estou desenvolvendo.

Já os professores Ângelo Priori e Peter Mainka (2017) dissertam sobre o nazismo no exterior com o foco voltado ao municipal, no estudo sobre Rolândia, no norte do Paraná. No seu livro, os autores exploram questões como os conflitos entre alemães e judeus, a colonização do território e a trajetória dos protagonistas. Sendo assim, cabe aqui o apontamento da importância do entendimento do micro para a maior compreensão a respeito do estado do Paraná como um todo.

O presente capítulo trata da expansão do NSDAP, conforme declarado por Bertonha e Athaides (2021), Dietrich (2001) e Moraes (1996), dentro do eixo global, nacional e por fim local. O foco está voltado para uma periferia, uma região afastada dos grandes centros, Presidente Bernardes.

Presidente Bernardes é uma cidade localizada no extremo oeste do estado de São Paulo que consta, atualmente, com 14.490 habitantes e se destaca por ter sido um núcleo nazista no período entreguerras. Dessa forma, a escolha de Presidente Bernardes como objeto de estudo é relevante por sua representatividade das dinâmicas sociais e políticas em áreas periféricas. Ao investigar o nazismo nesse contexto, podemos entender melhor as motivações e as condições que levaram à adesão a essa ideologia, bem como suas consequências para a comunidade local. Isso permitirá uma análise mais abrangente das transformações sociais e culturais ocorridas no Brasil e suas ramificações em áreas fora dos principais centros urbanos.

Não há estudos sobre Presidente Bernardes, mas sua vizinha e núcleo regional, Presidente Venceslau, com uma população de 39.583 habitantes, é o centro temático da tese de Bruno Pinto Soares (2009), *Germanismo e Nazismo na Colônia Alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)*. Nela, Soares (2009) aborda a imigração e a adesão dos colonos à ideologia de Hitler. O autor procura entender o motivo da imigração, a inserção desses alemães na comunidade, e a necessidade em manter um referencial que os diferenciasssem de outras colônias.

Dietrich (2001) apresenta o fato da cidade de Presidente Venceslau ser vizinha do Porto Epitácio, que tinha conexão direta com o Paraná, enquanto Soares (2009) expõe a influência da região em terras que atraíram os alemães que imigraram. O contato com a região do Porto Epitácio e a relevância territorial são hipóteses para a presença nazista da região.

O objetivo desse capítulo é investigar o contexto histórico, social e político que levou à disseminação do nazismo na periferia de Presidente Bernardes, São Paulo, com o intuito de compreender as razões por trás da adesão significativa ao NSDAP nessa região e sua relevância para o estudo do nazismo em âmbito local e global. Além de examinar as relações entre as comunidades alemãs locais e o partido nazista, incluindo o impacto nas colônias alemãs.

Esse capítulo parte de uma iniciação científica em andamento, portanto os resultados aqui apresentados são parciais. Durante essa pesquisa, contamos com as fontes documentais policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o jornal municipal de Presidente Bernardes, *O Município*.

Ao analisar a documentação do DOPS Prontuário 5.405 Vol. 1⁵, encontramos uma série de fotografias com apologia ao nazismo apreendidas pela polícia varguista juntamente com uma suástica de madeira e um medalhão da Primeira Guerra Mundial. Esses artefatos foram apreendidos após um policial presenciar uma conversa entre os moradores de Presidente Bernardes, Henrich Muther e Friedrich Dierken, se referindo a “muambas” que estariam na casa de outro habitante, Germano Bremer. Dentre as fotografias, há uma foto de membros do Partido Nazista de Presidente Venceslau, uma cidade vizinha, que indica uma conexão entre a região.

Já na documentação DOPS Prontuário 5.405 Vol. 2⁶, encontra-se uma lista de membros filiados ao Partido Nazista no estado de São Paulo, dentre eles, treze habitantes de Presidente Bernardes, sendo eles: Alfred Gustav Rausch, Alfred Tom, Alvin Bremer, Emil Menzel,

⁵ APESP, Fundo Secretaria de Segurança, DEOPS/SP, Prontuário 5.405 Vol. 1

⁶ APESP, Fundo Secretaria de Segurança, DEOPS/SP, Prontuário 5.405 Vol. 2

Germano Bremer, Hans Sailler, Henrich Muther, Hermam Bremer, Karl Friederich Savitzky, Karl Hafner, Walter Baitsch, Walter Demuth e Willy Hainisch.

Dentre esses filiados, há os que já foram mencionados no Prontuário 5.405. Vol.1⁷ e, curiosamente, não há menção a Frederich Dierken, que sabia da existência das fotos encontradas na casa de Germano Bremer e aparece em uma fotografia ao lado de artefatos nazistas. Fora isso, encontramos mais fichas no DOPS alguns desses filiados, dos nomes: Alfred Tom, Alvin Bremer, Emil Manzel, Alfred Rausch e Germano Bremer, contudo ainda não temos acesso a essa documentação.

Além disso, o Prontuário 6440⁸, intitulado “Escola Alemã de Vila Mariana”, indica a existência de uma escola alemã em Presidente Bernardes que tinha uma ligação com outros ambientes escolares com apologia ao nazismo e ao Partido Nazista. Até o momento, não descobrimos mais sobre a escola, contudo, essa pesquisa ainda está em andamento.

Fora as fontes documentais do DOPS, a pesquisa consta com um jornal municipal de Presidente Bernardes. O periódico, intitulado *O Município*, é indicado como o primeiro jornal a circular em Presidente Bernardes.

Antes da cidade se separar de sua vizinha, Presidente Prudente, *O Município* era conhecido como Guarucaia, após a cidade se tornar um município, passou a ter outro nome. No próprio jornal, é aparente que sua circulação, depois da troca de nome, começou em 1934 sobre a propriedade e editoria de Luiz Parizotto, residente de Presidente Bernardes. Contudo, no final de 1943 foi adquirido por João Custódio Rodrigues, que se tornou o novo proprietário e diretor do periódico, em conjunto com colaboradores ainda não identificados. Rodrigues era figura conhecida na cidade e se relacionava com os alemães, sendo inclusive amigo íntimo (Dietrich, 2011, p. 17) e vizinho de Germano Bremer, conhecido por ser militante nazista na cidade (Dietrich, 2001, p. 113).

O Município está a ser trabalhado durante o período de 1934 a 1945. O jornal geralmente consiste de duas a três páginas por edição, com informações diversas distribuídas ao longo das páginas. Geralmente as propagandas de comerciantes da cidade são deixadas no verso da primeira página e na frente da segunda, localizadas na frente. As notícias sobre a Guerra normalmente se localizam na primeira página, ou na última, dependendo da sua extensão. Em geral é um jornal publicado semanalmente aos domingos, que dispõe de uma certa organização, mesmo na troca de proprietários e editores.

⁷ APESP, Fundo Secretaria de Segurança, DEOPS/SP, Prontuário 5.405 Vol. 1

⁸ APESP, Fundo Secretaria de Segurança, DEOPS/SP, Prontuário 6440

O periódico está sendo utilizado para entender o contexto da época e para mapear os nomes dos filiados encontrados no Prontuário 5405 Vol. 2. Vale ressaltar que a pesquisa está sendo realizada, portanto, ainda não analisamos todo o periódico, somente até a edição 94. Contudo, temos algumas observações iniciais a partir do seu estudo.

Na maioria das edições de *O Município* analisadas, encontramos anúncios de uma empresa chamada Irmãos Bremer, de propriedade de Germano Bremer, voltada para o comércio de bebidas sob o nome Cervejaria Germânia. Além da cervejaria, a partir de 1937, começa a surgir também a divulgação de outro empreendimento dos Irmãos Bremer, uma construtora. Além dos anúncios, a empresa também figura como patrocinadora em diversas ocasiões, sendo elas concursos de beleza da cidade ou eventos municipais, o que indica uma prosperidade econômica de Germano Bremer.

Outra aparição que podemos encontrar no *O Município* é uma notícia a respeito das eleições que brevemente menciona a existência de um partido Integralista. Até a edição 94 não há outras menções, contudo a relação entre o integralismo e o nazismo é um ponto interessante para estudar futuramente.

Além disso, o jornal municipal também notifica manifestações de colônias japonesas e italianas, o que indica uma concentração não só de alemães, mas também de outros países pertencentes ao Eixo. Fora as aparições ocasionais de nomes de filiados no jornal, como o de Karl Hafner e de Heinrich Muther, ainda não conseguimos nos aprofundar em notícias sobre o partido e seus filiados.

CONCLUSÃO

Portanto, concluímos que em Presidente Bernardes havia um núcleo nazista durante o período entreguerras com treze filiados que tinham relações com o Partido Nazista da cidade vizinha, Presidente Venceslau, descoberta a partir de fotografias apreendidas pela polícia. Além disso, encontramos a possibilidade da existência de uma escola alemã na cidade, com vínculos com outras escolas no estado.

Os treze membros do Partido estão sendo encontrados no jornal municipal intitulado *O Município*. Até o momento, há menções sobre os nomes, contudo, o alemão Germano Bremer se destaca por aparecer recorrentemente com propagandas de sua empresa *Irmãos Bremer*, o que indica uma condição social de classe média/classe média alta.

Além disso, *O Município* traz notícias sobre outros núcleos que haviam dentro da cidade neste período, como a colônia italiana e a colônia japonesa, sendo imigrantes de outros países pertencentes ao Eixo. Fora isso, também encontramos indícios da existência de um partido

integralista que atuava nesta região. Diante do exposto, esta pesquisa em desenvolvimento traz considerações relevantes para o estudo do nazismo e para o estudo regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAIDES, R.; BERTONHA, J. F. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932–2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIETRICH, Ana Maria. **Narrativas orais da Juventude Hitlerista e Neonazista no Brasil: breve análise comparativa**. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo*, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2011.

PRIORI, Angelo; MAINKA, Peter. *Rolândia im Norden von Paraná. Rolândia no norte do Paraná*. Maringá: Edições Diálogos; Würzburg: Institut für Zeitgeschichte, 2017.

SOARES, Bruno Pinto. *Germanismo e nazismo na colônia alemã de Presidente Venceslau (1923-1945)*. 2009. 139 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

**DESAFIANDO O INTERDITO: A
DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA DA
DITADURA MILITAR PELA
AÇÃO POPULAR MARXISTA-
LENINISTA (APML) NOS ANOS
DE CHUMBO**

Regina Célia Daefiol



O tema da ditadura militar brasileira ganhou espaço nos últimos anos no debate público. Ora de forma enviesada em falas e atitudes de agentes pró-ditadura ligados à extrema direita ou em atos terroristas de atentado contra o estado de direito; ora a partir de novos eventos que ensejam uma leitura crítica sobre o período, como foi o caso recente do filme *Ainda estou aqui*, do diretor Walter Salles, que aborda o desaparecimento, em 1971, do ex-deputado federal Rubens Paiva nas mãos do militares então no poder.

No meio social, o tema da resistência à ditadura é alvo de pontos de vista negativos, que quase sempre não consideram os fatos e o contexto da época. No meio acadêmico esta é uma pauta que vem suscitando novos estudos por conta de documentos inéditos sobre o período abertos à consulta pública nos últimos anos. Além disso, fontes que ganharam espaço na historiografia, como os jornais e as produções da imprensa, possibilitam uma análise mais esquadrihada sobre os meios e os modos como se dava essa resistência.

Partindo dessa ideia, o presente capítulo aborda a campanha de denúncia dos crimes da ditadura desenvolvida pela Ação Popular Marxista-Leninista (APML)⁹ entre 1969 e 1972, com a análise de dois documentos produzidos pela organização: o jornal *Libertação* e o “*Livro Negro da Ditadura Militar*”. A análise aqui apresentada faz parte da minha pesquisa de Doutorado¹⁰ ora em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

Nos dias atuais, o título do livro da APML provoca justificável repúdio, mas, como todo documento histórico, deve ser compreendido no contexto da época, quando o debate sobre o racismo e os movimentos antirracistas eram amordaçados pelo autoritarismo. O sentido da palavra “negro” tem historicidade, ou seja, seu significado sofreu modificações ao longo do tempo a partir de conquistas do movimento negro que levaram a transformações políticas. No contexto da ditadura essa era uma pauta vetada.

Muitas lideranças negras foram alvo de perseguições sistemáticas, de prisão, outras foram mortas ou desapareceram no período. Em seu relatório final, a Comissão da Verdade de São Paulo destacou documentos que revelam a morte e o desaparecimento de 41 líderes negros em circunstâncias ligadas a operações militares na capital do estado. É necessário destacar também que a expressão “livro negro” tinha o objetivo de confrontar os militares, que haviam publicado, em 1971, o *Livro Branco* para defender e melhorar a imagem da ditadura fora do

⁹ A Ação Popular Marxista-Leninista foi uma das organizações que combateram a ditadura. Foi alvo de perseguições dos militares e muitos de seus militantes foram presos, torturados, mortos e desaparecidos pelas mãos de agentes de Estado a serviço da ditadura militar.

¹⁰ Com financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Brasil, uma vez que aumentavam no exterior as denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pelo regime

NOMES AOS TORTURADORES

A Campanha Nacional de Luta Contra a Repressão, com denúncia da violência da ditadura, foi oficialmente lançada no jornal *Libertação*, na edição número 19, de novembro de 1969. Mas as ações já vinham se desenvolvendo por meio de panfletagem, pixações e outras ações clandestinas. Além das denúncias, a campanha foi apresentada oficialmente sinalizando nove medidas a serem exigidas da ditadura:

1) Cessar imediatamente todas as formas de tortura; 2) Libertar os líderes operários, camponeses, estudantes e todos os operários, camponeses e estudantes presos; 3) Revogar a Lei de Segurança Nacional e principalmente a pena de morte; 4) Revogar o Decreto 477 que cassa os direitos dos alunos e professores; 5) Revogar o atestado ideológico exigido para as eleições sindicais; 6) Restabelecer o direito de habeas-corpus para prisioneiros políticos; 7) Permitir o livre direito de advocacia em defesa dos presos políticos; 8) Restabelecer a liberdade de associação; 9) Restabelecer a liberdade de imprensa (Mobilizar amplamente o povo [...], 1969, p. 6).

O objetivo da campanha de denúncia da repressão não era apontar os crimes cometidos pela ditadura em busca de uma punição legal imediata. Visava, antes de tudo, provocar a mobilização popular. Ou seja, levando ao conhecimento público os horrores cometidos pela ditadura, a APML buscava a mobilização e adesão popular à luta de combate ao regime. E, por conseguinte, à causa da revolução que a organização defendia como necessária para mudar a realidade. No entendimento da APML, era condição *sine qua non* a derrubada do regime para que houvesse punição dos crimes da ditadura. Como ressalta Reginaldo Dias, sendo uma “organização revolucionária, o objetivo da APML não era estabelecer interface com o aparato judiciário, mas combater a ditadura”, (Dias, 2021, p. 113).

Na edição de novembro de 1969 o *Libertação* destaca que a campanha deveria ser a mais importante bandeira de luta naquele momento por ser considerada pela APML como mais uma ação para fortalecer e organizar a luta maior, “a Guerra Popular, através da qual [...] conquistaremos a nossa libertação e poderemos formar um governo popular que construirá o socialismo, fim de toda a exploração!” (Desmascarar na luta [...], 1969, p. 5). Ao analisar o conteúdo publicado pelo *Libertação* naquele período, é possível concluir que a APML tinha leitura muito acurada da gravidade do momento vivido pelo país. As páginas do jornal revelavam uma interpretação da realidade política e social diametralmente oposta ao que era mostrado pela maioria dos veículos da imprensa tradicional. Guardadas as devidas proporções, uma leitura comparada entre o conteúdo publicado pelo jornal da APML e por outro veículo de comunicação qualquer da época resultaria na impressão de que falavam de países distintos,

de realidades divergentes. O que ocorria nos porões do regime, como a prática de tortura, morte e desaparecimento de presos políticos, eram assuntos interditados na grande imprensa, seja pela censura, seja pelo apoio das empresas de comunicação ao regime. Este fato contribuiu para que os crimes cometidos pelo regime permanecessem ocultos dos olhares da sociedade.

No *Libertação*, por outro lado, esses temas eram tratados abertamente, dando nome aos torturadores e mandantes, revelando as disputas de poder, conspirações e traições entre grupos militares rivais. A condição de clandestinidade do jornal, certamente, permitia denunciar o que ocorria nas entranhas do regime, as violações e crimes cometidos que só anos mais tarde viriam a público de maneira livre. Essa abordagem, no entanto, chegava a um público desproporcionalmente menor do que o atingido pela grande imprensa, fato que muito contribuiu para a construção de uma imagem positiva do regime de exceção no imaginário social.

A violência da repressão e o crescente avanço das prisões arbitrárias, tortura, morte e desaparecimento de presos políticos já vinham sendo denunciados pelo *Libertação* antes mesmo da oficialização da campanha. Na edição 18, por exemplo, cinco páginas são dedicadas ao tema, com a divulgação de nomes de torturadores e de locais onde presos políticos eram encarcerados, muitas vezes clandestinamente. Também são publicados nomes de presos, possivelmente uma estratégia para impedir que fossem dados como desaparecidos pela ditadura.

Na matéria sob o título “Abaixo a ditadura assassina! Toda a solidariedade aos presos e perseguidos políticos!”, o jornal fala da prisão e tortura de dois camponeses do município do Cabo, em Pernambuco. O texto descreve a peregrinação deles por delegacias de Recife, onde haviam sido

barbaramente torturados. No dia 23 de julho, saíram da delegacia de Caxangá diretamente para o Pronto Socorro, ambos gravemente feridos, em estado de coma. Luís estava com fratura do crânio, os órgãos genitais muito feridos, o rosto desfigurado. Otávio tinha o corpo todo machucado e ferido, e estava também desfigurado (Abaixo a ditadura assassina! [...], 1969, p. 2).

Contrapondo-se à grande imprensa, que omitia a violência da ditadura, o *Libertação* denunciava e dava nome aos que cometiam crimes como agentes do regime. Um tipo de informação que naquele momento não era divulgado em lugar algum, apenas em materiais clandestinos, como era o caso do *Libertação*, que por essa razão atraiu a sanha da repressão, que não mediu esforços para dismantelar o esquema de produção do jornal. Muitos dos denunciados como torturadores eram militares de alta patente.

Os mandantes diretos das torturas em São Paulo são: o general Luís Felipe, o tenente-coronel Adolfo Henrique Matos e o capitão Danilo Marini, encarregados dos IPMs; o capitão Antônio Carlos Nascimento Piratto, sub-comandante da PE (Polícia do Exército); o coronel Ênio, interventor militar no DOPS e os delegados do DOPS Wanderico Arruda de Moraes, Fábio Lessa e Orlando Rosanti. Entre os torturadores destacam-se por sua covardia e crueldade: o sargento Roberto, conhecido como “Negrão”, atleta fortíssimo, viciado em drogas, especialista em “telefones”, e também os sargentos Simões e Montgomery; o tenente Agostinho, da PE, doente mental que ri bestialmente durante as torturas e tem predileção para torturar mulheres; o cabo Marco Antônio Ribeiro, conhecido como “Passarinho”, também da PE e do Serviço Secreto do Exército, especialista em torturar universitários (Abaixo a ditadura assassina [...], p. 3-4).

A matéria da edição 18 aponta também locais usados pela repressão para as sessões de tortura.

Desde o assassinato do estudante Edson Luís, na Guanabara, em abril de 1968, mais de 40 combatentes do povo, entre estudantes, operários, camponeses e até um padre, já foram mortos pelas forças assassinas da ditadura. Em todo o país, há centenas e centenas de presos políticos, tidos por desaparecidos, sem poder ser visitados nem por suas famílias nem por seus advogados, jogados em verdadeiros campos de concentração como os presídios de Ilha Grande e Ilha das Flores, na Guanabara (Abaixo a ditadura assassina [...], p. 4).

A descrição detalhada de técnicas de tortura e a exposição dos nomes dos torturadores podem ser um indício de que muitos militantes da APML já haviam sido presos e torturados até aquele momento; e de que havia uma rede de informações entre os presos políticos e a militância que fazia chegar ao conhecimento da organização as práticas de violência nos cárceres da ditadura.

Aqui vale pontuar que o jornal usava, com frequência, termos como “combatentes do povo”, “combatentes da revolução”. Essa linguagem, analisada do ponto de vista revolucionário, visava à mobilização destacando a importância e a necessidade de coragem, sacrifício e heroísmo para combater o “inimigo”, representado pela ditadura e pelo imperialismo estadunidense (a associação entre o regime e os EUA é a todo momento destacada nas publicações, reforçando ideia de dominação, sob a ótica da luta de classe).

CAMPANHA CULMINA EM LIVRO

A rede de informações formada por presos políticos e a militância da APML possibilitou também a produção do *Livro negro da ditadura militar*, elaborado pela APML e distribuído de forma clandestina em 1972. A obra registra a indignação e a dor provocadas pelas ações violentas da ditadura, com “um tom mobilizador em favor da consecução de seu projeto político” (Dias, 2021, p. 113). Ainda segundo Dias, “a denúncia como mediação para persistir

em seus objetivos políticos” pode ser vista como uma ação coerente com o perfil da APML que atribuía à derrota da ditadura “a condição para apurar os crimes de Estado e extrair todas as consequências e responsabilidades” (ibid., p. 114).

É importante considerar que existia, de fato, no seio da organização a crença de que a revolução seria possível com o apoio da sociedade – em especial de setores vistos como explorados pelo capitalismo, como trabalhadores e camponeses, ou como críticos ao sistema, caso de parte da pequena burguesia, estudantes, intelectuais. Por isso, a APML envidou muitos esforços para não só produzir, como também fazer circular, o jornal *Libertação* e posteriormente o livro por meio da militância e dos simpatizantes da causa revolucionária.

A obra traz, além de um amplo rol de denúncias, um retrospecto do processo que levou ao golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, tratada como ditadura assassina e pró-imperialista. Na visão da APML, o objetivo do regime era implantar, na base da violência, um projeto não só político, mas também econômico, que visava “garantir e aumentar a exploração das grandes massas do povo brasileiro” (Leninista, 2014, p. 27). Como uma organização revolucionária marxista-leninista, a APML compreendia o golpe de 1964 e a ditadura a partir da ótica da luta de classes. O livro destaca uma ideia que aparece com frequência também nas edições do *Libertação*, de que o AI-5 e o recrudescimento da repressão representavam uma expressão do temor dos agentes que deram o golpe e mantinham a ditadura – o imperialismo estadunidense, as elites brasileiras aliadas e os militares –, que usavam a violência para conter as forças populares “que haviam voltado a se manifestar de modo mais ativo nos primeiros anos da década de 1960” (ibid.).

O livro registra, ainda, a repressão ao movimento estudantil e suas ações de resistência, narrando grandes manifestações de estudantes desde o golpe de Estado de 64 até a edição do Ato Institucional nº 5; a repressão contra trabalhadores e camponeses, as ações de resistência e as consequências do AI-5 para os setores populares, artistas e o clero progressista. Aponta também locais e métodos de tortura, revela nomes de torturadores e denuncia a ação do chamado “Esquadrão da Morte”¹¹, “criado pela ditadura militar para eliminar os criminosos comuns e ficar com as mãos livres para poder reprimir com todas as forças a luta do povo” (Leninista, 2014, p. 172).

Mesmo com toda a vigilância dos órgãos de segurança a Ação Popular conseguia, como dito anteriormente, obter informações de variadas formas e de diversas fontes. Esse tipo de

¹¹ Grupo de policiais que agiam clandestinamente, com um poder “extra-legal”. Só em São Paulo, sob o comando do delegado Sérgio Fleury, do DOPs (Departamento de Ordem Política e Social), o esquadrão teria sido responsável pela morte de 200 pessoas durante a ditadura militar. O livro da APML registra que, de 1964 a julho de 1970, o esquadrão de São Paulo havia assassinado pelo menos 120 pessoas, dentre elas “vários revolucionários”, e da Guanabara, mais de 800 pessoas.

ação possibilitou reunir o material para publicação do *Livro Negro da Ditadura Militar*, corolário da campanha de denúncia da APML. O livro foi editado e impresso na gráfica clandestina da APML e os 500 exemplares foram distribuídos em vários pontos do Brasil e no exterior também de forma clandestina. A obra é um caso único na resistência antiditatorial por se tratar de um livro-denúncia totalmente produzido e distribuído na clandestinidade.

A APML expôs, no prefácio, os objetivos de sua luta e da publicação da obra:

A Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil¹² tem inteiras condições para levar a todas as pessoas amantes da liberdade a real situação da nossa pátria. Faz esforços para colocar-se na vanguarda da classe operária e de todo o povo brasileiro. [...] Mais do que isso: por lutar para levar adiante a resistência e a luta popular, está entre os alvos preferidos das investidas da repressão. Inúmeros dos seus militantes sofrem nos cárceres do regime as mais cruéis torturas e os piores tratamentos. Mais de um já tombou sem vida diante da fúria sem limites do inimigo. A lembrança dos seus sofrimentos, tanto quanto de todos os patriotas e democratas atingidos pela repressão, perpassa as páginas deste livro e nos enche de indignação e ódio justificado aos inimigos e torturadores de nosso povo (APML, 1972b, p. 7, apud Dias, 2021, p. 404).

O livro relata de forma detalhada o processo de aparelhamento dos órgãos de repressão pela ditadura. A obra destaca a criação, em 1970, do sistema DOI-CODI, (Departamento de Operações de Informações/Centro de Operação de Defesa Interna), que constituiu uma rede de organização e centralização da repressão política subordinada ao Exército. Os DOI-CODIs foram apontados tanto no livro quanto no jornal *Libertação* como um dos locais onde, naquele momento, a ditadura estava encarcerando, torturando e matando opositores. O livro aponta também chácaras e casas em lugares afastados, tratados como câmaras de tortura clandestinas, pois presos mandados para esses locais não eram registrados no sistema oficial. Se pudessem sob tortura, os militares não precisavam dar conta dessas mortes. Afinal, um opositor político que se encontrava “desaparecido” não poderia ser dado como morto. Essa prática tornou-se comum em meados dos anos 1970, quando cresceram, no exterior, as denúncias de morte e tortura de presos políticos.

¹² A organização havia adotado a nova nomenclatura após um novo processo de debates e disputas político-ideológicas, que será tratado mais adiante.

A REPRESSÃO NÃO PERDOA

Em 2014, quando o golpe civil-militar completou 50 anos, foi lançada uma edição *fac-símile* da obra. No lançamento, o jornalista Duarte Pacheco Pereira, que foi um dos principais dirigentes da APML, ressaltou que o livro antecipava “questões que viriam a público depois, como as casas clandestinas, para onde iam todos aqueles que a ditadura queria fazer desaparecer sem deixar vestígios” (Xavier, 2014).

Casos que anos mais tarde se tornariam emblemáticos da ilegalidade e da violência dos métodos usados pelos órgãos de repressão foram denunciados no livro da APML. Um deles foi a prisão do ex-deputado federal Rubens Paiva, relatado no filme *Ainda estou aqui*, quando o apartamento em que ele morava com a família foi invadido por agentes do 1º Exército. Sua mulher, Eunice, e uma das filhas, de 14 anos, também foram presas. Rubens Paiva nunca mais foi visto. Eunice ficou detida 12 dias, sem nenhuma acusação formal. E o 1º Exército negou a prisão dos dois.

A capa criada para o livro clandestino da APML foi de grande ousadia para aquele contexto, com uma imagem que se tornaria emblemática para representar a violência e a truculência da ditadura (figura 1)



Figura 1 – Capa do Livro Negro da Ditadura Militar

Seu autor, o artista gráfico Elifas Andreato, que também ilustrava e participava da produção do jornal *Libertação*, afirmou, em entrevista à Fundação Mauricio Grabois, que a capa

era uma provocação. Eles assassinavam os nossos companheiros e a caveira é o símbolo de morte, né? Agora, se você acrescentar um quepe, você pode estar, primeiro, provocando. Dizendo: ‘olha, um dia nós também poderemos fazer o que vocês estão fazendo conosco, mas por enquanto é uma lembrança. Não importa quanto vocês matem, um dia essa guerra vocês perderão’. Como perderam! (Grabois, 2014).

Não é possível afirmar com certeza que a campanha de denúncia e o “*Livro negro*” da ditadura militar foram a motivação para uma perseguição ainda maior à APML, uma vez que o período foi especialmente marcado pelo recrudescimento da violência dos órgãos repressivos após o AI-5, editado no final de 1968. Mas a hipótese não é de todo inválida. Após a circulação da obra, a organização sofreu violentas represálias. Foram várias “operações de caça” aos dirigentes e à gráfica clandestina da organização. Na segunda metade de 1973 a ditadura realizou uma ofensiva cujo objetivo era aniquilar a APML com “uma ação sistêmica e planejada” da repressão. Em seis meses foram executados sete militantes.

Reginaldo Dias cita a “Operação Cacau” como marco da escalada de violência contra a organização. Citando o relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, Dias relata ações desenvolvidas “por agentes do regime militar na Bahia, em articulação com ações desenvolvidas em São Paulo e Pernambuco, com o objetivo de desmontar a APML” (Dias, 2021, p. 17). Essas ações envolveram “sequestros, prisões, transferências clandestinas de prisioneiros e assassinatos” (ibid.).

Os dados levantados pelo projeto “Brasil: nunca mais” confirmam dez casos de morte e desaparecimento de dirigentes e militantes da APML entre os anos de 1970 e 1974 (Dias, 2024). Dos dez nomes de dirigentes e militantes citados, seis ainda integram a lista de desaparecidos políticos durante a ditadura. Dos outros quatro nomes, dois não tiveram seus restos mortais entregues às famílias; dois foram enterrados como indigentes e os restos mortais só foram localizados e entregues às famílias muitos anos após o óbito (ibid.).

Os documentos revelam que os órgãos de repressão vigiavam a APML mesmo antes da campanha de denúncia. Em razão da resistência que empreendeu, foi “uma das organizações políticas mais alvejadas pelo aparato repressivo do Estado” (Dias, 2024, p. 9). Segundo registrado no livro *O perfil dos atingidos*, editado pela Arquidiocese de São Paulo para divulgar os resultados do projeto “Brasil: nunca mais”, entre os processos estudados, 49 referiam-se à APML, nos quais constavam 557 réus e 232 indiciados (Dias, 2021)¹³.

¹³ Sobre os processos contra a APML, Dias ressalta que é necessário considerar que “esses documentos contêm uma espécie de subtexto, pois os fatos ali narrados eram submetidos ao filtro do que poderia ou deveria ser judicializado, de acordo com a métrica dos detentores do poder. Ademais, há um leque de personagens atingidos com detenção, tortura e morte que sequer foram submetidos ao universo judicial” (Dias, 2021, p. 113).

A organização figura, no livro, como a terceira com maior número de processos na Justiça Militar. No período em que a campanha de denúncia da repressão foi desenvolvida – entre 1969 e 1972 – o cerco da ditadura endureceu. O livro *O perfil dos atingidos* traz uma cronologia dos processos contra a AP/APML: em 1965, houve 1 processo; em 1967 foram 3; em 1968, 1; em 1969 foram registrados 9 processos (a campanha de denúncia da repressão foi formalmente iniciada em novembro de 1969, mas as denúncias já vinham sendo publicadas no jornal *Libertação* desde o início daquele ano); em 1970, 4; 1971 registrou 19 processos; em 1972, ano de lançamento do *Livro negro da ditadura militar*, foram 6; em 1973, 2; em 1974, 3; e em 1975 foi contabilizado 1 processo contra a organização.

CONCLUSÃO

As ações de resistência empreendidas pela Ação Popular Marxista-Leninista e por outras organizações da esquerda revolucionária tiveram papel relevante no processo de queda da ditadura militar brasileira. Muitas vidas foram perdidas na batalha contra o autoritarismo, a maioria delas de jovens que acreditavam na possibilidade de construir um país diferente. Se as lutas não alcançaram resultados imediatos, por outro lado ajudaram a erodir as bases políticas e sociais que davam sustentação do regime.

A ditadura chegou ao fim por não ter mais sustentação política para conter o clamor das ruas pela redemocratização, por não conseguir mais se esquivar das denúncias de violações dos direitos humanos praticados por seus agentes e por não ser mais capaz de conter as disputas de poder no meio militar, que inviabilizaram a manutenção do regime. Seria, então, mais vantajoso aceitar uma volta para os quartéis negociada, ou seja, garantindo a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado brasileiro no período de 1964 a 1985.

Agora, em 2025, completam-se 40 anos do fim da ditadura e essa conta ainda não foi acertada. Como coloca Rodrigo Patto Motta (2021), essa conta não saldada foi cobrada recentemente, quando o país se viu sob uma nova ameaça autoritária, com a extrema direita ganhando espaço e força até tramar um novo golpe de Estado com apoio de grupos que, por ignorância ou por convicção, ainda acreditam que a ditadura foi o melhor regime para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abaixo a ditadura assassina! Toda a solidariedade aos presos e perseguido políticos. **Libertação**, Número 18, Ano II, 1 a 15 set. 1969.

DAEFIOL, R. C. A tortura como política de Estado da ditadura militar (1964-1985) para a eliminação de atores políticos enquanto sujeitos inconvenientes. In: Priori, A.; Silva, Desmarcarar na luta a nova farsa da ditadura militar. **Libertação**, Número 19, Ano II, 1 a 15 nov. 1969.

DIAS, R. B. A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B: uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP. **Diálogos**, Maringá, 2006. 143-175. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526864012>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DIAS, R. B. O caso Fernando de Santa Cruz: uma abordagem da pauta dos mortos e desaparecidos pela ditadura relacionada à história da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 25, Londrina, jan.-jun. 2020. 391-424. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38999/27889>>.

DIAS, R. B. **Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP)**. São Paulo: Alameda, 2021.

DIAS, R. B. Onde está Eduardo Collier Filho? Contribuição ao debate sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. **Revista Nupem**, Campo Mourão, maio/ago. 2024. 1-22. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/8370/6109>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Grabois, TV. Elifas Andreato e a capa do Livro Negro da Ditadura. **YouTube**, 24 maio 2014. 3m43s a 4m17s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fAgaiVhjbB8>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LENINISTA, A. P. M. **O Livro Negro da Ditadura Militar**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2014.

Mobilizar amplamente o povo para a luta contra a repressão. **Libertação**.

Motta, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

XAVIER, C. Livro Negro da Ditadura mantém atualidade 42 anos depois. **Portal Vermelho**, Brasília, 28 maio 2014. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2014/05/28/livro-negro-da-ditadura-mantem-atualidade-42-anos-depois/>>. Acesso em: 15 dez 2024.

C
A
P
Í
T
U
L
O

O
4

“PARA NÃO PARIR MAIS UM COMUNISTA”: MEMÓRIA E SILENCIAMENTO DAS MULHERES MÃES NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Nicole Maria Babugia Pinto



Nayara Augusto Felizardo



A participação de mães na luta de resistência à ditadura militar (1964-1985) foi profícua e diversa, envolveu Clubes de Mães, Movimento Contra a Carestia, o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e atuações no nível individual de mães que lutavam por seus entes presos/as e desaparecidos/as.

Esse trabalho tem por objetivo apontar a participação de mulheres mães na resistência à ditadura militar brasileira, primeiramente por meio dos registros em jornais e livretos da época, destacando a memória¹⁴ desses grupos. Em um segundo momento, serão apresentadas transcrições de relatos de mães coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), para demonstrar assim as diversas atuações das mulheres mães na luta contra a ditadura militar brasileira.

A primeira parte do trabalho descreve a história do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo, que se transforma no Movimento Custo de Vida ou Movimento Contra a Carestia, que objetivou conquistar melhores condições de vida para famílias periféricas, trabalhadores e trabalhadoras, sendo considerado o maior grupo de mulheres na resistência à ditadura (Memorial da ditadura, s/p).

A segunda parte do capítulo é dedicada às mulheres individuais na luta em defesa de seus familiares presos/as. Para adentrar nesse tema, serão apresentadas algumas transcrições de depoimentos relacionados à maternidade registrados pela CNV entre os anos de 2012 e 2014. O foco dessas transcrições será apresentar algumas possíveis atuações e as consequências destas para as mães.

“NOSSAS ARMAS ERAM OS ABAIXO-ASSINADOS”: O CLUBE DAS MÃES E A DITADURA MILITAR DO BRASIL

O Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo foi um dos exemplos de luta de mães durante a ditadura militar brasileira, memorizado em jornais da época. Iniciado na década de 1950 com apoio da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), possuiu inicialmente o objetivo de reunir mulheres trabalhadoras periféricas para realizar oficinas para geração de renda, como de crochê e costuras, como também para discutir problemas de seus bairros no que envolvia saúde, sexualidade, água potável, moradias, saneamento básico, pavimentação, transportes públicos, creches, escolas etc.

As reuniões das mães foram consideradas uma educação popular por Maria da Glória Marcondes Gohn (2002), compreendendo o “leque de demandas das populações, desde a falta

¹⁴ A memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1996, p. 423).

de moradia e loteamentos clandestinos, passando pela ausência de creches e postos de saúde, e chegando inclusive à inexistência de esgotos, cemitérios e postos de abastecimento de alimentos” (Glória, 2002, p. 60).

Logo, nesse período de extrema escassez, a educação popular foi utilizada como forma de abordar diferentes temáticas nas comunidades, a fim de que as classes populares conseguissem chegar a respostas ou construir estratégias para reverter o quadro de miséria e exclusões vivenciado. À medida em que as pautas iam sendo conquistadas ou amenizadas outras problemáticas eram postas como prioritárias, fazendo com que a mobilização e resistência sempre estivessem presentes nestes locais. Além disto, observou-se que a educação popular tornava possível debater questões cotidianas de modo crítico, politizado e contextualizado, sendo adotada e reforçada nas mais diferentes comunidades expostas à precarização (Oliveira, 2022, p.35).

O Clube se espalhou por vários bairros do cinturão da Zona Sul e na década de 1970 contava com 17 CEBs, que ofertava assembleias com formação política para as mulheres. Os encontros foram registrados em livretos, que conforme a figura 1, mostravam encontros com assuntos variados, como o estudo do livro *O segundo Sexo* de Simone de Beauvoir:

FIGURA 1 – CAPAS DE LIVRETOS DO CLUBE DE MÃES (1950 – 1970)



Fonte: Centro de Memória Queixadas

Em 1972 havia mais de 30 grupos de mães articulados na Zona Sul de São Paulo e suas insatisfações as fizeram pesquisar durante um ano inteiro sobre o preço dos alimentos na periferia e na região central do Estado que foi publicada no diário oficial do Congresso. Por meio da pesquisa elas fizeram e entregaram uma carta ao então deputado federal José Freitas Nobre (MDB/SP), que a levou até o Congresso. Foi a partir desse levantamento e dessa carta que o Movimento Custo de Vida se iniciou, em 1973.

FIGURA 2: LEVANTAMENTO DOS VALORES DE PRODUTOS DA CESTA BÁSICA

BAIRROS PERIFÉRICOS				BAIRROS CENTRAIS			
Produto	outubro de 72	outubro de 73	porcentagem de aumento	Produto	outubro de 72	outubro de 73	porcentagem de aumento
Feijão	2,30	6,70	191%	Feijão	4,31	6,69	55%
Arroz	1,25	2,40	92%	Arroz	1,98	2,45	24%
Carne	7,00	15,00	114%	Carne	0,81	14,22	109%
Açúcar	0,85	1,25	47%	Açúcar	0,94	1,30	38%
Ovos	1,60	3,80	137%	Ovos	2,20	3,66	66%
Café	4,50	8,40	86%	Café	4,87	8,26	70%
Leite	0,75	1,50	100%	Leite	0,69	1,26	83%
Macarrão ...	1,26	3,30	161%	Macarrão ...	2,09	3,38	62%
Pão	0,60	0,90	50%	Pão	0,61	0,91	56%
Farinha	1,20	2,10	75%	Farinha	1,07	1,84	53%
Margarina ..	1,10	1,90	72%	Margarina ..	2,15	4,17	94%
Óleo	2,60	4,00	53%	Óleo	2,32	4,17	48%
Sabão	0,40	0,84	110%	Sabão	0,63	1,18	87%
Tomate	0,75	3,57	376%	Tomate	1,50	2,78	85%
Gás	13,90	17,00	22%	Gás	12,98	17,02	31%
Batata	0,85	2,90	241%	Batata	1,40	3,13	114%
Queijo	5,36	12,00	123%	Queijo	6,13	12,82	109%
Total do aumento: 120 por cento.				Total do aumento: 69 por cento.			

Fonte: Agência Mural

Em 1976, as mães fizeram uma assembléia com 5.000 pessoas no Colégio Santa Maria, em Campo Grande, distrito da Zona Sul, onde decidiram fazer um abaixo-assinado pedindo o congelamento de preços e o aumento de salários. A articulação conseguiu colher mais de 20 mil assinaturas. Contudo, ao enviar o documento para as autoridades o MVC não obteve sucesso (Agência Mural, 202, s/p).

Durante os dois anos seguintes o Movimento Custo de Vida por meio do Clubes de Mães se expandiu para a Zona Norte de São Paulo e para o ABC Paulista, ficando conhecido como Movimento Contra a Carestia. Em 12 de março de 1978, reuniram-se no Colégio Arquidiocesano, na Vila Mariana, novamente mais 5.000 pessoas. Dessa vez as mães possuíam a meta de alcançar 1 milhão de assinaturas para lutar pelo mesmo objetivo.

Um milhão em trezentas assinaturas foram coletadas em praças, escolas, igrejas, locais públicos, na capital e em municípios do interior do Estado. O documento continha mais de sete quilos de papel entregues por elas e pela sociedade civil primeiramente às autoridades na Praça da Sé, para então seguir por uma comissão de mães para a Brasília, até o presidente Ernesto Geisel, em 10 de setembro de 1978. Quinze dias depois da entrega o governo respondeu que o Movimento Custo de Vida era desonesto por haver duplicidade de assinaturas, ignorando o abaixo assinado (Memorial da Resistência de SP, s/p).

FIGURA 3: MOVIMENTO CUSTO DE VIDA EM BRASÍLIA



Fonte: Agência Mural

Os jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* publicaram editoriais criticando o governo deferal e justificando a duplicidade de assinatura porque muitas mães assinaram por pessoas analfabetas (Agência Mural, 2021, s/p).

Em 1982 os encontros das mães foram perdendo a capacidade de mobilização, de público e atuação em São Paulo, contudo, mesmo sem sucesso, a luta das mães por um melhor custo de vida, bem como, por direitos básicos mostrou-se resistentes contra a ditadura militar brasileira.

DUAS NARRATIVAS: AS VIOLÊNCIAS EMPREGADAS CONTRA MÃES

Passando para a análise de ações de mulheres individuais, a partir da investigação de depoimentos civis de mulheres, tanto militantes políticas como de mulheres envolvidas por meio de seus afetos, foi possível identificar ações variadas de mães em defesa de seus entes.

Elas visitavam prisões e auditorias exigindo a libertação de seus entes; levavam informações de fora para dentro da prisão passando bilhetes; desafiavam e despistavam agentes da repressão, não concedendo informações sobre seus/as familiares; escondiam objetos comprometedores, como armas; visitavam os parentes no exílio e possivelmente outros tipos de atuações.

Cabe destacar que as mulheres que adentravam no meio da resistência por seus afetos agiam politicamente. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte (2009), desconsiderar a atuações de mulheres a partir de seus afetos enquanto ação política, está relacionado com a dicotomia entre as áreas privada e pública, estabelecendo que o político estaria somente presente na área

pública. Duarte critica esse pressuposto, entendendo que o privado pode ser político e, dessa forma, ações com origem na área privada podem e são ações políticas.

Neste tópico, iremos apresentar algumas ações de mães em defesa de seus familiares, bem como a consequência dessas atuações para elas. Em especial iremos investigar dois casos, o de Maria das Dores Romaniolo e de Neusa Ferreira de Souza.

Maria das Dores Romaniolo era mãe de Roberta Romaniolo de Mattos, esta última foi a responsável por conceder o testemunho para a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no ano de 2014. Conforme a filha, Maria das Dores era casada com o militante Wânio José de Mattos, que atuava na organização de esquerda armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), enquanto sua mãe não estava engajada em nenhuma organização.

Por conta da militância de seu marido, Maria das Dores sofreu intensas violências. Ainda no Brasil, antes de serem forçados ao exílio, Roberta contou que sua mãe chegou a ser presa 3 vezes, quando sofreu estupro e quase perdeu a sua filha enquanto ainda estava grávida: “e uma sala onde batia sol direto, e ela foi deixada durante horas ali, porque eles diziam que filha de comunista era comunista também, então que filha de comunista não podia nascer. Mas eles não conseguiram fazer com que ela perdesse o bebê” (Mattos, 2014, p. 9).

Não há como precisar as datas destas prisões, já que Roberta nunca conversou diretamente com a sua mãe sobre o assunto e só soube da história de Maria das Dores por meio de terceiros. Segundo a versão que a filha tem conhecimento, após ter sido presa 3 vezes no Brasil, ambas foram para o exílio no Chile, seguindo a trajetória de seu pai, que já havia partido. Conforme Eloisa Rosalen (2016), expectativas de gênero influenciavam as companheiras a serem obrigadas a partirem para o exílio:

A feminilidade prescrita pelas relações de gênero vigentes, na época, exigiu que elas submetessem suas vidas às ações de seus parceiros, o que as colocou em uma pretensa condição de acompanhante no que diz respeito ao deslocamento exilar. Entretanto, essas mulheres exiladas, mesmo quando não militantes políticas, foram afetadas pela conjuntura brasileira e isso não as excluiu da categoria de exílio (Rosalen, 2016, p. 127).

Com o golpe de Estado em 1973, sua mãe e seu pai foram presos, e Roberta, recém-nascida, também foi levada junto com sua mãe. Em primeiro momento, ambas ficaram na mesma cela, mas a situação mudou:

E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias (Mattos, 2014, p. 2).

Depois disso, a levam de volta para a mãe e posteriormente a encaminham para uma vizinha. Sua mãe foi levada para o estádio nacional do Chile, onde estavam sendo mantidos/as os/as prisioneiros/as, o marido de Maria também foi levado para lá, mas de lá nunca voltou, sendo que seu paradeiro continua desconhecido até os dias de hoje. Maria foi acolhida por uma organização não-governamental que a auxiliou a conseguir viajar para a França, mesmo assim essa não era a primeira opção para a mãe de Roberta que preferia ter voltado para o Brasil.

Na França, chegou debilitada, magra, abatida, sozinha e se fechou em si mesma. Conforme Roberta “A minha mãe disse que, quando ela me pegou na casa da dona Ester [a vizinha no Chile], que eu chorava, que eu queria mi mamá Ester, porque foram quatro meses pelo que eu saiba, então eu não lembrava dela” (Mattos, 2014, p. 15). Impactada com a separação da filha e provavelmente com as outras violências, Maria das Dores se tornou superprotetora:

Então, assim, uma superproteção que chegava a sufocar, sempre ela tinha que saber aonde eu estava, com quem eu estava, onde eu ia, eu não podia ir na casa de qualquer pessoa, ela tinha que saber quem era o pai, quem era a mãe, ela já dava uma investigada qual que era a história deles para eu poder ir na casa, eu não sabia disso, eu fiquei sabendo depois (Mattos, 2014, p. 28).

Além disso, Roberta relatou que não lembra de sua mãe ter ensinado português enquanto elas estavam na França, fato que a depoente associa com o medo que sua mãe tinha de que alguém descobrisse que elas eram brasileiras. Também, Roberta somente tomou conhecimento do verdadeiro motivo da morte de seu pai quando tinha 10 anos, até então Maria das Dores relatava que ele tinha falecido em um acidente de carro.

Cabe destacar que o silêncio de mães para com suas filhas não era algo raro. Muitas depoentes relataram que tinham dificuldade de conversar com seus familiares sobre o assunto, algumas só tomando a iniciativa a partir de sua chamada para ir testemunhar para a CNV. Outras, como Maria das Dores, nunca chegaram a se abrir sobre a experiência com seus entes.

A segunda história de resistência, ao mesmo tempo de dor e sofrimento, é a história de Neusa Ferreira de Souza. Neusa também desempenhou suas ações movidas por seus afetos, expressando que seu marido era militante, talvez fazendo parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e indicou que “ficava com ele” quando perguntada sobre a sua militância.

Eles foram presos no ano de 1970 por serem os responsáveis por emprestar um sítio para a realização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo levados para a Operação Bandeirantes (OBAN). Além dos dois, foram presas com Neusa suas duas filhas, uma de 2 anos e outra de 1 ano de idade, que ficaram detidas com ela durante 2 meses na mesma cela.

Para Neusa, o medo do que poderia acontecer com suas duas filhas era o maior pavor em meio à prisão. Conforme o seu depoimento, não havia registros da detenção dela e de suas filhas, o único que teve a prisão declarada foi o seu marido, quando ele foi transferido. Isso significava que se algo acontecesse a ela ou com as crianças, não haveria como comprovar que os fatos ocorreram enquanto elas estavam presas nas dependências do Estado.

Neusa relatou:

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então as torturas que você sofreu foram as psicológicas? As físicas nunca...

Neusa Ferreira de Souza – Brigavam, xingavam as crianças, tampavam a boca da menina, isso daí foi uma tortura e acho que (ininteligível 0:29:44), talvez que essa é uma das piores, porque quando você sai e deixa a criança, eles falavam uns nomes feios que eu não gosto de citar, no livro tem, mas eu pessoalmente não gosto de citar, mas foi muito difícil (Ferreira, 2014, p. 12).

Conforme Athaysi Colaço Gomes e Laíza Fuckner Molmelste (2021), a tortura também se utilizada de emoções para intensificar e provocar sofrimento. Uma das emoções mais recorridas seria a culpa, quando os agentes culpavam as vítimas pelos sofrimentos empregados contra elas ou contra as suas famílias. Nesse mesmo jogo, o gênero permeava as expectativas em relação aos sentimentos, na medida em que se responsabilizavam as mães pelos sofrimentos impostos sobre suas/o filhas/o, pois a impossibilidade de a mãe garantir segurança do filho desperta sentimento de culpa, sentimento que está vinculado com construções sociais da maternidade (Gomes; Molmeltes, 2021, p. 172).

Como é possível observar na fala de Neusa, a dor causada por essa inversão continua persistindo no seu presente, já que ela afirma preferir nem falar sobre isso. Cabe destacar que a depoente estava presa com suas filhas em uma situação em que tudo poderia acontecer, ela poderia ser assassinada, suas filhas poderiam ser lavadas embora, torturadas ou mortas. Ao mesmo tempo, desrespeitavam essas crianças na frente de sua mãe, que se via impotente e não tinha como proteger suas filhas.

CONCLUSÃO

Muito se fala sobre esse período, existem documentários diversos, inclusive sobre as situações específicas de mulheres em meio às torturas e perseguições, como os filmes “Que Bom Te Ver Viva” (1989), “Paredes Pintadas” (2010), “Vou Contar Para Os Meus Filhos” (2011) e mais recentemente o filme “Ainda Estou Aqui” (2024). Ainda assim, a investigação sobre as atividades das mulheres na resistência começou a ser mais aprofundada durante a década de 1990, principalmente com o trabalho inaugural de Ana Maria Colling (1997), “A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil”.

Se no meio editorial, midiático e acadêmico o tema estava sendo explorado, no plano estatal as medidas para a investigação do período foram tomadas muitas décadas depois, em parte movida pela atuação de famílias em busca de respostas sobre seus parentes mortos/as e/ou desaparecidos/as, que pressionaram o Estado e conseguiram o reconhecimento da responsabilidade estatal por meio da Lei nº 9.140/1995.

A Comissão Nacional da Verdade, responsável pela tomada dos depoimentos apresentados, foi criada por meio da Lei nº 12.528/2011, tendo iniciado suas atividades no ano seguinte. Ela foi a primeira instituição do Estado a ter como obrigação investigar sobre as “graves violações de direitos humanos” ocorridos entre os anos de 1946 e 1988. Até então as comissões anteriores analisavam os casos e informações que eram submetidos a elas pelos requerentes.

Apesar do período estudado não remeter diretamente à duração da ditadura militar, e além das muitas críticas feitas à CNV e de suas limitações, a responsabilidade pesou para o Estado. Em um país marcado pela desmemória¹⁵ no âmbito estatal, responsabilizar o Estado pelo registro das narrativas de pessoas que vivenciaram tais atrocidades contribui para que a discussão sobre o tema adentre na esfera pública.

¹⁵ Segundo Enrique Serra Padrós (2017), desmemória se relaciona com a ausência do registro da história. Se para se ter o esquecimento primeiro é preciso ter uma memória do que se pretende esquecer, a desmemória significaria a ausência daquilo que irá se esquecer. Ainda que o Estado brasileiro tenha começado a dar sinais de políticas de memória, o silêncio e disputas de memória permanecem (Napolitano, 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Henrique S. Há mais de 40 anos, clubes de mães da Zona Sul protestavam contra política econômica da ditadura. *Agência Mural*. Disponível em: <https://agenciamural.org.br/ha-mais-de-40-anos-clubes-de-maes-da-zona-sul-se-manifestavam-contra-politica-economica-da-ditadura/> Acesso em: 13 de jan. 2025.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- CMQueijadas. Centro de Memória Queixadas. Mães da periferia: vozes da resistência da ditadura militar. *Coleções e Fundos*. Disponível em: <https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/maes-da-periferia-vozes-da-resistencia-na-ditadura-militar/> Acesso em: 13 de jan. 2025.
- CNV. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> . Acesso em: 28 dez. 2023. Base de Dados.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. “*Memórias em disputa e jogos de gênero*”: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- GOHN, Maria G. M. Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, n. 1, v. 4, p. 53-77, dez, 2002.
- GOMES, Athaysi Colaço, MOLMELSTE, Laíza Fuckner “Quem me leva os meus fantasmas?”: Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. pp.168-184.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Roberta_Romaniolo_de_Mattos_18.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.
- NOPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 09-44, nov. 2015.
- OLIVEIRA, Semayt. “A luta não tem fim”: Ana Dias e a reação periférica contra a ditadura. *Memorial da resistência de São Paulo*. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/noticias/nos-mulheres-da-periferia-zona-sul/> Acesso em: 12 de fev. 2025.

OLIVEIRA, Danielle W. S. Clubes de mães e educação popular: reflexões acerca das resistências tecidas na(s) periferia(s). *Revista Anômalas*. Catalão – GO, v.2, n.2, p. 26-39, jul./dez. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. *História em Revista*, v. 10, n.10, 2017.

ROSALEN, Eloisa. *Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)*. 2016. Dissertação (História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

SOUZA, Neuza Ferreira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Neusa_Ferreira_de_Souza.pdf. Acesso em: 15 de. 2023.

AINDA ESTOU AQUI: UMA ANÁLISE SOBRE OS DISPOSITIVOS DE DESAPARECIMENTO DA DITADURA BRASILEIRA RETRATADOS NO LONGA- METRAGEM DE WALTER SALLES

Pedro Henrique Howes da Silva



Luiz Fernando de Oliveira Rosseto



“Nenhum deles foi punido ou preso até hoje.” A frase provocativa faz parte dos créditos finais do longa-metragem *Ainda Estou Aqui* (2024), dirigido por Walter Salles e estrelado por Fernanda Torres, uma adaptação cinematográfica da autobiografia homônima de Marcelo Rubens Paiva (interpretado por Selton Mello), que narra a história de sua mãe, Eunice Paiva, e de sua família ao longo dos acontecimentos envolvendo o sequestro e assassinato do engenheiro civil e ex-deputado, Rubens Paiva, entre os dias 21 e 22 de janeiro de 1971 por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, quando foi torturado até a morte e dado como desaparecido pela polícia do estado. Rubens, como ex-deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de esquerda, seria considerado um inimigo interno, ou indivíduo subversivo, pelo governo, sendo uma provável vítima de perseguição. Em um ponto mais avançado da obra, descobrimos que o engenheiro civil estava envolvido, junto com alguns amigos, em um esquema de auxílio às famílias de desaparecidos políticos, procurando informá-las sobre seus paradeiros, algo que não passaria impune pelos agentes do DOI-CODI.

Eunice e a filha, Eliana Paiva, também foram presas e prestaram depoimento no mesmo período. Ainda adolescente, Eliana passou por interrogatórios e relata ter sido mantida com um capuz em sua cabeça durante a detenção, até ser liberada em cerca de 24 horas, sem a mãe. Em entrevista à BBC News Brasil, Eliana relatou:

O pessoal do DOI-CODI me deixou num bar na Tijuca, perto da praça Saens Peña. Me deixaram lá num fusca. Eles só usavam fuscas. Não me lembro como, mas consegui ligar ao Bocaiúva¹⁶. Ele foi me buscar de carro, com um médico (Prazeres, 2025).

Enquanto isso, Eunice permaneceu sendo interrogada nas dependências do DOI-CODI por 12 dias, onde não teve contato com o marido.

Após a libertação, Eunice passou a investigar o suposto desaparecimento do marido e a exigir a verdade, enquanto tinha sua casa e o cotidiano da família observados por agentes da ditadura. Com a informação de que seu marido havia sido assassinado, Eunice lutou e reivindicou o reconhecimento de sua morte, mas o atestado de óbito de Rubens Paiva seria emitido apenas em 1996, após 25 anos decorridos do sequestro e de inúmeras lutas da família Paiva por sua memória. Outro elemento essencial para o reconhecimento da memória de Rubens Paiva, que auxiliou na escrita do livro e o desenvolvimento do filme *Ainda Estou Aqui*, foi a Comissão Nacional da Verdade de 2011, na qual Rubens Paiva é citado nos volumes I e

¹⁶Ex-deputado Federal, amigo de Rubens Paiva.

III do relatório final, com informações importantes sobre sua vida, seu processo de desaparecimento e tortura, que serão explorados mais a frente.

Devido ao sucesso do filme, o debate sobre a perseguição e o desaparecimento de indivíduos durante a Ditadura Militar expandiu-se e ganhou palco nas salas de cinema, nas conversas diárias e nas redes sociais, principalmente com as indicações do filme ao oscar (Zuliani, 2025) nas categorias de Melhor Filme, Melhor Filme Internacional e Melhor Atriz — com a atuação de Fernanda Torres —, e vitória na categoria de Melhor Filme Internacional, ou seja, rompeu os limites da academia e adentrou no cotidiano leigo, demonstrando a forma como o cinema é capaz de popularizar uma história, em especial uma tão importante para o país como a da família Paiva.

Assim, a partir da obra cinematográfica de Salles, o presente artigo pretende discutir os mecanismos de desaparecimento político na Ditadura Cívico-Militar Brasileira (1964-1985), a partir de um aparato teórico, em associação aos conceitos de Biopolítica de Michel Foucault, Necropolítica de Achille Mbembe e Necrogovernamentalidade de Fábio Franco. Para isso, em um primeiro momento, será desenvolvida uma explicação sobre cada um dos três conceitos citados acima, com o objetivo de associar ao filme, à história da família Paiva e aos processos de perseguição e desaparecimento ocorridos durante a Ditadura Cívico-Militar Brasileira.

Após a derrubada de Jango da presidência pelos militares e a instauração do regime militar, com Castello Branco (1964-1967) como primeiro presidente, o aparato militar atuou de modo a autoconferir caráter legal a seu governo, chamado legalidade de exceção, “capaz de impor graves limites à autonomia dos demais poderes da União, punir dissidentes, desmobilizar a sociedade e limitar qualquer forma de participação política” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 456). Esse movimento foi realizado por meio de Atos Institucionais, normas e decretos com poderes constitucionais. Destacamos aqui o AI-1, que forneceu aparato político para encarcerar pessoas sob pretextos políticos, e o AI-5, considerado o início do período mais repressivo da ditadura, pois estabelecia a suspensão do *habeas corpus*, fechava o Congresso Nacional, permitia demissões e cassação de mandatos e reforçou a tortura e a censura. (Schwarcz e Starling, 2015)

É com base nos atos institucionais que se desenrola o processo de perseguição a indivíduos considerados subversivos pelo governo, seja por motivos políticos, sexuais ou morais, sendo Rubens Paiva considerado um perseguido político. Entretanto, antes de realizar a análise sobre a trajetória de Paiva, é necessário explorarmos a maneira como essa perseguição se deu, primeiro de maneira teórica e, em seguida, em relação ao filme.

No capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida” de seu livro “História da sexualidade - Vol. 1: A vontade de saber”, Michel Foucault caracteriza o biopoder como “a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder” (Foucault, 1999, p. 133), que faz com que o poder se encarregue da vida e de sua gestão, lhe dando acesso ao controle dos corpos individuais e da vida coletiva:

[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. (Foucault, 1999, p. 131)

Neste sentido, ao se encarregar da vida, o biopoder cria mecanismos reguladores, tendo como consequência uma sociedade normalizadora. Foucault afirma ainda que mesmo em um sistema político baseado no biopoder é possível que o Estado se encarregue de exercer a morte, através da justificativa do racismo. Neste sentido, o Estado se coloca como o protetor da vida ao proteger a integridade, a superioridade e a pureza da raça. Neste ideário, a morte do inimigo é a maneira de se preservar a vida:

O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (Foucault, 1999, p. 140)

Utilizando o pensamento de Michel Foucault, o autor Camaronês Achille Mbembe desloca o debate de bio e necropolítica para os processos de colonização e neocolonização, utilizando-os como modelo paradigmático de genocídio dentro do contexto do biopoder. Neste contexto, Mbembe utiliza o termo “necropolítica” para se referir à uma política que produz a morte e maximiza as condições mortíferas para certas populações. O termo se refere também aos contextos onde o estado de exceção se torna o normal, e já não é mais a exceção, em situações onde a soberania se encontra ameaçada por um inimigo fantasmagórico em ascensão e para se referir aos contextos onde existem: “figuras da soberania cujo projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e das populações julgados como descartáveis ou supérfluos”, contextos esses que justificam a matança generalizada (Mbembe, 2012, p. 135-136 *apud* Franco, 2018, p. 83).

Em “Da biopolítica à negrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil”, Fábio Luís Ferreira Nóbrega Franco se utiliza do pensamento dos dois autores para pensar o caso dos dispositivos de desaparecimento da ditadura brasileira amparado pelos conceitos de bio e necropolítica. O autor aponta que, para a guerra das raças

mencionada por Foucault, não basta eliminar o inimigo externo, mas que “é necessário atingir aqueles que ameaçam desde dentro a espécie, os seus ‘inimigos internos’, para usar uma expressão que se tornou recorrente nas ditaduras de segurança nacional” (Franco, 2018, p. 37).

Além disso, o autor evidencia que as tecnologias necropolíticas não se limitam à produção da morte e maximização das condições mortíferas de certas populações, mas também se ocupam “dos eventos *post-mortem*, do que sucederá com os cadáveres, com seus nomes, com a lembrança que esses poderiam despertar nos que ficam” (Franco, 2018, p. 91) e dos rituais fúnebres e da gestão do luto como mecanismo de controle sobre as populações. Franco nomeou estes aspectos da necropolítica não explorados por Mbembe como “necrogovernamentalidade”. Ao longo de seu texto, o autor se põe a caracterizar os chamados “dispositivos desaparecedores” utilizados pela ditadura brasileira, evidenciando seu funcionamento e as consequências de sua utilização:

Os “pacotes” chegavam ao local em que ficariam presos já espancados. Tinha-se início, então, as primeiras sessões de tortura. Encapuzados, privados do contato com mundo exterior, despossuídos dos seus nomes, que eram substituídos por números, os “pacotes” sofriam os primeiros efeitos do dispositivo desaparecedor: a profunda alteração das estruturas de percepção espaço-temporais dos prisioneiros (Franco, 2018, p. 157).

É assim que Franco define o primeiro movimento dos chamados “dispositivos desaparecedores”, que tem como objetivo final a produção do cadáver desconhecido. Submetidos a tortura, os sujeitos capturados pelo dispositivo são colocados em um não-lugar, onde se encontram suspensos entre a vida e a morte, onde tudo o que existe é a lógica esquizofrênica da tortura, que impossibilita o preso de saber quais comportamentos seriam punidos ou recompensados e quais levariam à sua morte. Fato é que a tortura é essencialmente uma técnica utilizada pela ditadura para a extração de informação do inimigo “sem a qual não seria possível ganhar a guerra contra a revolução” (Franco, 2018, p. 158). Portanto, após a extração da informação valiosa do prisioneiro, este se torna inútil e sua vida é reduzida à condição de indigna de ser vivida e, portanto, passível de descarte.

No entanto, o autor aponta para o fato de que o processo de dessubjetivação dos sujeitos capturados pelos dispositivos de desaparecimento não para na morte, mas que se estende até os cadáveres. Tal fato é evidenciado com a classificação desses corpos como não-identificados. Além disso, o autor aponta que o processo administrativo da produção do cadáver despersonalizado é fracionado, diluída em diversos órgãos públicos, agentes e tarefas, invisibilizando também o processo administrativo.

A consequência desse processo de dessubjetivação dos sujeitos capturados pelos dispositivos desaparecedores é que o cadáver desconhecido dessubjetivado não pode passar

pelos rituais fúnebres nem ser luteado, visto que não está vivo nem morto, mas sim desaparecido, e portanto permanece aguardando indefinidamente sua identificação: “A dessubjetivação dos mortos implica a recusa da possibilidade de serem pranteados” (Franco, 2018, p. 167). A distribuição diferencial do luto apresenta ainda outra função, a de “decidir sobre quais lutos serão ou não serão possíveis em determinada sociedade é escolher quais mortes serão reconhecidas e, por conseguinte, quais vidas podem tomar parte na constituição de uma Nação” (Franco, 2018, p. 182). Fatores estes que atendem a demanda da guerra contra o inimigo interno da biopolítica, a fim de defender a unidade do corpo nacional.

Adentrando agora ao caso da Ditadura Militar Brasileira, temos o indivíduo subversivo, aquele considerado pela como um inimigo interno, que deve ser combatido a qualquer custo, pois vai de encontro aos objetivos estabelecidos pela chamada revolução, como a defesa de um bom comportamento cívico e moral. Diferentes grupos foram enquadrados como subversivos ao longo do regime militar: comunistas, indivíduos associados à esquerda, homossexuais e qualquer um que ousasse ou parecesse desafiar o governo.

O controle dos subversivos se inseria num conjunto de estratégias que pretendia garantir a construção de uma imagem de eficiência, legitimidade, defesa da família, alinhamento cristão e segurança no governo militar, ou seja, tratava-se de um projeto de conformação em torno dos benefícios da ditadura (Ramos e Stampa, 2016, p. 258).

O caso Rubens Paiva é abordado no primeiro e no último volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade. O volume III da CNV, intitulado “Mortos e desaparecidos políticos” traz informações sobre 434 mortos e desaparecidos políticos de 1946 a 1988. Os relatórios apresentam as versões oficiais divulgadas pelo governo na época dos desaparecimentos das vítimas, até as informações, resultados e a situação em que se encontram as investigações de cada um dos casos. A CNV pretende examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988. Para tal finalidade, a comissão “beneficiou-se dos esforços de vítimas, familiares e amigos de mortos e desaparecidos na busca por memória, verdade e justiça”. Além disso, a CNV considera insuficiente atestados de óbito ou reconhecimentos oficiais da morte das vítimas, considerando essencial que “se encontrem os restos mortais da pessoa desaparecida e se realizem exames que garantam satisfatoriamente a identificação” (Brasil, 2014, p. 26).

Sobre o caso Rubens Paiva, a CNV descreve que na madrugada de 20 de janeiro de 1971, Marilene de Lima Corona e Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro (na adaptação fílmica reimaginada na personagem Martha, interpretada por Carla Ribas), professora do colégio Sion, onde as filhas de Rubens Paiva estudavam, foram capturadas por agentes da ditadura no aeroporto do Galeão. Cecília retornava de uma viagem para visitar seu filho no

Chile e trazia consigo, escondidas sob a blusa, cartas de exilados no Chile para seus familiares do Rio de Janeiro, que foram encontradas pelos agentes em uma revista, o que a levou a ser detida.

Rubens Paiva era um dos destinatários das cartas que Cecília trazia, e portanto, no mesmo dia, seis agentes armados invadiram a casa do ex-deputado e o encaminharam para o Quartel da 3ª Zona Aérea. Ainda no mesmo dia, Cecília, Marilene e Rubens foram transferidos para o DOI-CODI do Rio de Janeiro. Cecília relata que ao ser colocada no carro que a levaria para o Centro de Operações, se deparou com um homem, que reconheceu imediatamente como Rubens Paiva:

[...] ao ser colocada no carro, encontrou no interior do mesmo um homem com as mãos amarradas, com a camisa em desalinho, tendo algumas manchas de sangue sobre a mesma e o que mais marcou a declarante foi a fisionomia do mesmo o qual estava com os olhos esbugalhados; que estava bastante vermelho naquela ocasião; que evidentemente aquele homem estava vivo até aquele momento (Brasil, 2014, p. 521)

Rubens Paiva começou a ser torturado desde o seu sequestro no dia 20 de janeiro em sua residência, e sua família permaneceu detida em sua casa até o dia seguinte, quando Eunice e sua filha Eliana, então com 15 anos, também foram levadas para interrogação no DOI. Eliana foi liberada dois dias depois, no dia 23 de janeiro, e Eunice apenas no dia 2 de fevereiro, quando reconheceu o carro do marido, um Opel Kadett vermelho no pátio do Centro de Operações. Apesar disso, os militares negaram a presença de Rubens em qualquer recinto do Exército do Rio de Janeiro:

[...] O paciente não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM deste Exército. Esclareço, outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando, o citado paciente quando era conduzido por Agentes de Segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército [...] (Brasil, 2014, p. 520)

No entanto, em um documento adquirido pela CNV em novembro de 2012, denominado “Turma de recebimento”, de 21 de janeiro de 1971, a presença de Rubens Paiva é confirmada no Quartel da 3ª Zona Aérea e mais tarde no Centro de Operações. Uma testemunha referenciada como “Agente Y” relatou à CNV que se deparou com um interrogador de nome Hughes utilizando práticas de tortura no interrogatório. O agente então avisou seu superior, o Capitão Ronald José Mota Batista de Leão, e os dois então alertaram o General Belham, chefe da DOI-CODI na época, sobre o que estava acontecendo. Leão afirma que Rubens Paiva entrou nas instalações do DOI pelas portas do fundo, acompanhado pelo pessoal do Centro de Informações do Exterior (CIEEX).

O general José Antônio Nogueira Belham prestou depoimento à CNV em 13 de junho de 2013, quando afirmou que estava de férias no período em que Rubens Paiva foi levado ao DOI. No entanto, o relatório da CNV aponta que, apesar de realmente estar de férias no período, o general realizou deslocamentos sigilosos com saque de diárias em diversos dias de janeiro, inclusive no dia 20, data em que Rubens Paiva foi recebido no Centro de Operações. Marcelo Rubens Paiva, ao descrever a prisão e tortura de seu pai, através da versão contada por Cecília, afirma que a mesma, Rubens Paiva e outra mulher (provavelmente Marilene de Lima Corona) ficaram de pé por muito tempo, ocasião em que Cecília fraquejou e foi amparada por Rubens Paiva, atitude que não agradou o chefe do interrogatório, um oficial loiro de olhos azuis, que começou a espancar o ex-deputado na ocasião. Marcelo conta que uma das mulheres tentou intervir:

Vocês vão matá-lo, gritou uma das mulheres. Isso fez com que esse oficial ficasse completamente fora de si e, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a aproximar-se do meu pai, já estirado no chão. – Aqui não se tortura, isso é uma guerra, gritou o oficial (Brasil, 2014, p. 525).

A descrição física do oficial em questão coincide com a de Fernando Hughes de Carvalho, o mesmo oficial Hughes denunciado pelo “Agente Y”.

O relatório da CNV aponta 11 militares como autores de graves violações de direitos humanos no caso Rubens Paiva, dos quais cinco destes estão respondendo pelo crime desde 2014, sendo eles José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Jurandyr Ochsendorf e Souza, Jacy Ochsendorf e Souza e Raymundo Ronaldo Campos. À época da publicação da CNV, o processo entrava-se suspenso por ordem do Supremo Tribunal Federal.

O longa-metragem “Ainda Estou Aqui” (2024) tem início nos anos 70, em um contexto pós AI-5 durante o governo Médici, e acompanha a família Paiva em seu cotidiano na Zona Sul da capital Fluminense. Durante o governo Jango (1961-1964), Rubens Paiva atuou como deputado federal pelo PTB, até sua cassação pelo Ato Institucional Nº 1, a partir de quando não se envolveu mais com o jogo político oficial e retornou a sua atuação como engenheiro civil. Eunice Paiva, formada em Letras pela Universidade Mackenzie, após o casamento com Rubens, em 1952, e o nascimento dos cinco filhos, atuou como dona de casa na residência da família no Leblon. Apesar do contexto perigoso e repressivo, como pode ser visto quando a filha mais velha, Vera Paiva, é parada por militares em meio a um passeio de carro junto com seus amigos, a família vivia o típico cotidiano de uma família carioca de classe média-alta.

Entretanto, em 20 de janeiro de 1971, seis agentes da ditadura levaram Rubens Paiva, sob a justificativa de um procedimento de depoimentos de rotina, essa seria a última vez que a família veria Rubens vivo. No dia seguinte, Eunice e a filha Eliana, de 15 anos, também foram

levadas, procedimento demonstrado em detalhes pelo filme. Ao entrar no carro dos militares, ambas recebem um capuz e são instruídas a colocá-los sobre a cabeça, o que dá início ao processo de dessubjetificação do sujeito, quando o indivíduo é desprovido de suas noções de espaço-tempo, ou seja, perde as noções de localização espacial e temporal. Ambas são levadas ao DOI-CODI, onde permanecem com o capuz, exceto nos momentos de interrogação, quando são questionadas sobre as atividades clandestinas de Rubens para ajudar exilados e perseguidos políticos a se comunicarem com suas famílias. Eunice não sabia sobre os atos do marido, o que a levou a permanecer nas dependências do DOI-CODI durante 12 dias, sendo interrogada constantemente, sem saber exatamente qual sua localização ou quanto tempo permanecera ali.

Após ser libertada, Eunice reconhece o carro do marido estacionado no pátio do Centro de Operações, uma prova de que Rubens estivera ali. A partir disso, daria início a uma busca incessante por maiores informações sobre seu paradeiro, que desemboca no conhecimento das atividades clandestinas de Rubens, que agia em conjunto com outros amigos da família, e em Martha (personagem fictícia baseada em Cecília de Barros Correia Viveiros), professora das filhas de Eunice que teria visto Rubens vivo nas dependências do exército. Aqui a história intersecciona-se com os relatos da Comissão Nacional da Verdade, que já foram explorados anteriormente neste artigo, porém manteremos o foco agora em Eunice.

O processo de busca por Rubens tornaria-se difícil e complexo, por motivos explicitados por Franco (2009) em sua tese de doutorado. Todo o mecanismo de desaparecimento, assassinato e ocultação do cadáver envolve uma burocracia absurda, na qual diversas pessoas fazem parte, para que ninguém seja tido como o responsável pela morte, gerando uma responsabilidade fracionada. Assim, mesmo que Eunice buscasse informações nos diferentes órgãos do governo, o processo administrativo tornou-se inviável.

Em 1973, Eunice ingressou novamente à Universidade Mackenzie, onde se formou em Direito aos 43 anos. Sua carreira jurídica foi dedicada à luta pela causa indígena e pela abertura de processos e arquivos sobre os casos de vítimas da ditadura. Apenas em 23 de fevereiro de 1996, após 25 anos de buscas, a família Paiva teria acesso ao atestado de óbito de Rubens Paiva, que seria capaz de marcar o processo de luto, mas não enterra a busca por memória. Neste momento do filme, a personagem interpretada por Fernanda Torres fala sobre o alívio de receber um atestado de óbito e traz uma das frases mais marcantes da adaptação: “A tática do desaparecimento é uma das mais cruéis, porque mata-se uma pessoa e condena-se todas as outras a uma tortura psicológica eterna” (Ainda Estou Aqui, 2024, 112min). O fechamento para essa história, se é que se pode falar de uma conclusão para o sofrimento da família de um

desaparecido político, daria-se com a CNV, que foi capaz de investigar e juntar os documentos necessários, em associação ao depoimento de vítimas, para preencher lacunas sobre o paradeiro de Rubens Paiva, o qual teria sido morto poucos dias após seu sequestro e teria seu corpo removido diversas vezes até ter seus restos jogados ao mar do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

A obra cinematográfica de ficção histórica *Ainda Estou Aqui* é um pedaço da história do nosso país, que representa um momento delicado de opressão e repressão dos direitos humanos. O filme, dirigido por Walter Salles, retrata não apenas a trajetória da família Paiva, mas a de inúmeras famílias afetadas pela Ditadura no Brasil em diferentes níveis. Por meio da narrativa de Eunice e sua luta pela verdade, o longa nos convida a refletir sobre as consequências imediatas e posteriores causadas por mecanismos de desaparecimento em regimes autoritários, que ceifam vidas e condenam famílias inteiras ao luto prolongado.

A análise teórica com base nos conceitos de Biopolítica, Necropolítica e Necrogovernabilidade nos permite compreender como o Estado Brasileiro, durante o regime militar, utilizou-se de dispositivos de controle para perseguir e eliminar os “inimigos internos”, por meio de um processo de dessubjetivação do indivíduo, desde a captura até a ocultação do cadáver, decidindo aqueles que merecem viver e aqueles que podem ter suas vidas descartadas em nome de um bem maior, pregado por sua ideologia vigente.

O caso de Rubens Paiva, retratado no filme e detalhado nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, exemplifica como esses dispositivos operavam: a tortura, a ocultação e a burocracia possibilitaram que o paradeiro de Rubens permanecesse desconhecido por décadas, condenando Eunice e o restante da família Paiva a uma busca exaustiva pela verdade.

Assim, o filme *Ainda Estou Aqui* desempenha um papel essencial na popularização da história de vítimas da Ditadura Militar no Brasil, transcendendo o espaço acadêmico e adentrando o cotidiano popular, principalmente em um contexto global como o atual, no qual as discussões sobre a democracia permanecem ameaçadas. Portanto, em um momento em que discursos ideológicos negacionistas e revisionistas ganham espaço de discussões, obras como essa assumem o papel de combater o esquecimento de momentos repressivos e violentos como o retratado, que podem tornar-se uma ameaça futura, caso esqueçamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINDA Estou Aqui. Direção de Walter Salles. Rio de Janeiro: Rt Features, 2024. (136 min.), son., color.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília: CNV, 2014. 976p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Brasília: CNV, 2014. 416p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume III. Brasília: CNV, 2014. 1996p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>
- BRASIL, R. F. do. Ato Institucional n. 5 (AI-5). Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>. Acesso em: 1 mar. 2025.
- FOUCAULT, M (1976a) **História da Sexualidade v. I :Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANCO, F. L. de A. Da necropolítica à negrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil (tese doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
- FRANCO, F. L. F. N. Necropolítica: entenda o que é a política da morte. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5Ebmeh2Nk>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 5ª Impressão. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PRAZERES, Leandro. **'Ainda Estou Aqui': os bastidores da carta que expôs o caso Rubens Paiva ao mundo e ajudou a soltar Eunice**. [S. l.], 28 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckgnnze7j8no#:~:text=No%20dia%2020%20de%20janeiro,Eliana%20Paiva%20para%20prestarem%20depoimento>. Acesso em: 1 mar. 2025.
- RAMOS, M. S.; STAMPA, I. SUBVERSÃO E RESISTÊNCIA DOCENTE: Notas sobre a ditadura militar e o movimento Escola sem Partido. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 9, n. 2, 2016. DOI: 10.15687/rec.v9i2.29830. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/29830>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Editora EUel, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

ZULIANI, André. **Em quantas categorias o filme Ainda Estou Aqui está indicado no Oscar 2025?**. [S. l.], 26 fev. 2025. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/oscar-2025/ainda-estou-aqui-indicacoes-oscar-2025>. Acesso em: 1 mar. 2025.

UMA ANÁLISE DOS CICLOS ELEITORAIS DE 2014 A 2022 NO BRASIL

Carla Fernanda Rosa 

O cenário político nacional de 2018 foi marcado por intensas manifestações e protestos públicos, muitos dos quais foram impulsionados pelos desdobramentos das eleições presidenciais entre Jair Bolsonaro, então candidato do Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse contexto político levanta questões sobre os fatores que influenciam a participação em ações coletivas, especialmente em tempos de polarização acentuada.

O Brasil já havia vivido um momento de grande mobilização em 2013, com as Jornadas de Junho, quando manifestações públicas tomaram as ruas, em grande parte impulsionadas pela insatisfação com a gestão do governo. Esse movimento inicial de protestos foi apenas o começo de um ciclo de crescente mobilização política, que se intensificou em 2014. Nesse mesmo ano, a eleição de Dilma Rousseff (PT) foi contestada pelo candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), gerando uma série de disputas políticas que se estenderam por todo o período pós-eleitoral. A crise política atingiu novos patamares em 2016, com o processo de impeachment de Rousseff, que resultou na ascensão de seu vice-presidente, Michel Temer (MDB), à presidência, aprofundando a divisão política e social no país.

Em 2018, essa polarização atingiu novos patamares durante as eleições presidenciais, com uma disputa marcada por discursos acirrados e uma divisão ideológica cada vez mais explícita. Jair Bolsonaro, vencedor do pleito, representava uma frente conservadora, enquanto Fernando Haddad, do PT, refletia a continuidade de um governo mais à esquerda. Esse embate não só refletiu a crescente polarização, mas também foi acompanhado por uma série de protestos e mobilizações, tanto favoráveis quanto contrárias ao novo governo. A intensificação dessa divisão política levou a uma maior visibilidade das manifestações públicas, que se tornaram um reflexo das tensões políticas e sociais em curso.

Esse cenário de polarização permaneceu presente nas eleições de 2022, que marcaram um novo capítulo na disputa política nacional. O pleito foi caracterizado por uma acirrada competição entre o então presidente Jair Bolsonaro, agora pelo Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que retornava ao cenário eleitoral após ter suas condenações anuladas pelo Supremo Tribunal Federal. A eleição foi uma das mais disputadas da história recente do Brasil, resultando na vitória de Lula no segundo turno, com 50,90% dos votos contra 49,10% de Bolsonaro. O desfecho das eleições gerou intensas reações, incluindo manifestações contrárias ao resultado por parte de apoiadores do ex-presidente, que questionavam a legitimidade do processo eleitoral. Os protestos culminaram nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília, em um episódio sem precedentes na história democrática do país.

Diante desse contexto, a participação política se manteve ativa, mas com novas formas de expressão e engajamento. A análise dos fatores que condicionaram o ativismo de protesto entre 2014 a 2022 torna-se essencial para compreender como a polarização política, as crises institucionais e os eventos eleitorais impactaram o comportamento político da população, especialmente no que se refere à mobilização em protestos e manifestações públicas.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E A ASCENSÃO DA POLARIZAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) sempre teve um forte vínculo com as massas populares no Brasil, especialmente durante sua trajetória nas últimas décadas (Carreirão, 2014). Formado por militantes de esquerda, intelectuais e artistas, o PT inicialmente defendia princípios associados à social-democracia. Contudo, após a redemocratização, as preferências ideológicas do eleitorado brasileiro se mantiveram predominantemente conservadoras. Nesse cenário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se consolidou como um líder político capaz de reorganizar o eleitorado e dar origem a uma nova corrente política, o lulismo (Carreirão, 2014).

As derrotas de Lula nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, em grande parte, foram atribuídas a argumentos ideológicos, principalmente a alegação de que sua candidatura representaria uma ameaça comunista. Durante esse período, sua base de apoio estava concentrada principalmente entre eleitores escolarizados e urbanos. Contudo, foi apenas em 2002, quando Lula derrotou José Serra (PSDB), que o PT conseguiu conquistar a adesão das massas, ampliando seu apelo político e consolidando uma base eleitoral mais ampla (SINGER, 2009; 2012).

O programa ideológico do PT focava na luta contra a desigualdade de renda e na busca por mudanças sociais dentro da ordem política estabelecida. Lula representava uma força política à esquerda, mas em um contexto onde, paradoxalmente, a maior parte da população mais pobre ainda se posicionava, de maneira intuitiva, à direita. Nesse sentido, André Singer (2012) descreve um fenômeno de "repolarização", no qual a disputa entre direita e esquerda foi substituída por uma luta entre ricos e pobres, o que refletiu as disputas eleitorais entre o PT e o PSDB nas eleições presidenciais (Singer, 2009; 2012).

Nos anos seguintes, o lulismo, embora originado no PT, ultrapassou as fronteiras partidárias e passou a ser vinculado diretamente à imagem de Lula. Esse fenômeno se consolidou especialmente durante o período em que ele foi presidente. No entanto, a popularidade do lulismo começou a enfrentar desafios a partir de 2010, quando Dilma Rousseff

(PT) assumiu a presidência. Seu governo, marcado por crises econômicas e políticas, viu o PT perder parte do apoio popular (Singer, 2018).

As Jornadas de Junho de 2013 representaram um marco na erosão da popularidade do governo de Dilma Rousseff. Insatisfeitos com a estagnação econômica e os escândalos de corrupção, incluindo a Operação Lava Jato, muitos de seus apoiadores se distanciaram do governo (Singer, 2018). Apesar disso, Dilma conseguiu se reeleger em 2014 em uma eleição apertada contra Aécio Neves (PSDB). Porém, em 2016, o clima de polarização política se intensificou ainda mais, culminando no impeachment de Rousseff, um processo liderado por seu vice-presidente, Michel Temer (MDB).

Esse cenário de crescente polarização política se refletiu nas eleições presidenciais de 2018, quando Jair Bolsonaro (ex-PSL) derrotou Fernando Haddad (PT), consolidando a vitória da direita conservadora no Brasil. A derrota do PT, já fragilizado pela ausência de Lula, foi vista como um triunfo da direita e uma clara manifestação do descontentamento com os governos petistas (Singer, 2018).

Em 2018, a disputa não envolvia apenas as opções partidárias, mas também a expressão de um partidarismo negativo. Como demonstrado nos estudos de Samuels (2004, 2006, 2008), o antipetismo foi um fenômeno central para entender a dinâmica entre eleitores e partidos no Brasil. O antipartidarismo é um fenômeno instável que afeta tanto o partido no poder quanto o sistema político em geral. Esse sentimento de desapego pode gerar desafios para a democracia, uma vez que diminui a participação e o envolvimento cívico dos cidadãos (POGUNTKE, 1996).

Débora Messenberg (2017) realiza uma análise sobre as manifestações de direita em 2013, apontando que, naquele ano, houve uma crescente disseminação de posicionamentos conservadores, que não se limitavam ao Brasil, mas se alastravam globalmente. A participação de grupos conservadores, que antes eram menos visíveis politicamente, se tornou mais evidente, especialmente durante as manifestações de junho de 2013. Messenberg (2017) argumenta que isso refletiu o início de uma nova onda conservadora, que se consolidou nas eleições de 2018.

Nas eleições presidenciais de 2022, essa polarização se manteve acentuada, consolidando a disputa entre Jair Bolsonaro, candidato à reeleição pelo Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que retornava ao cenário eleitoral após a anulação de suas condenações pelo Supremo Tribunal Federal. A eleição foi uma das mais acirradas da história recente do Brasil, sendo decidida no segundo turno, com Lula vencendo por uma margem estreita. O resultado eleitoral gerou intensas reações, com manifestações de contestação por

parte dos apoiadores do ex-presidente, culminando nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando extremistas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

A análise de Thiago Silva (2017) sugere que a opinião pública brasileira está se tornando cada vez mais fragmentada, com novos agrupamentos ideológicos surgindo e resultando em uma maior distinção entre os grupos de esquerda e direita. Essa segmentação ideológica tende a aumentar as tensões e a antipatia entre os polos, refletindo a crescente polarização da sociedade brasileira (Silva, 2017). A eleição de 2022 não apenas reafirmou a centralidade do lulismo no cenário político nacional, mas também demonstrou como a polarização e a mobilização popular continuam sendo elementos fundamentais na dinâmica política brasileira.

O objetivo deste estudo é investigar o ambiente político dos últimos anos, analisando os fatores que contribuíram para a intensificação da polarização e da mobilização social no Brasil. A pesquisa busca oferecer uma análise das dinâmicas políticas contemporâneas, considerando elementos como a ascensão e consolidação do lulismo, o crescimento do conservadorismo, o impacto do antipetismo e os reflexos das manifestações populares. Além disso, pretende-se compreender como os processos históricos influenciam o cenário político atual, destacando a relação entre eventos eleitorais, crises institucionais e mudanças no comportamento político da população.

Este estudo utiliza dados fornecidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), uma pesquisa internacional que visa medir os valores, convicções, comportamentos e condições socioeconômicas dos indivíduos por meio de amostras probabilísticas representativas. O LAPOP realiza surveys com questões padronizadas em todas as regiões de cada país participante, permitindo comparações transnacionais e regionais (LAPOP, Vanderbilt University).

A análise deste estudo baseia-se nas rodadas de 2014 e 2018 realizadas no Brasil, conduzidas pela *Vanderbilt University* em parceria com a *Universidade de Brasília*. Em 2014, os questionários foram aplicados entre março e abril, com uma amostra de 1.500 entrevistados. Já em 2018/2019, a coleta de dados ocorreu entre janeiro e março de 2019, com uma amostra de 1.498 indivíduos. Para a administração da pesquisa, foi utilizado o dispositivo portátil *SurveyToGo*, que facilita a coleta e o processamento dos dados de forma eficiente (Lapop, Vanderbilt University).

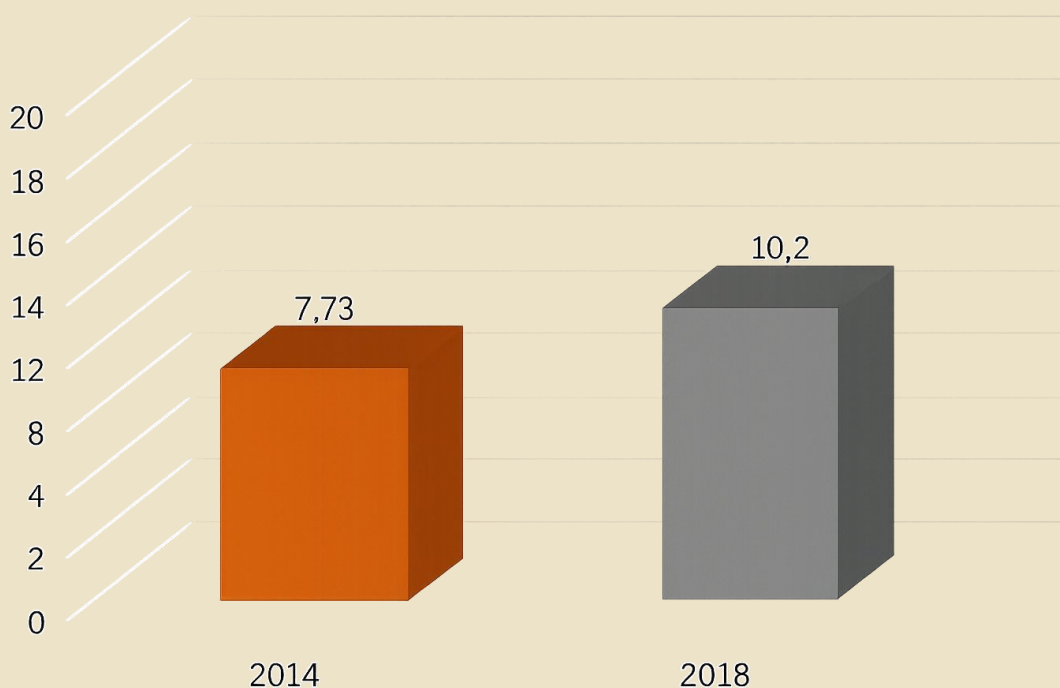
Em ambas as rodadas, as entrevistas foram realizadas de forma presencial com adultos em idade de votar, representando uma amostra nacionalmente representativa. As cinco principais regiões geográficas do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foram

contempladas, e os participantes foram selecionados com base em estratos representativos da população em cada uma dessas regiões. O critério de seleção adotado envolveu grupos de 6 entrevistas por segmento, garantindo a diversidade e representatividade da amostra (LAPOP, Vanderbilt University).

A principal variável dependente deste estudo é a participação em protestos, medida pela seguinte pergunta do survey: "Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra. participou de alguma manifestação ou protesto público?". As respostas a essa pergunta foram recodificadas em uma variável dicotômica, sendo atribuídos os valores 0 para "não protestante" e 1 para "protestante", permitindo uma análise mais objetiva da participação ativa em manifestações.

Em relação à variável dependente principal, o ativismo político de protesto, os resultados mostram o seguinte:

FIGURA 1 – PARTICIPAÇÃO EM PROTESTOS (%)



Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em 2014, 7,7% dos entrevistados afirmaram ter participado de ações contestatórias nos últimos 12 meses (2013/2014). Já em 2018, houve um leve aumento para 10,2% de participação (2018/2019).

Avalia-se que o aumento da participação em ações contestatórias tem o poder de fortalecer o sistema democrático. A presença de protestos e manifestações na política reflete uma sociedade engajada e capaz de exercer pressão sobre as elites políticas, forçando-as a atender às demandas populares (RIBEIRO & BORBA, 2015; DALTON, 2006). Dessa forma, o protesto público não é apenas uma ferramenta legítima, mas também necessária para a defesa de direitos e para a construção de uma democracia mais robusta.

No entanto, é importante ressaltar que o ativismo de protesto deve ser encarado como um indicativo de uma democracia saudável, desde que não se associe a práticas extremistas ou à violência. O ativismo deve ser orientado para a busca por soluções construtivas, que promovam o bem-estar coletivo e o fortalecimento da governança democrática (Powell, 1982; Dalton & Sickle, 2005; Ribeiro & Borba, 2015).

Nesse sentido, a principal ameaça à eficácia do ativismo é a "alienação política" ou a falta de "sofisticação política" de certos segmentos da população, o que pode levar à manipulação das mobilizações ou ao distanciamento da busca por soluções pragmáticas (Borba, Gimenes & Ribeiro, 2015).

CONCLUSÃO

Os dados analisados ao longo deste estudo demonstram que a participação em manifestações aumentou nos últimos anos, refletindo o aprofundamento das disputas políticas e a crescente polarização da sociedade brasileira. No entanto, para que esse ativismo tenha um impacto positivo e construtivo, é necessário que ele esteja ancorado em um conhecimento político sólido e em um compromisso com a resolução pacífica e produtiva dos conflitos sociais.

A análise dos processos políticos recentes evidência que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi impulsionada, em grande parte, pelo antipetismo e pela rejeição ao legado do PT, enquanto a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 representou o retorno de um governo de esquerda após um período de instabilidade política.

Além disso, a falta de coesão ideológica no governo Bolsonaro, conforme discutido por Marques (2020), contribuiu para a fragilização de sua candidatura em 2022. Enquanto sua ascensão em 2018 foi baseada em um discurso conservador e na oposição ao PT, seu governo não apresentou um projeto político ou econômico claro, tornando-o vulnerável à rejeição de parte do eleitorado. Em contrapartida, Lula conseguiu recuperar sua base de apoio ao reforçar um discurso voltado para o combate às desigualdades sociais e ao associar sua candidatura à

memória dos governos petistas anteriores, marcados por maior inclusão social e crescimento econômico para alguns setores da população.

Por fim, o crescimento das manifestações e protestos desde 2013 demonstra que a mobilização popular se tornou uma ferramenta política relevante, tanto para reivindicações progressistas quanto conservadoras. O ativismo político, que se intensificou nas eleições de 2018, alcançou um novo patamar em 2022, evidenciando um país cada vez mais engajado e, ao mesmo tempo, mais polarizado. Essa participação ativa, embora marcada por divisões ideológicas, também reforça a vitalidade democrática do Brasil, demonstrando que a população continua a exercer seu papel na arena política por meio do ativismo e da contestação pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, Buenos Aires, n. 5, 2015a. p. 13-47.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, vol. 24, n. 1, 2018. p. 53-89.
- CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, 2006. p. 307-339.
- _____. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, 2008. p. 319-351.
- _____. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, 2014. p. 255-295.
- DALTON, R. Citizenship Norms and Political Participation in America: The Good News Is ... the Bad News Is Wrong, Center for the Study of Democracy, University of California, Paper 2006-01, October 2006.
- DALTON, R.; SICKLE, A. V. "The resource, structural, and cultural bases of protest". Center for the Study of Democracy. Paper 05-11 (August 8, 2005). Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/csd/05-11>.
- LAPOP: Brasil, 2014. Brasil 2014, Version # 15.2.5.1. Vanderbilt University, 2019. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>. Acesso em 02 fev. 2025.
- LAPOP: Brasil, 2019. O Barómetro das Américas 2018/19 Questionário Brasil Versión # 11.2.7.1. Vanderbilt University, 2019. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>. Acesso em 02 fev. 2025.
- MARQUES, P. Dimensão e determinantes do pensamento ideológico entre os brasileiros. *Agenda Política*, Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020. p. 78-105.
- MESSENBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 32, n. 3, set.-dez, 2017. p. 621-648.
- POGUNTKE, T. Anti-Party Sentiment–Conceptual Thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield". *European Journal of Political Research*, vol. 29, 1996. p. 319-344.

- POWELL, G. B. Contemporary democracies: participation, stability, and violence. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política na América Latina. Maringá: Eduem, 2015.
- SAMUELS, D. As bases do petismo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, n° 2, 2004. p. 221-241.
- SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002/2008). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n. 2, 2008. p. 302-318.
- SAMUELS, D. Sources of mass partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, vol. 48, n° 1, 2006. p. 1-27.
- SAMUELS, J. D; ZUCCO, C. Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans Voting Behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SILVA, T. Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014). Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Política da UnB. Brasília, 2017.
- SINGER, A. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 392p.
- SINGER, A. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, 2009, p. 83-102.

TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO: RELIGIOSIDADE E POLÍTICA

Jeferson do Nascimento Machado



Leandro Brunelo



O município de São João do Triunfo está localizado na região sudeste do Estado do Paraná, fazendo vizinhança com duas cidades de relevância histórica, a saber: Lapa e Palmeira. Ao pontuarmos a relevância histórica das cidades vizinhas nos referimos ao fato de que a Lapa foi palco de um dos episódios da Revolução Federalista, o Cerco da Lapa, o qual é constantemente revisitado pela historiografia. Ao nos referirmos sobre a relevância de Palmeira, estamos remetendo a experiência anarquista do final do século XIX, bem como a presença de escravizados na região, ambos conteúdos bastante revisitados pela historiografia.

Entretanto, reconhecida a importância histórica das urbes citadas, buscamos apontar ao longo deste texto que a comunidade triunfense possui sua relevância, tanto do ponto de vista local quanto do ponto de vista nacional, visto que a localidade vem sendo palco de uma das mais duradouras experiências de esquerda do Estado do Paraná. Desta maneira, pode-se apontar para a constituição de uma cultura política contra hegemônica em São João do Triunfo, que ocorreu a partir da década de oitenta e continua viva até os dias atuais. Esta conjectura se sustenta pelo fato que o Paraná, ao longo do seu processo histórico, constituiu-se enquanto um estado, por assim dizer, a direita do espectro político; portanto, uma cidade que se constitui em direção oposta, pode ser compreendida enquanto contra hegemônica.

Todavia, vale salientar que existe um longo caminho entre a fundação do município, ocorrida em 1890, até o surgimento da esquerda triunfense na década de setenta e oitenta. Aliás, pode-se considerar que, muito antes da fundação da cidade, o território já estava ocupado por indígenas, fato que pode ser verificado nos vestígios arqueológicos encontrados pela região. Isso significa dizer que, a ideia de um sertão vazio, ou um paraíso ecológico inabitado, o qual foi bravamente desbravado por pioneiros sertanista – como foi muitas vezes descrito –, oculta e silencia um conjunto enorme de seres humanos presente na região, os fazendo vítimas duas vezes: na primeira vez, vitimados pela violência; na segunda, vitimados pelo silenciamento da memória.

Levando isso em consideração, aponta-se que a presença de europeus e descendentes de europeus no território, ocorreu desde meados do século XIX, quando os tropeiros que rumavam a Sorocaba iniciaram a travessia pelo local, no que ficou conhecido como Estrada de Palmas. Posteriormente, em meados da década de sessenta do século XIX, chegaram alguns sertanistas, os quais foram impondo sua posse sobre aquela região de ervais e araucárias que até então eram manejadas pela população indígena local. Além disso, vale considerar a possível presença de escravizados negros na região, visto que os sertanistas utilizavam destes escravizados para fazerem as picadas e os outros trabalhos necessários para a sobrevivência.

Em relação a intenção de ocupar o território, Marcelo Ribas aponta que:

Desde meados do século XIX havia a intenção de ocupar os campos que ficavam na região central ao lugar que posteriormente iria formar a Província do Paraná. Essa região, que ia dos campos gerais até o rio Paraná, era considerada um “espaço vazio”, “desocupado”. Nesse cenário, as atividades que envolviam a pecuária e os tropeiros levantaram a necessidade da abertura de caminhos que facilitassem a passagem entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, como o Caminho de Palmas. Então, o tropeiro que viajasse da cidade de Viamão-RS, tinha em Palmas duas opções: seguir por Guarapuava e atingir o caminho do Viamão na altura de Ponta Grossa ou seguir pela Estrada de Palmas, saindo em Palmeira. O Caminho de Palmas era a alternativa mais curta e também mais próxima de Curitiba. (Ribas, 2022, p. 687)

Vale apontar que, a partir disso houve a fundação de algumas comunidades, dentre as quais destacamos Palmeira, que foi criada em 1860. A região que seria São João do Triunfo era parte integrante de Palmeira, que somente quatro séculos depois, conseguiria sua emancipação política.

Posteriormente ao processo de emancipação, iniciou-se uma forte corrente imigratória, sobretudo de poloneses, que vieram para o território triunfense. Quando estes poloneses chegaram pela região, depararam-se com uma pluralidade de pessoas, as quais estavam imersas em uma cultura com traços indígenas, africanos e com raízes no tropeirismo. Desta maneira, pode-se apontar que a comunidade triunfense resulta dessa simbiose de etnias e culturas. Entretanto, vale dizer que de modo algum se pode extrair disso o panegírico, ocultando assim as tensões sociais, visto que esta localidade, como aponta Ribas (2022), foi marcada também por tensões.

Acerca do cotidiano triunfense nas primeiras décadas do século XX, Ribas nos traz interessantes apontamentos, onde podemos notar uma cidade com fortes traços rurais

[...] Um cotidiano que se passava nas plantações, em estradas de terra, em paióis, armazéns, à beira do Rio Iguaçu e seus afluentes, nas casas construídas com madeiras a partir da derrubada de pinus, araucária e imbuia. O envolvimento do poder municipal e de suas leis demonstram como se organizavam algumas das relações nesses meios. Nas atas da Câmara de São João do Triunfo, das décadas de 1890 e 1920, foram descritas leis que cobravam impostos anuais sobre carroças (grandes, médias e menores); multas sobre as cabeças de cães, porcos, cabritos ou carneiros que fossem encontrados vagando pelas ruas das vilas; leis que solicitavam aos moradores dos quarteirões que auxiliassem na extinção de gafanhotos das plantações; leis que determinavam que as pontes e os aterros nos rios fossem conservados e reconstruídos pelos moradores que por eles passassem etc.(Ribas, 2022, p. 687).

Notavelmente, considerando-se o tempo presente, pode-se dizer que existiram muitas mudanças; entretanto, cabe apontar que, sobretudo do ponto de vista econômico e cultural, o município continua guardando vigorosos traços rurais, de tal maneira que podemos descrever a cidade atual enquanto uma cidade camponesa. Em contraste com os municípios vizinhas, a comunidade triunfense se distingue, visto que enquanto ao entorno predomina uma paisagem urbana, a urbe triunfense é majoritariamente rural; por conseguinte, a urbe é de predominância camponesa, fazendo contraste com as urbes aos redores, as quais são de predominância

operária. Logicamente, isso não significa que não existam indústrias na cidade, entretanto, as que existem, tratam-se de pequenas agroindústrias, organizadas em forma de cooperativas, que atuam no ramo do beneficiamento de sementes diversas e na produção de alimentos derivados da erva-mate, tal qual o chimarrão e o chá-mate.

Disso tudo resulta em uma cidade com um cotidiano camponês, que pode ser observado na crônica produzida por Priscila Ernest, intitulada de “Jeito simples de ser, jeito bom de viver”:

A economia da cidade é concentrada no setor agrícola, por isso, no mesmo horário em que Roberto vende seu cafezinho na praça, muitos tratores e carroças começam a ocupar a rua principal de São João do Triunfo. São agricultores que saíram de casa às seis horas da manhã para irem até a cidade resolver seus afazeres, seus ‘cuidos’, como eles costumam chamar (Ernst, 2007, p. 10).

Este jeito simples de ser não significa que os camponeses sejam menos complexos. Isso pode ser vislumbrado, por exemplo, na complexidade religiosa da localidade. Embora o catolicismo seja a religião predominante, pode-se apontar para o caráter inventivo das práticas religiosas, ou seja, existem determinadas táticas locais que conjugam outras crenças com o catolicismo, fazendo com que se constituíssem uma religiosidade bastante híbrida. As devoções a São João de Maria, as crenças nas benzedadeiras e nas concepções espíritas, fazem parte da religiosidade de muitos triunfenses.

Outro ponto, o qual é objeto de nossa reflexão, trata-se da política triunfense. Diferente da maioria das cidades do Paraná, a população triunfense, desde a década de oitenta, tem construído uma trajetória política à esquerda do espectro político, visto a presença do PT-SJT. Vale acrescentar que este partido possui, desde a sua fundação, uma interessante articulação junto aos trabalhadores, o que confere à organização partidária um forte capital político. Por isso, o PT-SJT tem conseguido competir, ao longo de décadas, com a direita da cidade, vindo a ganhar as eleições em diversas vezes. E, mesmo em momentos mais delicados para a esquerda nacional, os trabalhadores triunfenses conseguiram eleger candidatos progressistas.

A partir desse panorama, lançamos alguns questionamentos: existe alguma relação entre os camponeses, a religiosidade e a política que explique a fundação, a consolidação e o sucesso político do PT-SJT?

RELIGIOSIDADE E POLÍTICA

A questão da descrença, em específico o ateísmo militante, funcionou como uma propaganda invertida, que afastou muitos trabalhadores das organizações da esquerda (anarquistas e comunistas). Este foco exacerbado sobre a crítica da religião, que diga de passagem é mais herdeira de Ludwig Feuerbach do que de Marx, transitou entre as mais

importantes organizações de trabalhadores desde a época da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e, por vezes, causou certo estranhamento entre a massa intelectual e o operariado. Mas não se tratou de algo hegemônico e podemos encontrar exemplos diversos de intelectuais que eram ateus e faziam críticas à instrumentalização da religiosidade pelos grupos dominantes, porém não faziam oposição à questão da fé popular. Além disso, pode-se apontar que existiam também pessoas que eram extremamente religiosas. O ateísmo militante ficou mais nítido em algumas alas mais radicais do movimento anarquista e comunista. No anarquismo isso foi ainda mais evidente e, pelo menos enquanto conjectura, pode-se sugerir que o ateísmo foi um dos fatores que contribuiu para o esvaziamento do movimento anarquista.

Em relação ao Brasil, em particular, as alas conservadoras e reacionárias sempre buscaram construir uma ideologia sobre a esquerda - difundida através dos diversos dispositivos de propaganda - na qual buscavam uma aproximação radical entre a esquerda e o ateísmo, no interesse de criar uma repulsa do trabalhador religioso às organizações sindicais e partidárias, impedindo assim as mobilizações sociais dos trabalhadores, que em sua maioria são religiosos. Vale dizer que não se trata de apontar que o ateísmo é uma concepção mais ou menos correta, outro sim, pontuar como a questão foi objeto da propaganda burguesa no Brasil e esteve presente no movimento anticomunistas (Motta, 2002).

Em relação à esquerda brasileira, pode-se apontar para a existência de uma pluralidade de crenças e não crenças e que, sobretudo durante a Ditadura Militar e abertura política, constituiu-se uma esquerda com fortes laços com o cristianismo, que pode ser mais bem constatada no PT. Assim, como aponta Michael Löwy (2016) alguns vão enxergar conexões entre o cristianismo e o socialismo. Na América Latina, em especial, podemos destacar o Cristianismo da Libertação, que nasce enquanto um desdobramento de fatores internos (Concílio Vaticano II e Conferência de Puebla) e externos a Igreja Católica (Revolução Cubana e a crescente pauperização dos trabalhadores). Do interior deste movimento começam a ser gestadas teologias bastante próprias, tais como a Teologia da Libertação e a Teologia da Missão Integral.

No contexto particular do Brasil o Cristianismo da Libertação foi essencial para a resistência à Ditadura Militar e, durante a abertura política, foi peça chave na organização de movimentos sociais e partidos políticos, tais como o PT, que foi fundando por uma base plural, acolhendo ateus, agnósticos, católicos, evangélicos, kardecistas, umbandistas etc. E, por conseguinte, esta base religiosa foi fundamental para o estabelecimento do diálogo entre a classe trabalhadora, que é em sua maioria religiosa.

Em específico o PT-SJT, pode-se apontar para uma relação muito harmoniosa entre a religiosidade local e o partido. Aliás, a organização partidária local é fundada e consolidada por católicos. Acerca da religiosidade, devemos destacar que os triunfenses possuem um sistema de crença que resulta de uma simbiose de credos locais que são conjugados ao catolicismo. Sobre essas crenças, Ernest postula que:

Norteadas por credences e costumes, a população de São João do Triunfo desenvolve uma forma calma e única de viver a vida. São apegados à mística, que se explicita por meio do simbolismo religioso. Estes, por sua vez, acabam por constituir-se na própria religiosidade, como elemento artístico e cultural desse povo. Entre as mais diversas simbologias apresenta-se como prática a Dança de São Gonçalo, o devotamento ao Monge João Maria, bem como rezas e romarias à Gruta Nossa Senhora da Conceição localizada no centro de São João do Triunfo (Ernst, 2007, p. 44).

Acerca de São João de Maria, trata-se da devoção que remete ao monge que viveu por determinado tempo na localidade da Lapa e é compreendido enquanto uma figura santa e revolucionária. Acerca deste santo popular, Benjamin Stempinhaki - um dos fundadores do PT-SJT - ao comentar sobre remédios tradicionais, aponta que: “E daí, os remédios sempre os chás caseiros com os intendentos desde... isso já surgiu desde os tempos que o povo fala, que eu lembro, naquele tempo de João Maria de Agostinho. Ele andava nessa região.”. Também vale considerar a dança de São Gonçalo, que se trata de um ritual festivo e religioso, o qual remete a relação entre humano e natureza, visto que São Gonçalo é considerado pelos triunfenses como santo protetor dos indígenas e da floresta. A dança em questão é praticada na região há mais de 90 anos e produziu uma importante liderança política na localidade de Canudos e do município, o Pedro Antunes, o qual esteve engajado em diversas lutas pela reforma agrária e a produção orgânica, bem como foi um dos primeiros vereadores petistas da cidade (Ernest, 2007).

Essas crenças mais populares nunca afastaram os triunfenses do catolicismo, em verdade, foram sendo conjugadas a crença católica. E o catolicismo, em particular, funcionou como ferramenta essencial para o processo de politização e engajamento dos triunfenses a partir da década de oitenta, momento em que chegou pela região um novo padre - o Pe. Estephano Hubert, que ficou conhecido popularmente como Pe. Estevão - o qual pensava o cristianismo em interface com a sociedade, não ignorando, portanto, os problemas sociais e a dimensão política do mundo. Acerca desse padre, o Benjamin comenta que:

Eu comecei a aprender mais em função das igrejas, com a Igreja Católica. Como nasci já na família católica, a gente participou de muitos movimentos religiosos. Na época veio um padre que era de ascendência alemã, aqui nessa região. Veio lá dos lados de União da Vitória, onde é a diocese. E ele veio com os projetos de catequese adulta, assim, ensinando como uma oração, como que deve viver um cristão, como que ele deve ser participativo e útil numa comunidade: trabalhando e estudando, ensinando e aprendendo... [...] E a gente começou a aprender esse campo a partir das igrejas.

Era fundado as Comunidades Eclesiais de Base, onde ensinavam o que é movimento, o que é participação conjunta do povo, junto com a política, com os governantes, com os chefes de movimentos sociais, como saúde, e assim por diante. (Stempinhaki, 2024).

Ainda, mais adiante o entrevistado aponta que:

O Padre Estevão Hubert, ele veio com esses ensinamentos, porque as próprias dioceses, desde lá do Vaticano, do Papa. Ensinamentos assim na população da catequese adulta, chamados grupos de reflexão, onde a gente refletia o que e o porquê tem pessoas abandonadas, como até hoje ainda tem. (Stempinhaki, 2024).

Assim, percebe-se a importância deste padre para o processo de conscientização, visto que a partir das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) a população católica foi tomando conhecimento dos problemas sociais, suas causas e a necessidade de organização política para conseguir melhorias sociais. Esta organização e conscientização será condição *sine qua non* para a constituição do PT-SJT e, visto a base religiosa na formação do partido, pode-se apontar que a população ficou intelectualmente armada para absorver e lidar com as críticas advindas do anticomunismo, as quais ligavam o petismo e comunismo na busca de acionar a ideologia anticomunista que fora inculcada na população antes e durante a Ditadura Militar. Historicamente o movimento anticomunista, seja aquele de via religiosa, nacionalista ou liberal, buscou sempre associar o comunismo como destruidor dos valores cristãos, destruidor do nacional, destruidor da liberdade (Motta, 2000). Nessa direção, a elite local buscou associar o PT ao espantinho do comunismo e a ideia de profanidade, tal qual aponta Ferreira (2017, p.18): “para o grupo que estava no poder, isso era um absurdo, todos que eram do PT, eram vistos como errados, ou até mesmo como o demônio.”. Por conseguinte: “o povo da cidade era muito religioso e a vinda de um novo padre influenciou a organização da população e, até mesmo, a adesão ao PT.” (Ferreira, 2017, p. 18).

Dessa maneira, mesmo com as constantes críticas ao partido vindas da denominada “panela” - termo cunhado na época se referir a elite local -, o que prevaleceu foi o petismo, que tinha em suas bases o campesinato e o catolicismo, representado por Pe. Estevão. Assim, no final da década de oitenta tínhamos uma população triunfante radical e engajada na disputa pelo poder através do PT, o que culminou na vitória do partido na eleição de 1988.

O então técnico em agropecuária, José Maria Tardin, que tinha chegado no município há alguns anos (1985), seria o escolhido para concorrer à eleição de 1988, da qual sairia vitorioso. Zé Maria - como ficou conhecido na região - tinha vindo para a cidade na qualidade de concursado da EMATER e, de tal sorte, tomou contato com a população local através das assistências técnicas. Ainda anteriormente, Zé Maria participou da CPT (Comissão Pastoral da Terra), onde teve contato com a literatura da Teologia da Libertação e da teoria social, fato

que o aproximou de Pe. Estevão. Além disso, também esteve nas articulações do recém-criado MST. Conforme Zé Maria nos esclarece entrevista:

E naquele período também, nós, um grande contingente de técnicos, estavam bastante envolvidos na organização inicial do MST, e eu fiz parte também desse processo. Fui bastante ativo na organização da ocupação da primeira fazenda do Sul do Paraná, em Teixeira Soares, em 1986. [...] A Fazenda São Joaquim. E depois as lutas do ano seguinte lá em Bituruna, que teve um despejo superviolento. (Tardin, 2024)

Ainda, o entrevistado pontua que todo esse processo político e social, naquele momento, era uma parte do programa da própria EMATER, fato que teria levado a uma grande “caça” aos técnicos por parte do governo. Acerca disso, Zé Maria diz que:

E em 1987, com a agudização política da direita no Paraná - era o período do governo Álvaro Dias e o irmão dele, Osmar Dias, secretário da Agricultura - houve uma política enorme de caça a qualquer técnico de dentro da EMATER que tivesse se dedicado - apesar de ser parte do programa da própria EMATER - aos processos de formação em educação popular, da consciência crítica, do campesinato e os desdobramento disso na organização em associações comunitárias, cooperativas municipais, sindicatos de trabalhadores rurais. (Tardin, 2024)

Foi nesse contexto que o futuro prefeito se aproximou do PT estadual, o que o levaria em seguida a sua saída da EMATER para assumir um trabalho político dentro do partido. Em 1986, o camponês Pedro Tonelli venceu a eleição estadual para deputado, vindo a ser o primeiro deputado petista eleito para a ALEP e, por conseguinte, Zé Maria foi convidado para fazer parte da equipe: “eles me convidaram para ser o integrante de uma equipe junto ao Pedro Tonelli e à direção executiva do PT” (Tardin, 2024). E foi nessas circunstâncias e com apoio dos camponeses e de Pe. Estevão, que o PT foi fundado em São João do Triunfo.

Assim, Zé Maria e Pe. Estevão foram se tornando lideranças essenciais na formação e consolidação do partido. As duas lideranças, de modo geral, estavam impactadas pela ala mais progressista da igreja e também pela efervescência da abertura política. Consequentemente, as duas lideranças estavam dispostas ao exercício de um cristianismo libertário e de uma democracia popular na cidade de São João do Triunfo, de maneira a causar uma grande ruptura no governo local. Dessa maneira, articulou-se a fundação e consolidação do partido através das bases populares, fazendo com a população fosse atuante em todo o processo. A eleição foi realizada com grande mobilização popular e, por sua vez, a gestão também se realizou através dessas mesmas mobilizações. Por isso, a posse de 1989 foi vista como uma grande ruptura, sendo noticiada pelo jornal oficial da urbe como: “São João do Triunfo vive novos tempos” (Notícias da Prefeitura, 1989, p.1).

Em relação ao papel de Padre Estevão, o ex-prefeito faz questão de mencionar que:

Agora, quando eu chego em São João Triunfo, em 1985, o padre Estevão já tinha iniciado um processo de formação de base, através das comunidades eclesiais de base da população. Ele tinha um programa de formação popular, teológico, político, poderosíssimo. Todas as comunidades rurais e na cidade, tinha as comunidades eclesiais de base. Ele fazia uma formação política intensa dos ministros de eucaristia, dos coordenadores e coordenadoras das Comunidades de Base. Então São João

Triunfo era uma efervescência de formação político-teológica a partir da paróquia. (Tardin, 2024)

Ainda, vale acrescentar que esta base religiosa, mesmo quando Pe. Estevão foi embora, prosseguiu junto ao partido. E durante a primeira gestão, como nos explica Benjamin, o Pe. Estevão foi essencial, vindo a contribuir dentre tantas coisas para a construção do hospital municipal. Sobre isso, Benjamin esclarece que:

Eu na verdade fui uma das vítimas, porque quando eu perdi a minha esposa, a mãe de meu filho, que ficou com 11 meses de idade, a última hora desmamado, o leite materno de vereda, uma doença assim que até hoje a gente ainda não sabe bem o que que foi. E também um pouco do descanso da época da saúde, falta de médicos, falta de medicamentos, condições de se locomover, talvez foi um tanto isso, mas também faz parte da vida. (Stempinhaki, 2024)

Dessa maneira, fica evidente que a construção do hospital era de necessidade imediata e a mobilização popular em torno do partido, foi essencial para a realização deste feito, bem como as articulações de Pe. Estevão, visto que ele buscou arrecadar fundos. Consta que o padre foi até a Alemanha, seu país de origem, para conseguir ajuda de amigos e familiares. Acerca disso, Benjamin aponta que:

O próprio padre Estevão entrou junto, arregaçou as mangas, não só na palavra, na prática que ele ensinava, mas como ele também corria atrás de recursos. Foi até para a Alemanha pedir lá recursos para seus familiares e conhecidos. (Stempinhaki, 2024).

Ainda, o depoente faz questão de ressaltar que desde essa época se produziu uma cultura solidária em torno do hospital:

E até hoje o hospital aqui está funcionando, a saúde, porque o povo está colaborando com suas partes mensal. Os lavradores com produtos da agricultura para manter o hospital, também o povo da cidade, com as empresas, com o comércio. Os próprios trabalhadores da cidade também têm suas organizações de ajudar o hospital e a gente está caminhando nesse rumo. (Stempinhaki, 2024).

Esse espírito de solidariedade foi essencial também para outros feitos, tal qual a instalação da energia elétrica, que foi realizada a partir da prefeitura e do pixirum, uma prática de trabalho coletivo preponderante nos faxinais. Vale lembrar que os faxinais, pelo menos até a década de sessenta, somavam 120 comunidades em São João do Triunfo (Ernest, 2004, p. 24), o que significa dizer que essa prática coletiva já estava mais ou menos enraizada no campesinato.

CONCLUSÃO

Esperamos que através das entrevistas e de outras fontes, tenhamos conseguido, pelo menos em partes, realizar uma historicização do Partido dos Trabalhadores de São João do Triunfo.

A questão inicial que mobilizou nossa abordagem pode ser respondida provisoriamente nos seguintes termos: o PT foi resultado, dentre outros fatores, da articulação camponesa, a qual possuía fortes laços com as crenças locais e com o catolicismo. A presença de Pe. Estevão e, posteriormente, de Zé Maria, ambos impactados pela Teologia da Libertação, foi essencial para o processo de constituição do partido, bem como foi importante condição para a primeira experiência petista na cidade.

Assim sendo, podemos conceber que a religiosidade e a política foram conjugadas e mobilizadas na fundação e na consolidação do partido, sendo útil inclusive para rebater as concepções que buscavam criar uma representação do PT e da esquerda enquanto inimigos da religião. Por conseguinte, conclui-se que a cidade de São João do Triunfo possui uma experiência singular, contra-hegemônica, que aponta para outros horizontes políticos no Paraná. Em suma: outro Paraná é possível.

Por fim, longe de querermos esgotar o assunto, intencionamos que este estudo possa instigar outras pesquisas, estimulando os novos pesquisadores a considerar as singularidades políticas do Estado do Paraná. Além disso, salientamos que as nossas pesquisas, bem como as nossas interpretações, devem ser compreendidas enquanto conhecimento provisório, seletivo e que, com efeito, estará sempre aberto às novas evidências, as críticas e as atualizações necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ERNEST, Priscila. **“São João do Triunfo: narrativas vivas de seu povo”**. União da Vitória: UNIUV, 2007.

FERREIRA, Pedro Henrique Antunes. **História do Partido dos Trabalhadores em São João do Triunfo - PR (1989 – 2017)**. Irati: UNICENTRO, 2017.

Löwy, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

RIBAS FILHO, M. D. N. “Tinha muita pena de deixar os seus vestidos pois logo morria”: um caso de suicídio em São João do Triunfo-PR (1928). **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 27, n. 02, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/19963>. Acesso em: 6 nov. 2024.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES

Brilha uma estrela de esperança. **Notícias da Prefeitura**. São João do Triunfo, dia e mês abreviado, 1989, p.1.

STEMPINHAKI, Benjamin. **Entrevista concedida a Jeferson do Nascimento Machado**. São João do Triunfo, 06 de abr. de 2024.

TARDIN, José Maria. **Entrevista concedida a Jeferson do Nascimento Machado**. São João do Triunfo, 07 de nov. de 2024.

C
A
P
Í
T
U
L
O

0
8

DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA ORAL E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: O CASO DE MULHERES MARINGAENSES NA ESPANHA E A MIGRAÇÃO DE RETORNO

Mariana Letícia Passos de Oliveira Martins



A memória é uma construção social que se configura tanto no âmbito individual quanto no coletivo. No campo individual, ela está ligada às vivências e emoções de cada pessoa, atuando como uma narrativa pessoal que dá sentido ao passado e influencia o presente. No entanto, a memória transcende o individual ao ser observada como construção coletiva dentro de um grupo ou sociedade. Nesse contexto, para criar uma identidade compartilhada, a memória coletiva é fundamentada em parâmetros gerais, como tradições, idiomas, símbolos, narrativas históricas e práticas culturais. A memória, ao desempenhar seu papel, não é neutra nem genérica. Por ser de grande valor, é disputada dentro de relações de poder, que determinam seu contexto, ao selecionar o que será lembrado, esquecido ou como será narrado. Dessa forma a memória pode ser apontada como algo a ser construído e reconstruído a partir dos interesses de determinados grupos em diferentes contextos históricos. A história oral, quando utilizada no campo da História, por meio de entrevistas, consegue acessar raras memórias pessoais, normalmente silenciadas e marginalizadas, que ao serem coletadas, dialogam com a sociedade, concedendo a quem se interessa, uma compreensão histórica ampla de qualquer assunto contemporâneo. (FERREIRA, AMADO 2006).

Sendo assim, foi realizada uma viagem para Espanha com destino a cidade de Getafe, localizada na província de Madri, durante o mês de abril de 2024, correspondente ao período de férias da UEM. Durante esse período foram entrevistadas três mulheres imigrantes de origem paranaense e que viviam em Maringá antes de migrar para a Espanha. Esse trabalho de campo revelou características específicas das correntes migratórias entre os anos 2000 e 2020, em particular, a dinâmica das Redes de Apoio e suas finalidades dentro do movimento migratório. As Redes de Apoio são os meios de inserção e permanência na sociedade receptora utilizados por indivíduos que migraram antes das mulheres entrevistadas, incluindo família, amigos ou grupos online, todos em situações semelhantes e que facilitaram o acesso a moradia, alimentação, emprego inicial, transporte público, educação, saúde, lazer, informações sobre documentação, integração social, entre outros aspectos. (RAMELLA, 1995).

Portanto, este trabalho busca, primeiramente, compreender as motivações individuais, sociais e econômicas que favorecem os deslocamentos populacionais e suas consequências a longo prazo. Em segundo lugar, será apresentada uma análise comparativa dos relatos das participantes, para destacar o sistema de suporte social utilizado por elas, antes e após a crise econômica de 2008, com a pretensão de amplificar o entendimento das experiências dessas mulheres dentro do contexto dos fluxos migratórios contemporâneos, assim contribuindo para o campo da História do Tempo Presente, por se tratar de um período histórico recente. (LEVI, 2018), e ao diálogo entre os estudos macro e micro-históricos.

TRÊS ENTREVISTAS, TRÊS MULHERES, TRÊS REALIDADES SÓCIO-HISTÓRICAS

Para melhor desenvolver a síntese do processo, outros conceitos além da Rede de Apoio devem ser esclarecidos. O primeiro refere-se ao termo migrante utilizado neste trabalho para designar àqueles que se deslocam de um lugar para outro, seja dentro de um mesmo país ou – como no caso desta pesquisa – para o exterior e/ou para voltar ao país natal (migração de retorno), abrangendo migrações econômicas – motivadas pela busca de melhores oportunidades –, ou sazonais – relacionadas a trabalhos temporários em setores específicos. O segundo conceito, trata-se do processo de racialização que aborda as experiências de pessoas reconhecidas como não brancas ou não ocidentais que residem em países da Europa e/ou nos Estados Unidos, seja na condição de imigrantes ou de refugiados, e que, mesmo aquelas que possuem cidadania formal, enfrentam barreiras sociais relacionadas à cor da pele, tradições, religião e língua, que dificultam sua plena inclusão nas sociedades ocidentais. (VERGÈS, 2020).

Ao ser analisado as similaridades e diferenças presentes nos relatos das participantes, é possível identificar padrões e divergências que refletem a diversidade dos contextos históricos em que cada uma está inserida. Nesse sentido, a tabela a seguir apresenta uma comparação de algumas informações fornecidas pelas participantes, que distinguem as mesmas umas das outras, e demonstra alguns marcos de suas próprias trajetórias e experiências de vida descritas durante as entrevistas realizadas:

Participante 1º	Participante 2º	Participante 3º
Mulher, brasileira/PR	Mulher, brasileira/PR	Mulher, brasileira/PR
40 anos	64 anos	31 anos
Divorciada	Divorciada	Casada
Negra	Branca	Branca
Ensino médio completo	Ensino superior completo	Ensino médio completo
Atualmente reside em Getafe	Atualmente reside em Madri	Atualmente reside em Getafe

Migrou em 2005	Migrou em 2000	Migrou em 2020
Uma filha adulta	Duas filhas e um filho adultos	Uma filha e um filho crianças
Voltou ao Brasil em 2009 com a família devido a crise	Metade da família voltou após a crise, enquanto permaneceu na Espanha	Ainda não havia migrado durante a crise de 2008

Tabela Comparativa elaborada pela autora a partir do material das entrevistas (2024)¹⁷

Cada entrevista com duração de aproximadamente uma hora, vinte e três perguntas e outras fora do roteiro, quando transcritas, ultrapassaram mais de vinte páginas. Por consequência disso, foram escolhidas passagens específicas para melhor compor o corpo do texto, que envolve alguns relatos mais íntimos das experiências das participantes. Sua transcrição também é fidedigna, mantendo os erros gramaticais e os termos em espanhol.

No relato de desembarque na Espanha, as participantes vivenciaram um processo de integração social que seguiu uma ordem similar no que diz respeito ao núcleo familiar. Isso se deve ao fato de já contarem com familiares previamente estabelecidos no país (irmã, mãe e cunhada), que desempenharam o principal papel de acolhê-las em suas casas, proporcionando moradias temporárias:

Eu tinha minha irmã aqui, que ela já era residente aqui, casada aqui na Espanha, e eu sempre tive vontade de sair do país, só que para mim foi fácil vir porque eu tinha minha irmã aqui. Ela enviou uma carta para mim, uma carta convite, que ela era responsável por mim, então eu não tive dificuldades de entrar. Minha irmã morava em Galícia, numa cidadezinha pequena lá, que se chamava Sésamo, e eu fui diretamente para lá. Cheguei em Madrid, já peguei um avião direto para lá. A minha vinda para a Espanha foi em busca de uma vida melhor. Eu era mãe solo, e a intenção primeiro de vir aqui era adquirir a minha casa própria, porque eu tinha muitas dificuldades no Brasil. Era uma mãe muito jovem, naquela época não tinha tantas oportunidades como tem hoje né, para os jovens, [...] Então eu vim para buscar um futuro melhor, e é isso. [...] Foi o ano de 2005, outubro, não lembro a data, mas foi outubro de 2005. (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

[...] Foi o ano 2000 que eu vim pra cá. Olha, eu vim pra cá, na verdade, eu vim de férias. Eu vim pra passar três meses, fazer um curso na Complutense e voltar pro Brasil. Eu vim no mês de março, no começo de março. Eu tinha recém prestado um concurso lá no Mato Grosso do Sul pra professora e tal. E as coisas estavam muito difíceis de eu trabalhar na minha área, que era História, eu resolvi vir pra cá. E com o projeto de fazer um curso na Complutense.

¹⁷ Para preservar o anonimato das entrevistadas, elas foram identificadas com números.

E eu fiz esse curso na Complutense. Aí, quando eu cheguei aqui, eu tinha minha família que morava aqui, minha mãe. Eu era a única dos cinco irmãos que morava no Brasil. Os outros, todos viviam aqui. (Entrevista 2º, dia 17 de abril de 2024).

Então, eu vim porque minha cunhada já morava aqui, a irmã do meu marido, e vim porque achei uma oportunidade de conhecer outro país, outra cultura, de oferecer uma oportunidade para minha filha, que na época tinha 5 anos, de oferecer um estudo melhor, de ter mais segurança. E eu vim, morei 6 meses com a minha cunhada [...] E ela, na época ela tinha um quarto que ela alugava, morava 3 colombianas em um quarto, um outro quarto morava uma **marroquí**, e na sala, ela alugou a sala, ficou eu, meu marido e a minha filha morando durante 6 meses. E pra gente, assim, até que foi tranquilo, né. Meu marido já veio com o trabalho certo, mas a gente chegou justo no dia da pandemia, que fechou tudo aqui. Não podia trabalhar, não podia sair de casa, tava morrendo muita gente, muita gente mesmo, não tinha nem começado o Covid lá no Brasil ainda, mas aqui tava morrendo muita gente, inclusive o taxista falou: “Vocês são loucos, o que vocês estão vindo fazer aqui?” E a gente ficou, não podia sair na rua. (Entrevista 3º, dia 20 de abril de 2024).

Sem ajuda financeira significativa para sustentarem sua estadia, todas conseguiram empregos informais após passar certo período de tempo com ajuda da família ou conhecidos. Trabalhar informalmente, como foi relatado, não permite o acesso à documentação, mas é um caminho para a segurança financeira necessária para permanecer na Espanha:

Eu fiquei na casa da minha irmã quase um mês. Mas como ela morava numa cidade pequena, eu não estava conseguindo arrumar emprego. E eu tinha amigos em Madri, que eram de Maringá. E eu falei para ela que eu queria vir para Madri, porque a minha intenção sempre foi vir para Madri mesmo, não era ficar numa cidadinha pequena. E aí deu quase um mês, não chegou a um mês. Aí eu vim para Madri, aluguei um quarto, e fui encontrando trabalho pouco a pouco. [...] é tudo indicação. Ainda mais quando você vem sem documentação. Aí eu fui indicada e comecei assim. Depois a gente vai, é tudo boca a boca no começo. Uma, porque a gente não tem documento, não tem como ninguém te contratar. Aí os empregos que sobram para a gente, são todos os empregos mais duros, né. No caso de mulher, limpeza, cuidar de idoso. Apesar que na minha época, eles ainda contratavam na **hosteleria**. Hoje é bem impossível que te contrate sem documentação. (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

Então, eu vim, mas ao mesmo tempo, eu não estava numa crise só de trabalho. Eu estava numa crise emocional com o meu relacionamento, com o meu marido. Nós não éramos de discutir nada disso, mas eu não estava numa situação cômoda, nem de trabalho e nem familiar, vamos dizer assim. **Pero**, e eu vim pra poder fazer esse curso, que duraria três meses. Era um curso de verão na Complutense. E, ao final, eu cheguei aqui. Estava toda a minha família aqui. E com um mês que eu estava aqui, minha irmã me ofereceu um trabalho. E eu comecei a trabalhar. E você sabe que quando chega aqui, nós não temos papéis, os famosos papéis. Então, você começa a trabalhar de limpeza. Eu comecei a trabalhar e já não parei mais de trabalhar. E tive a sorte que, com menos de um ano, um amigo do meu cunhado fez os meus benditos papéis. Então, eu voltei ao Brasil, mas aí eu já voltei, já fiz o divórcio, meu, tudo. E voltei pra cá. [...]

Naquela época, o contrato de trabalho, você tinha que passar no consulado espanhol. Aí eu voltei pro Brasil, [...] E eu fiquei lá três meses, tal. Nesses três meses eu resolvi minha separação, minhas coisas. E vim pra cá. E desde então, trabalhei, comecei a trabalhar, fui, trabalhei aqui de muito tempo limpando. **Pero**, trabalhei já de vendedora em **tienda**, muito tempo. Depois trabalhei de teleoperadora por 13 anos. Agora eu trabalho com limpeza, porque eu escolhi assim. Talvez, não sei, tem pessoas que não entendem, mas eu escolhi pelo horário e pelo salário, porque afinal, a maioria de que trabalha numa **tienda** vendendo aí, ganha mil e oitenta euros, mil cento e oitenta, não ganha nada. Então, eu escolhi trabalhar limpando, tal. (Entrevista 2º, dia 17 de abril de 2024)

Foi uma história muito doida. Meu marido trabalhava com esse senhor, que desde o começo, meu marido lá no Brasil mandou mensagem pra ele aqui, e ele falou: “Pode vir que tem trabalho”. E meu marido ficou trabalhando com ele durante um ano, se não me engano, e a esposa dele trabalhou pra esse casal de médicos. A gente foi num chá de bebe, de uma prima do meu marido. E aí ela não tava muito... **[Pausa]**, querendo receber as visitas, e eu tomei a frente. Falei: “Não, vem aqui, o banheiro é aqui”, eu mostrava onde que eram as coisas, eu arrumei lugar. Porque nesse dia, justo nesse dia, começou a nevar demais. Foi quando teve aquela nevada histórica, que há muitos anos não tinha [...] A Filomena, ninguém podia ir embora, porque não dava, era muita neve, não tinha como sair com o carro [...] E as duas mulheres que estavam ali nessa casa, estavam com criança pequena, e elas começaram a ficar preocupadas. Eu falei: “Não se preocupe, vou arrumar lugar pra vocês dormirem”, arrumei lugar pra elas dormirem e tal. Por causa desse dia, essa mulher que nem me conhecia, me indicou pra esse expatão dela. [...] Foi por causa disso que eu consegui esse trabalho, esse primeiro trabalho, que eu tive aqui. (Entrevista 3º, dia 20 de abril de 2024).

Embora as experiências das participantes em relação às interações sociais sejam diversas, todas conseguiram, mesmo enfrentando obstáculos, se integrar à sociedade espanhola e manter uma vida social ativa. As atividades de lazer e descanso realizadas por elas variam bastante, e todas relatam, em algum momento, terem sofrido com sentimentos de solidão. A participante 1º, inicialmente relata que, pela falta de documentação, evitava sair por medo das abordagens policiais, o que tornava necessário planejamento prévio para sair. Por viver longe da irmã, saía com menos frequência, então durante seus momentos de ócio sozinha, sentia-se confortável em frequentar a casa de amigas e visitar um salão de beleza. Aos domingos, ia ao locutório para ligar para a família no Brasil. Depois, almoçava, para em seguida ir ao um cinema próximo de sua casa:

Na verdade, os primeiros anos meus, eu não socializava tanto. Porque, como eu não tinha documentação, eu evitava sair, para não parar muito nas, aqui fala dos **controles**, né. Então nos encontros de amizade, que eu tinha ou era no salão de fazer cabelo, tinha um salão de brasileiros, que era onde a gente se encontrava uma vez por semana. Tinha, claro, minhas amigas, e a gente ia na casa delas, ou elas vinham em casa. Mas eu não era muito de sair não, tinha medo de ser presa (**risos de ambas**) Uma também, porque tudo que é sair, era muito caro.

Então, eu guardava todo o meu dinheiro, saía bem pouco [...] o meu **ócio** era nos domingos, antes de eu casar, era nos domingos, eu ia no cinema, e aí eu passava no Burger King primeiro. Não, primeiro eu passava e ligava para o Brasil, porque antes não tinha internet. Quando eu cheguei, os telefones eram antigos. Aí tinha que passar no **locutório**, que é tipo uma lan house, aí a gente ligava, a gente ia lá, pagava lá os minutos que você ligava, eu ligava para o Brasil. Aí tu saía do **locutório**, passava no burger, aí comia um hambúrguer, depois passava no cinema, era cinema de rua ainda, que era o mais próximo da minha casa também. Então, essa parte foi bem solitária para mim, assim. Porque eu não saía de festa, eu estava bem, bem, bem solitária, porque eu também morria de medo de ser presa [...] tinha bar brasileiro, tinha restaurante brasileiros, tinha, tudo tem e segue tendo, só que eu não ia, porque esses lugares eram onde tinha os **controles** de migração, entendeu? [...] No nosso caso era bar brasileiro, restaurante, mais nos bares, no restaurante até era tranquilo, você podia ir e não acontecia nada. Mas tinha sim, tinha as **danceterias** brasileiras, no final da noite sempre tinha um **controle**. Então, eu não frequentava não, mas eu conheço muita gente que frequentava. Eu estava muito focada em trabalhar, então não saía muito não, saía bem pouco. Eu saí mais quando eu ia para a casa da minha irmã, lá em Galícia, e era quando eu mais saía sim, falar que saí muito, saí não. (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

Já a participante 2º, que convivia com uma grande parcela de seus familiares, as memórias da solidão que viveu tem peso significativo. Apesar de ter relatado sentir solidão, sua rotina social foi, e ainda é atípica para uma imigrante na Europa, sendo bem ativa. A percepção da dificuldade em criar laços profundos com os espanhóis e a sensação de não pertencer geravam esse sentimento de solidão e isolamento social, mas apesar das dificuldades, a participante demonstrava buscar atividades e companhias para preencher seu tempo. Durante seu relato, a comparação entre as relações sociais no Brasil e na Espanha revelava um choque cultural e a necessidade de adaptação para com os espanhóis:

Sí. É muito difícil. Você tá num país que não é o seu, é muito difícil. Não é fácil. Mesmo hoje, que tem muita imigração aqui, é muito difícil. Os espanhóis são um povo muito **cerrado**, muito fechado. É difícil. Eles, como eu explico, você conhece no Brasil uma pessoa, começa a trabalhar com essa pessoa, dia a dia, com um ano, você está muito amiga dessa pessoa. Aqui é muito difícil acontecer isso. Os espanhóis são muito fechados. É muito difícil. Aqueles que têm uma família aqui, têm um suporte para poder aguentar a pressão de você estar num país que não é teu. Você tem um suporte. Não que é mais fácil. Não. Esse suporte que eu quero dizer é de você chegar dias e se derrubar, chorar, e, sabe: “Aí eu vou embora hoje mesmo” [...] mas é muito difícil. Não é fácil, não. Não é fácil. Eu levo aqui 24 anos, eu tenho muita amizade com espanhol, mas a gente, todavia... [**Pausa**], [...] Então, eu ainda sinto muito, às vezes, é muito difícil você, você tem que mais ou menos se impor mesmo, sabe? Porque é muito difícil. Não é fácil. E eu acho que para nenhum estrangeiro é fácil [...] Eu sempre fui muito de viajar. Meus fins de semana era muito, quando eu cheguei aqui. Minha família era pouco. Porque eu convivia com eles. Mas eu fiz amizade, eu tinha amizade, como eu te falei, que eu trabalhei numa empresa há 13 anos. Então, eu saía muito. Aí passou, depois que eu estava aqui, 5 anos, eu tive uma **pareja**. Então, eu saía com ele. Eu saía muito. Eu sou atípica. Eu saía com espanhol, saía com brasileiro, saía com peruanos, que eu trabalhei, com muita equatoriana. Inclusive, eu tenho uma grande amiga que é equatoriana, e outra peruana, que são amigas mesmo, sabe? E brasileiras

também. Mas, poucos lugares brasileiros eu frequentei. A gente inclusive, hoje, eu tenho um grupo de brasileiros, mas a gente não vai nos *sítios* brasileiros. A gente vai em lugares comuns espanhol. Não festas brasileiras, não. Mas, era uma *mescla* de tudo um pouco [...] A primeira vez que a *policía* me parou pra pedir meu documento, foi o dia que eu tinha saído da *comissaria* aqui pra pegar meu documento [...] E eu, então, eu vim com o documento por três meses e tal, e eu saía com a minha família. [...] Todos eles tinham documentação. Então, eu saía sempre com eles, nunca tive esse problema. Nunca tive problema [...] primeiro ano que eu fiquei era mais com a família mesmo [...] (Entrevista 2º, dia 17 de abril de 2024).

No contexto de vida da participante 3º, por ser mãe de crianças pequenas, o planejamento para sair também é necessário. A presença dos filhos pequenos e a necessidade de conciliá-los com a vida social limita suas opções de lazer, mas isso não a impediu de criar e estabelecer laços significativos, se adaptando:

Olha, a minha rotina, eu tenho que programar coisas que meus filhos possam participar, né? [...] Mas assim, eu não tenho muitos amigos, muitas amigas brasileiras. Eu tenho amiga dominicana, eu tenho amiga da Armênia, que é que eu saio com elas para tomar café quase todos os dias. A gente deixa as crianças na escola e vai tomar café. Aqui é assim que a gente faz. E o pessoal da igreja que são, na maioria, brasileiro, a gente sempre se encontra na casa deles, ou marca um lugar para ir comer alguma coisa. E minha família, que agora tem as minhas duas irmãs aqui, então tem mais pessoas na minha família que são brasileiras, então a gente se encontra também. Nas datas assim, não tem data específica, mas a gente sempre está junto também [...] (Entrevista 3º, dia 20 de abril de 2024).

Dentro do roteiro de entrevista foi feito questionamentos a respeito das Redes de Apoio de forma mais característica, para obter outros detalhes de como as redes de contato eram e como elas funcionam atualmente. Essas redes desempenham um papel essencial no acesso a segurança, moradia, alimentação, transporte, oportunidades de emprego e informações sobre educação, saúde, retirada de documentação, legislação vigente, lazer e outros assuntos da vida cotidiana:

Sim, quando eu emigrei a primeira vez, a rede de contato foi através de amigos, aí com o tempo você vai trabalhando, vai conhecendo outras pessoas, eu conheci gente do Brasil todo, não necessariamente eu fiquei... [Pausa], meus amigos não eram conhecidos também, porque *tampouco* todos vão ser teus amigos, teve gente do Brasil todo, então não necessariamente era gente de Maringá. De Maringá depois eu perdi o contato total com as pessoas, voltaram para o Brasil e aí você vai continuando, e com quem mais você tem amizade, acaba sendo gente de todo lado do Brasil. [...] eu conheci Maringaenses aqui, que me deram só uma dica: “Aqui o quarto para alugar é tanto”, eu aluguei, paguei, e me deram assim: “Tem um emprego tal, você quer ir?” “Sim”, [...] e aí eu mesma fui indo. [...], e não foi nada de graça não, eu paguei tudo, eu paguei meu quarto, e quando eu cheguei eu não tinha coberta, só cheguei com a mala em

Madrid. E no quarto vem só, o quarto vem mobiliado, vem o colchão, a cama, vem uma TV, o guarda-roupa sempre são um embutido, e eu não tinha lençol, eu não tinha coberta, o quarto que eu aluguei não estava incluído **calefacción**, que é aquecedor, então a primeira semana eu passei muito frio, a primeira semana eu passei bastante frio. E aí até eu receber, que eu peguei o primeiro dinheiro para mim comprar, comprei um edredom, comprei lençol, e a mulher que me alugou o quarto, ela percebeu que eu não tinha coberta, aí ela pegou e me deu uma cobertinha de cadeia (**risos de ambas**), e não tinha aquecedor, porque o aluguel estava incluído só água e luz, daí ela me emprestou lá um lençol velho, uma cobertinha de cadeia daquelas bem fininhas, e aí eu dormia com o meu **abrigo**, com o meu casaco, e com um monte de calça, e passando frio a semana toda, Aí quando eu recebi, eu comprei um edredom, comprei as coisas, toalha, comprei tudo. Porque a minha irmã, como é que ela vivia lá na cidadinha, ela também não tinha noção do que era Madrid, ela não sabia que eu ia chegar aqui, ia passar por aqui, porque eu passei uns dias de fome também, porque eu tinha pouco dinheiro, o dinheiro que eu tinha, eu só comprei [Pausa]. Eu tinha 600 euros quando eu vim, aí aluguei o quarto, então não tinha muito dinheiro, aí eu passei por umas necessidades sim, uma chegada aqui de Madrid, aí quando eu recebi, na semana eu fui lá e comprei um aquecedorzinho elétrico. Aí sim eu fiquei feliz, porque a pior coisa da vida, eu tinha fome e passava frio, horrível! O primeiro mês foi duro, aí depois eu comecei a comer no emprego, porque daí eu não tinha gasto, eu comia no trabalho. [...] (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

Funciona igual, só que hoje tem as redes sociais né? Tem os grupos de uns anos para cá, com o Facebook, que antigamente não tinha, agora tem os grupos de Facebook, você encontra brasileiros em Madrid, brasileiro em Barcelona, brasileiro de Galicia, brasileiro em Málaga, aí se eu estou em Madrid, eu entro nesse grupo e posso publicar anúncio lá, eu falo: "Estou procurando emprego", "Estou procurando quarto para alugar", ou pedir ajuda também, hoje está mais virtual, mas tem também, o boca a boca também continua, eu acho que está 50 e 50. (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

Era mapa, não tinha internet (**risos de ambas**). Não tinha todas as linhas de **metro** que tem hoje. Então, tem muitos lugares que você tinha que pegar um ônibus para ir. Que nem eu comecei a trabalhar, eu tinha que ir em **Las Rosas**, era só de ônibus. Chegava em **Moncloa**, tinha que pegar. Então, a primeira vez, minha irmã me acompanhou e tal. Então, o apoio para o imigrante é muito importante [...] Não é a mesma coisa. Hoje em dia é muito mais difícil para quem chega. Porque, sabe porque eu acho que é muito mais difícil? Não que as pessoas se tornam mais egoístas, é que a oportunidade dentro aqui é mais restrita. Então, as pessoas que estão aqui, elas também não têm tanta oportunidade. Então, esse apoio que elas gostariam de dar, talvez elas também não tenham essa condição de dar. Porque, quando eu cheguei aqui, era muito fácil uma pessoa chegar para você e falar: "Ai olha, tem uma casa para você trabalhar", e você não poder ir porque você não tinha já a hora. Hoje em dia é difícil. Eu acho que hoje em dia é muito mais difícil essa rede de apoio. (Entrevista 2º, dia 17 de abril de 2024).

É, as redes de apoio que era, a principal que foi a minha cunhada, a irmã do meu marido, ela voltou pro Brasil, ela veio deixou os dois filhos no Brasil aí minha sogra trouxe os dois filhos dela, e aí não deu mais pra ela ficar aqui e ela voltou, então com ela eu não posso contar mais porque ela não vive mais aqui. E a minha irmã que chegou depois de mim, que a minha cunhada foi embora e deixou a casa que ela morava pra minha irmã e o trabalho dela pra minha irmã e mais um trabalho também que são apenas alguns dias. E a minha irmã que chegou depois de mim me deixou um trabalho sabe, então ou seja, uma pessoa que chegou depois de mim ainda

pôde me ajudar [...] No começo eu não podia ter atendimento, porque eu não tinha o comprovante que eu morava em tal endereço. Então, quando você não consegue comprovar, você não tem atendimento. Então você sabe que tem um bebê dentro de você que você ainda não sabe se tá tudo bem [...] É, você tem que esperar. Então foi um desafio, foi um desafio. Depois, na questão de documentação, foi um pouquinho trabalhoso. Você tem que ficar perguntando pras pessoas: “O que que eu faço agora? Eu já fiz isso, eu já pedi esse documento, já pedi o outro. E agora onde é que eu vou?” Entendeu? [...] mas graças a Deus não paguei advogado. Fui só perguntando pras meninas desse grupo de WhatsApp o que que eu tinha que fazer. E deu tudo certo. Eu fiz o do meu filho, fiz o meu e fiz o do meu marido. E agora a gente vai fazer o da minha filha [...] com a ajuda das mães brasileiras. Que você vai pedindo informação, entendeu? Com a ajuda delas. As mães brasileiras, elas são muito empáticas. Elas sabem o que que é, o que que a gente tá passando. Então, uma vai ajudando a outra, entendeu? Aí fica mais fácil. (Entrevista 3º, dia 20 de abril de 2024).

As participantes foram questionadas sobre a possibilidade de terem se tornado pontos de apoio para outros familiares após alcançarem certa estabilidade na comunidade, incluindo emprego, moradia e amizades. A intenção era compreender se, por meio de sua experiência, elas passaram a oferecer suporte para parentes que também decidiram migrar, ajudando a facilitar o processo de integração, assim alimentando a corrente:

[...] Lá em casa teve três filhas imigrantes, a mais velha e a última, a pequena, veio ano passado, só que não se adaptou, ficou cinco meses. [...] Na época que veio, a minha irmã mais velha veio pra cá, aí ela casou. Veio eu, depois. No outro ano veio a minha outra irmã com o marido brasileiro. [...] E depois eu casei aqui com um espanhol. Quando eu voltei pro Brasil em 2009, todo mundo voltou. Todo mundo voltou pro Brasil. E eu fui a única que não me adaptei a ficar no Brasil. Sempre vou e volto, vou e volto né. Hoje no Brasil tá toda a minha família. Tá a filha, não tive filho aqui, só tenho uma filha. E toda a família tá no Brasil, só eu que tô fora. (Entrevista 1º; dia 16 de abril de 2024).

Minha filha [...] E olha que eu não queria que ela viesse [...] Ela pôs na cabeça que ela queria viver na Europa: “Eu queria viver [...]”. (Entrevista 2º, dia 17 de abril de 2024).

Ah, se eu ajudei alguém? Sim. Olha, de certa forma, sim. Na verdade, minha irmã, por parte do meu pai, procurou o meu irmão que morava com a gente: “Quero ir pra Espanha”. Beleza, vem, você vai morar aqui. Eu coloquei uma cama a mais no quarto da minha filha, na verdade, tirei o berço do meu filho, coloquei uma cama pra ela, esvaziei, guardei a roupa do meu filho, deixei pra ela. Foi o que eu pude fazer pra ajudar. [...] via uma roupa nos pontos que eles colocam roupa que eles não querem mais. Eu ia lá, [...] E comecei a fazer isso, sapato, roupa, na minha forma de poder ajudar. Entendeu? e aí ela veio. E o primeiro emprego dela também, eu conheci um rapaz brasileiro que trabalhava no mercado perto da minha casa, e justo dois dias depois que ela tinha chegado, a gente se encontrou com ele, falei: “Olha, essa é minha irmã, acabou de chegar, busca trabalho”. E ele falou, vou ligar pra minha tia que ela conhece alguém, e ela ficou trabalhando nesse emprego que ele arrumou pra ela, bastante tempo, então, de certa forma, sim. Minha outra irmã também que veio casada, eu aluguei um quarto pra ela morar do

lado da minha casa, depois, a mesma coisa, roupa que eu via que ia servir pra ela, já guardava, calçado, todos os trâmites de fazer cartão de *metro*, eu marcava *cita*, trâmite de fazer o papel pra ser atendido no centro de saúde, [...] e a outra *tarjeta*... [Pausa], ah! é do *empadronamiento*. Marcar *cita*, eu já faço geralmente quando a pessoa tá lá no Brasil, já pego o nome, já tenho o passaporte, já vou marcando a cita, porque demora, então já vou adiantando isso daí. (Entrevista 3º, dia 20 de abril de 2024).

Todas as participantes do estudo são mulheres, o que ocorreu de maneira não intencional, já que a pretensão era ter participantes de todos os gêneros. Apesar das tentativas de incluir homens na pesquisa, apenas mulheres demonstraram interesse em participar, voltado à pesquisa para estudos de gênero e dos processos da migração feminina. Outras coincidências surgiram, como as primeiras Redes de Apoio das participantes, também terem sido compostas por mulheres, e posteriormente, após alcançarem estabilidade, as próprias participantes terem se tornado parte da Rede de Apoio para outras mulheres, que migraram para a Espanha, o que reflete nas relações de suporte que permeiam suas experiências.

CONCLUSÃO

Ao observar os relatos, as Redes de Apoio tornam-se protagonistas em meio às descrições das participantes. Formadas por familiares, amigos e conterrâneos, esses mecanismos de inserção e acolhimento desempenham um papel crucial no amparo aos imigrantes em seus primeiros passos em um novo país, oferecendo suporte inicial e essencial. Através dessas redes, os imigrantes definem seus destinos, encontram estabilidade e segurança, e superam desafios como os expostos durante as entrevistas, como o trabalho informal, a falta de documentação e o isolamento social.

Outro aspecto observado entre os relatos é a aparente homogeneidade das experiências vividas, o que não se trata da imutabilidade das memórias, mas de identificar-se com outros indivíduos que viveram semelhante contexto social, político e econômico, proporcionando uma sensação de experiência compartilhada. (DELACROIX, 2018). Essa reconstrução identitária, revela memórias coletivas que reforçam o sentimento de pertencimento a um grupo e de solidariedade, alimentando as correntes migratórias e mantendo de modo duradouro as Redes de Apoio para os próximos migrantes que vierem.

No caso das participantes, existe um duplo pertencimento. Todas mantêm dentro de suas correntes de solidariedade atitudes de preservação de sua brasilidade. Falar em português, manter um forte vínculo com parentes e amigos no Brasil e criar laços de irmandade com outros brasileiros e imigrantes em seus contextos de trabalho, família, religião e lazer são

alguns exemplos dessa continuidade cultural. Ao mesmo tempo, essas mulheres também constroem novas formas de pertencimento dentro da Espanha, adaptando-se às dinâmicas locais sem necessariamente romper com sua identidade original. Esse duplo pertencimento se manifesta na conciliação entre seus hábitos, valores e tradições trazidas do Brasil e as exigências da nova realidade, permitindo-lhes não apenas se integrar no país de destino, mas também transformar o espaço ao seu redor por meio de suas presenças e influência de suas experiências migratórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BJERG, María; OTERO, Hernán. *Inmigración Sociales en la Argentina Moderna y Redes*. Tandil. CEMLA - IEHS. 1995;

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*. Florianópolis. v. 10, n. 23, jan/mar. 2018. Título Original: *L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?*

DEVOTO, J. Fernando. *Los Fundamentos de las Ciencias del Hombre - Movimientos Migratorios: historiografia e problemas*. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina. 1992;

Entrevista 1º concedida à autora em Getafe, dia 16 de Abril de 2024;

Entrevista 2º concedida à autora em Madri, dia 17 de Abril de 2024;

Entrevista 3º concedida à autora em Getafe, dia 20 de Abril de 2024;

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Ora*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

FIGUEIREDO, S. Carlos Vinícios. *Estudos Subalternos: Uma Introdução*. Dourados. UFGD. v. 4, n. 7, jan/jun. 2010.

LEVI, Giovanni. *Micro História e História Global. História Crítica*. Itália. n.º 69 (2018): 21-35. 2018. Tradução do italiano elaborada por Fredy Javier Ordóñez, editor na Ediciones Milserifas. Filósofo da Universidade dos Andes (Colômbia).

MISETICH, L. R. M; QUINTEROS, M. C. Q. *Los yugoslavos en la ciudad de Córdoba y su práctica asociacionista. El caso de la Sociedad Mutual Eslovena Yugoslava (1940-1955)*. Universidade Nacional de Córdoba. Argentina. 1996;

SAMUEL, L. BAILY. *Patrone de residencia de los italianos en Buenos Aires y Nueva York: 1880-1914*. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires. n. 1. 1985.

SPIVAK, Chakravorty. Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?*. Editora UFMG. 2023;

VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020;

C
A
P
Í
T
U
L
O

0
9

FÉ CORRUMPIDA E A AUSÊNCIA DE PERSPECTIVA NO TEMPO PRESENTE

Pedro Marcelo Taroço de Araujo



Este trabalho apresenta uma discussão acerca do filme “Fé corrompida”¹⁸ de Paul Schrader, uma produção estadunidense do ano de 2017 que aborda em sua narrativa as mudanças climáticas e a condição humana em meio a este problema. A trama do filme ocorre em torno do personagem Reverendo Toller (Ethan Hawke), um ex-militar que após a morte de seu filho torna-se capelão da igreja primeira reformada dos EUA. O reverendo encontra uma difícil missão quando é chamado para aconselhar Michael (Phillip Ettinger), o rapaz é casado com Mary (Amanda Seyfried), juntos eles esperam um filho, porém o marido teme que as condições climáticas são um grande problema para se trazer uma criança ao mundo.

Esta narrativa parte de um mundo cotidiano, e de personagens inseridos nesta vida do dia a dia. Agnes Heller (1972) aponta que é neste tempo e espaço que a história se desenvolve, nas particularidades do cotidiano os seres humanos transformam-se e transformam ao seu mundo de forma constante. Ao mostrar a mudança de perspectiva de vida que ocorre na vida de Toller no momento em que ele conhece o casal, o espectador acompanha esta jornada acerca das dinâmicas entre as condições climáticas, a fé e o futuro da humanidade.

O enredo do filme parte desta premissa, especialmente centrada no reverendo e suas indagações, por vezes ele demonstra uma fé abalada, e também dúvidas sobre os caminhos que sua igreja tem seguido. Tais questões acentuam quando Michael demonstra a ele que as mudanças climáticas presentes no mundo estão chegando a níveis incontornáveis, em que a nova geração não seria capaz de chegar à vida adulta sem serem refugiados climáticos. Preso em suas indagações, dúvidas e numa militância que fracassou, Michael comete suicídio, deixando uma carta para Toller.

O reverendo Toller é responsável por organizar os ritos fúnebres de Michael, como fora pedido na carta, isto faz com que ele assuma os fardos do falecido, e continue sua investigação acerca das mudanças climáticas, especialmente tratando da região onde vive. Toller descobre que sua igreja possui como financiadora uma das maiores empresas poluentes dos EUA, isto o deixa inconformado, por isso, seus sermões na igreja passam a ser mais severos, com mensagens mais claras de ação, e com forte teor de indignação. Por vezes, o reverendo afirma que é o momento de fazer algo, é preciso que alguém aja, porém, em sua igreja, poucos o escutam.

¹⁸ Dirigido e roteirizado por Paul Schrader, lançado em 2017, possui 113min de duração. O filme é uma produção estadunidense com Ethan Hawke e Amanda Seyfried. Título original: First Reformed.

Istvan Mészáros (2015) afirma que no tempo presente há uma grande dificuldade de mobilização coletiva, construir um futuro possível para a coletividade tornou-se um obstáculo gigante. No filme, isto fica evidente à medida que o reverendo sente-se sobrecarregado com a necessidade de uma mudança a nível global, mas que ele sozinho, não consegue dar conta. Nas indagações de Michael no início do filme, e de Toller mais próximo ao final, acreditar num futuro é como esperar um milagre, que está cada vez mais distante.

Alexandre Valim (2011) aponta que os filmes sempre abordam seu momento presente devido às forças sociais, políticas, culturais e tecnológicas que envolvem sua produção, e, portanto, expressam contradições de seu tempo presente. *Fé corrompida* apesar de ser uma narrativa fictícia, aborda muitas questões de seu contexto histórico, como a ausência de políticas efetivas de combate às mudanças climáticas, a dificuldade de enxergar o coletivo e as intersecções entre fé e mundo material.

O filme produzido por um diretor com extensa carreira, e um elenco com nomes importantes e famosos, teve uma recepção positiva da crítica e do público, mas sem grande expressividade nas bilheterias. Contudo, esteve em uma série de festivais de cinema internacional, sendo indicado ao Oscar de melhor roteiro original em 2019, e com a atuação de Ethan Hawke muito elogiada por canais de comunicação e críticos de cinema. A avaliação do filme dentro de seus pares e dentro de um chamado circuito comunicacional (consumo, mediação e produção) permite compreender melhor as intenções presentes na produção, sua recepção e possibilidade de reavaliação do próprio filme, que pode ser revisitada em outro contexto histórico.

Fé corrompida está inserido na grande indústria do cinema estadunidense, e apesar disto, apresenta um discurso que chega a criticar a estrutura social do país, e em outros a reforça. Sobre isto:

Se os indivíduos podem produzir seus próprios significados com os textos veiculados pela mídia, é porque a hegemonia é negociada, renegociada e vulnerável a ataques e à subversão, em uma relação em que o próprio cinema, contraditoriamente, oferece recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de suas identidades, em oposição aos modelos dominantes. (Valim, 2011, p.288)

Tal hegemonia negociada pelo filme permite que Schrader construa uma crítica às mudanças climáticas constantemente ignoradas pelo grande público, e pelos personagens da produção, ao mesmo tempo em que sobrecarrega a responsabilidade sobre o indivíduo, ignorando e não reconhecendo como um problema de ordem social inserido no capitalismo, por vezes, recaindo a uma questão moral.



Frame de Fé Corrompida. Reverendo Toller coloca na placa de entrada da igreja a frase “WILL GOD FORGIVE US?” (DEUS IRÁ NOS PERDOAR)

Um exemplo da preocupação do diretor com a questão moral é a maneira como ele tenta reconciliar a fé protestante com as condições de vida no mundo atual dos personagens. Em um dos diálogos entre Toller e Michael, este questiona ao reverendo se Deus irá perdoar a humanidade por aquilo que fizeram ao planeta. Tal questionamento ressoa por vezes em Toller, perguntando a outros a mesma pergunta, e tomando uma atitude mais contestadora dentro de sua igreja. Em uma cena do filme ele escreve a pergunta dita por Michael na placa de entrada. Toller expõe que cuidar do planeta, estar atento as mudanças climáticas é um dever tão sagrado quanto seguir os mandamentos.

Para mostrar a discrepância entre a ação individual e a estrutura social, o filme utiliza de planos mais próximos ao rosto dos personagens, permitindo ao elenco principal maior proximidade com a câmera e uma maior expressividade de sentimentos, contraposto por planos distantes e mais abertos na igreja, evocando a imensidão da instituição e a pequenez do indivíduo perante ela. Para acentuar esta dinâmica, o filme também usa do campo e

contracampo nas discussões mais acintosas de Toller com os outros personagens, isto constrói uma dualidade entre os argumentos do reverendo e os personagens que o contrapõe.

A sensação de melancolia e o questionamento na fé no filme são amparadas e reforçadas por um uso de cores escuras, com predominância do cinza e do azul. Na narrativa, isto contribui para acentuar o estado emocional de Toller, o sujeito que não consegue guiar suas ovelhas, e não encontra um ponto para conciliar a igreja e o meio ambiente. A esperança emocional do reverendo é a proximidade que ele possui com Mary, que cresce após a morte de Michael, ao ajuda-la a lidar com o luto, Toller se realiza ao apoiar que ela reconstrua sua vida, enquanto ele decide seguir com a missão do marido falecido.

Na percepção de Toller, ninguém está olhando para o problema como realmente deve, o personagem sente se sobrecarregado com a ideia de resolver o problema ambiental, que tem escala global. Neste sentido, o filme não encara tal questão como um problema social ou econômico, a atenção é posta apenas sobre a ótica individual, isentando as indústrias de sua responsabilidade perante as mudanças climáticas. Durante a trama, alguns personagens sugerem que a solução virá através de uma intervenção divina.

Roger Domenech Colacios e Santiago da Silva Andrade apontam que no presente momento, muitos pesquisadores utilizam do termo “antropoceno” para descrever a era geológica vivida pelo planeta e os seres humanos, entretanto, tal perspectiva tem tirado a responsabilidade do capitalismo perante as mudanças climáticas, e sobrecarregado sobre os indivíduos. Sobre isto:

O capitalismo nesses casos precisa apenas de um ajuste, uma adequação dada pela forma como os seres humanos se relaciona com o meio natural. Muitas vezes, nesses discursos, cabe uma solução tecnológica ou mudanças de hábitos para resolver a crise no meio ambiente. Não é questionado o sistema socioeconômico como um todo. (Colacios; Andrade, 2021, p.47).

Neste sentido, o filme de Schrader carece de uma perspectiva crítica perante o sistema econômico vigente, as indagações do filme pautam o campo moral e o credo religioso, e constroem uma narrativa reformista ante o sistema. Embora a produção represente problemas do momento histórico vivido, exerça algumas críticas a ele, não há uma perspectiva de superação do sistema socioeconômico vivido, pelo contrário, há uma proposta carregada de ênfase moral de atenuar os danos causados a *criação de Deus*. Sobre esta vertente do antropoceno, Colacios e Andrade afirmam:

Sociedades mais igualitárias, produção em menor escala, políticas participativas etc. o antropoceno para os eco-catastrofistas como uma forma menos agressiva de democracia liberal, ainda assim consumista e com as desigualdades controladas. (Colacios; Andrade, 2021, p.50)

A respeito de uma análise que considera de forma acertada a relação entre humanidade e natureza, Colacios e Andrade (2021) apontam que é preciso entender tal dinâmica dentro do Sistema-mundo, e as interações entre os vários países, estados e empresas. Os autores se alinham com a corrente de estudos ecomarxista que considera o capitalismo como principal responsável por estas mudanças bruscas no planeta. Sobre isto:

A desigualdade é o principal fator de desequilíbrio nas relações entre sociedade e natureza, por ser através deste mecanismo fundamentado durante o capitalismo que houveram trocas energéticas entre regiões globais, a transferência de recursos naturais (petróleo, alimentos, animais, seres humanos), provocando imenso desenvolvimento econômico de um lado e extrema pobreza de outro. Desequilíbrios sustentados economicamente e politicamente (militarmente também) pelas nações centrais. (Colacios; Andrade, 2021, p.50).

Além disso:

Não se trata de um conjunto de ações históricas da humanidade, em abstrato, que conduziu o planeta para uma nova era geológica. E sim o modo de produção capitalista, que faz uso ilimitado das condições gerais de produção, do solo, da água, da atmosfera. Entender o antropoceno é compreender as mudanças profundas que o capital promove nos sistemas terrestres, as mudanças climáticas, os excessos de produtos químicos em biomas e ecossistemas, a extinção da biodiversidade etc. (Colacios; Andrade, 2021, p.50).

Desta forma, *Fé corrompida* constrói sua narrativa em uma vertente que pretende abordar as mudanças climáticas, mas não promove sua superação. O protagonista do filme, que por vezes encontra dúvidas em sua fé e não consegue aconselhar seus fiéis, representa a incerteza e o medo em encarar um futuro que aponta para o colapso. O filme, inserido dentro dos EUA, a dita maior nação capitalista do mundo, não encontra soluções para que o país continue hegemônico e ao mesmo tempo que o meio ambiente seja salvo.

Jean Patrick Lebel (1989) entende que os filmes apresentam aspectos de ideologia, e entram em contato com um público tão diverso, que não é possível unificar sob uma vertente só. Por isso, é preciso compreender que o filme, assim como quem o assiste, é composto por contradições ideológicas, influências que se contrapõe e, por vezes, esbarram se em limites materiais, seja de filmagem ou de censura.

Com isto, é possível perceber como *Fé corrompida* consegue produzir aspectos críticos ao seu tempo presente, ao mesmo tempo em que recua perante alguns posicionamentos. Lebel (1989) aponta que não há um filme livre por completo da ideologia dominante, e desta forma, não há como esta produção livrar se por completo do capitalismo, mesmo que estabeleça uma crítica a ele.

A partir disto, é possível compreender justo as contribuições de Colacios e Andrade (2021) que o filme reforça a reificação dos problemas ambientais presentes no mundo contemporâneo. Ao focar nas escolhas individuais perante um desafio sistêmico e global, a

produção conduz os espectadores a uma falsa explicação dos fenômenos do tempo presente, e uma constante reinvenção do capitalismo, que como coloca os autores, se mostra falha.

Mészáros (2012) afirma que a ideologia serve para atenuar os conflitos existentes e também eternizar momentos particulares. As mudanças climáticas como são apresentadas em *Fé corrompida* são mostradas como inerentes aos seres humanos, como inevitáveis, sendo impossível de organizar um plano de contingência ou uma nova forma de vida. Com isso, o filme reafirma a ideologia dominante de seu país, e perpetua a manutenção deste sistema.

Sobre o estado em que o personagem de Toller encontra se, o crítico Arthur Tuoto afirma:

Schrader deixa muito claro que quem está em crise não é somente o homem pelo homem, mas as instituições pelas quais ele se devota. O protagonista, ao mesmo tempo que começa a ter uma consciência universal que o aterroriza, passa a se isolar e a se alienar. Uma meditação que parte da recusa pelo coletivo para enxergar, com maior clareza, a tragédia que a civilização contemporânea se tornou. (Arthur Tuoto, 2018).

Tuoto ainda acrescenta que o diretor preocupa se em referenciar a filmografia de Robert Bresson, diretor francês que teve em seus trabalhos uma perspectiva mais materialista perante as questões sociais. De acordo com este autor, Paul Schrader retoma as temáticas presentes em Bresson, contudo, sob um viés niilista em que não há o que salvar do mundo.

Sobre o momento contemporâneo em que a narrativa do filme é construída, e a própria produção se desenvolveu. Os EUA passavam pela primeira gestão do governo de Donald Trump (2017-2020), bilionário que por diversas vezes afirmou que o aquecimento global seria uma farsa. A posição do presidente com certeza reflete parte do pensamento de seu eleitorado, e também o influencia a pensar desta forma também.

O jornalista Paulo Portugal aponta para a melancolia construída em *Fé corrompida* que em alguns momentos relembra *Taxi driver* (1976) filme roteirizado por Paul Schrader, em que a questão social e o capitalismo também se fazem presentes na narrativa. Sobre isto:

“First Reformed” é um filme de fé (e dos seus limites) mas também dos conflitos do Homem. Talvez por isso a opção de uma estrutura formal muito marcada, em que a câmara serve de testemunha (de confessor?) aos dilemas que assaltam estas personagens. Seguramente, um filme destes tempos, seguramente da era Trump, em que o ‘aquecimento global’ é considerado como um incômodo não integralmente provado. (Paulo Portugal, 2018).

Com isso, é possível perceber que Schrader olha para a história do presente como inspiração para suas obras, e também para a própria história do cinema como referência para seus trabalhos. Na mesma perspectiva de *Fé corrompida*, o diretor produziu dois filmes posteriormente com intersecções entre a fé, tempo presente e a falta de perspectiva no futuro,

são eles *O contador de cartas* (2021)¹⁹ e *Jardim dos desejos* (2022)²⁰, ambos protagonizados por personagens masculinos com passados conturbados que entrelaçam a própria história pessoal e os anos recentes dos EUA.

Este olhar para os trabalhos recentes do diretor, permite compreender suas preocupações enquanto cineasta, e também entender a forma com que ele consegue desempenhar seus trabalhos em meio ao capitalismo. Tais obras, embora críticas em parte ao sistema vigente, ainda assim precisam convencer produtores e empresas a investir em sua confecção, e também precisam de retorno financeiro para que continuem a arcar com os custos dessas produções. Para além disso, é importante entender o papel da crítica enquanto fundamental para o estabelecimento de um diálogo com o cinema e com seu público, fazendo parte de toda a história deste meio.

Os críticos exercem, dessa maneira, uma função que precisa ser integrada aos trabalhos sobre a história do cinema e seu papel deve ser estudado em conjunto com a análise das temáticas do filme, na comparação com os filmes preexistentes e no estudo dos tipos de personagens e tipos de relações; uma perspectiva assim pode nos dizer muito sobre o período abordado. (Valim, 2011, p. 294).

O entendimento do circuito comunicacional em que o filme atua permite uma compreensão abrangente do papel exercido por estas produções no momento de seu lançamento, e também na apropriação que o público faz da obra.

Fé corrompida dialoga com seu próprio tempo na medida em que representa uma melancolia que tem sido típica do tempo presente, especialmente dentro daqueles que se mantêm atentos as mudanças climáticas. Tal preocupação não é inédita no cinema, mas tem tornado se mais palpável dentro de algumas produções hollywoodianas, e despertado o interesse de pesquisadores, cineastas e o público em geral.

Um olhar atento para o cinema junto as suas possibilidades de representação e recepção do público, permite a historiografia o contato com um mercado que constitui e é constituído pela opinião pública, exercendo influência na interpretação do presente e na construção do futuro.

¹⁹ Filme lançado em 2021, produção estadunidense dirigida por Paul Schrader. Duração: 111min. Título original: The Card Counter.

²⁰ Filme lançado em 2022, produção estadunidense dirigida por Paul Schrader. Duração: 111min. Título original: Master Gardener.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMENECH COLACIOS, R.; SILVA DE ANDRADE, S. Marx e o antropoceno: discussão teórico conceitual de um problema contemporâneo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 39–68, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.44848. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44848>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. [s.l.] Editora Paz e Terra, 1972.

LEBEL, Jean Patrick. **Cinema e ideologia**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2015.

PORTUGAL, Paulo. ‘First Reformed’ é um filme de fé (e dos seus limites) mas também dos conflitos do Homem. *In*: **Comunidade, Cultura e Arte**. [S. l.], 13 jul. 2018. Disponível em: <https://comunidadeculturaearte.com/first-reformed-e-um-filme-de-fe-e-dos-seus-limites-mas-tambem-dos-conflitos-do-homem/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

TUOTO, Arthur. First Refomed (2017): Extinção iminente. *In*: **Arthurtuoto.com**. [S. l.], 5 set. 2018. Disponível em: <https://arthurtuoto.com/2018/09/05/first-reformed/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VALIM, Alexandre. História e Cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. [S. l.: s. n.], 2011. p. 282-300.

O USO DO IJTIHAD NO REVIVER ISLÂMICO SAUDITA

Luisa Pastorini de Castro



C
A
P
Í
T
U
L
O

1
0

A *Shari'ah* é baseada e fundamentada na sabedoria e no que é de melhor interesse para as pessoas neste mundo e no outro. Ela é toda justiça, compaixão, benefício e toda consciência. Portanto, qualquer questão que se desvie da justiça para a injustiça, da compaixão para o seu oposto, do benefício para a corrupção e da sabedoria para a imprudência, não pode fazer parte da *Shari'ah*, mesmo que tenha sido inserida por meio de mal-entendidos. A *Shari'ah* é a justiça de Deus entre Seus servos, Sua misericórdia para com Sua criação, Sua sombra sobre Sua terra, e Sua sabedoria que aponta para Ele e para a veracidade de Seu Mensageiro (Al-Qayyim, 2023, p.7-8, tradução nossa).

Considere tudo o que há nos céus e na terra. No entanto, nem os sinais nem as advertências são benéficos para um povo que não crê (Alcorão, 10:101)

A *Shari'ah* é considerada o sistema compreensivo que engloba toda a experiência humana (Hashem, 2023). Se fundamenta como o conjunto de diretrizes corânicas que englobam os entrelaços morais, legais e epistemológicos, totalizando um conjunto simbólico que une a diversidade muçulmana. Tal corpo de princípios realiza a manutenção do sócio-religioso islâmico, conferindo as regulações para uma vida virtuosa por meio da concepção integrativa entre Deus e os homens.

Com a leitura dos textos literais (Corão e a *Sunnah*) é extraído o guia normativo do Islam, a *Shari'ah*, o ponto de referência eterno para materializar as concepções corânicas. Entretanto, devido à expansão do território do Islam para diferentes contextos geográficos, culturais e históricos, foi necessária uma articulação, metodologicamente embasada, para lidar com as problemáticas e demandas dos novos territórios (Kazemi, 2011) Além de compreender a maneira como o guia eterno poderia ser aplicado amplamente visando maximizar os benefícios para a sociedade.

Progressivamente, o *Usul al-Fiqh* (disciplina que elabora o modo de lidar com os textos literais) ganhou formulações teóricas para conduzir o corpo de escritos jurídicos corânicos deduzidos em tempo e espaço. De modo que analisar a melhor forma de uso da *Shari'ah* para a aplicação dos princípios corânicos em contextos humanos plurais seguiu marcando a história islâmica, como um de seus principais debates intelectuais. Como manter a integridade universal do guia corânico ao mesmo tempo que se utiliza dos particularismos do espaço/tempo para a atualização da mensagem fundamenta as interpretações sobre o *Usul al-Fiqh* e ganha, no contexto contemporâneo, força retórica nos movimentos de renovação da jurisprudência islâmica.

Para compreender como os estudos dos fundamentos da jurisdição (*Usul al-Fiqh*) são elaborados no contexto saudita contemporâneo e como é utilizado o mecanismo da *Ijtihad* (pensamento independente) é preciso clarificar a abordagem clássica onde os fundamentos e objetivos da lei islâmica ganharam corpo sistêmico. Al-Shafi'i (767-820), o primeiro jurista a

desenvolver uma categorização das fontes corânicas, defendeu a superioridade do Corão às demais fontes (apoiado nos pressupostos da escola de tradição). Shafi'i trabalhou a divisão dos guias corânicos em gerais e específicos, relatando a importância do contexto para a compreensão do guia e sua aplicação. Além de conceber a *Shari'ah* como uma formulação voltada à proteção dos cinco essenciais: religião (hifz ad-din), vida (hifz an-nafs), intelecto (hifz al-aql), família (hifz an-nasl), privacidade (hifz al-mal) (Ramadan, 2009).

As problemáticas que preocupavam Al-Shafi'i se comparavam com as do jurista Ibn Mūsā al-Shāṭibī (1388). Sendo, uma das principais, a questão do *Taqlid* (conformidade de uma pessoa aos ensinamentos de outra sem as devidas evidências) que ocorria devido a falta de apreensão dos fundamentos e objetivos da jurisprudência, atrelado a uma tradição que evidenciava a opinião em relação aos textos literais, gerando a imitação e o estancamento intelectual. Al-Shāṭibī se consolidou nos estudos do *Maqasid al-Shari'ah* (objetivos gerais da lei islâmica), o qual propõe a compreensão dos significados gerais do texto e não simplesmente o significado direto (Hashem, 2023).

Maqasid al-Shari'ah se inicia como uma disciplina secundária dentro dos estudos de fundamentos (*Usul al-Fiqh*) para resolver dilemas de evidências opostas. Isso significa que para a promoção de determinada lei, quando consultado o Corão e a *Sunnah* haver divergências entre as evidências ou mesmo falta de evidências sobre determinado assunto, os objetivos da *Shari'ah* poderiam ser usados como um fundamento para a formulação da lei (Auda, 2022). Possibilitando uma renovação jurídica (devido às diferentes realidades históricas), mas preservando os princípios corânicos.

A atenção concedida à importância dos objetivos gerais da lei islâmica na renovação jurídica em contextos distintos da época da revelação atentaram, também, a um renovado olhar sobre o mecanismo da *Ijtihad* (pensamento independente). Assim, a disciplina de *Maqasid al-Shari'ah* conferiria uma alternativa metodológica ao guiar os processos do pensamento independente.

Muitos estudiosos consideram a origem da *Ijtihad* como uma ferramenta inerente ao processo de leitura, interpretação e aplicação da mensagem corânica (Auda, 2022). A disparidade entre evidências do Corão, entre o Corão e a *Sunnah*, ou mesmo a falta de evidência sobre determinada problemática nas fontes literais levaram, a partir do segundo século islâmico, a estudos sistêmicos sobre o pensamento independente. Formalizou-se a *Ijtihad* como o esforço para se alcançar a evidência.

Como resolver o problema das evidências e aplicar o guia corânico a contextos diversos foi a primeira problemática dos estudos do *Ijtihad*. Seguido pelos debates quanto à hierarquia das fontes que guiaram o pensamento independente e sobre quem cairia o direito de realizá-lo. Assim, a ferramenta da *Ijtihad* seria essencial para tratar das expressões implícitas ou ambíguas, conferindo possibilidade de especificação e reinterpretação do texto firmemente constituído.

A RENOVAÇÃO JURÍDICA SAUDITA: UMA INTRODUÇÃO

É preciso o mapeamento dos pontos da formação do estado Saudi, em especial, referindo a sua “segmentação dos setores” para compreender o fenômeno contemporâneo do *Al-Sahwa Al-Islamiyyah* (o reviver islâmico) na Árabia Saudita. Visando a análise da importância e usos do *Ijtihad* (pensamento independente) para tal movimento, além de buscar o enquadramento no cenário contemporâneo dos projetos de renovação da lei islâmica. Utilizando dos debates jurídicos do golfo para observar esse período da história saudita e ampliando as visões sobre esse campo de pesquisa, o que justifica o estudo.

A formação desse Estado se valeu da disseminação das ideias do pensador Muḥammad ibn ‘Abd al-Wahhāb (1703-1792) entre os estudiosos de *Najd*. A premissa básica seria o desenvolvimento de um chamado islâmico contra todas as formas de imitação (*taqlid*) e associação/politeísmo (*shirk*), pensando um Islam regido pelo monoteísmo absoluto e sua unicidade (*Ahl al-Tawhid*). Assim, tal projeto de purificação da crença visava o retorno às “bases e práticas originais” do Islam. Nesse momento, a aliança desses estudiosos inspirados por al-Wahhab com a influente família *Ibn al-Sa‘ud* levou a promoção do primeiro estado Saudita, amparado na tentativa de separação e monopolização das esferas religiosa e política pelos dois grupos (Lacroix, 2011).

As invasões sofridas pela Árabia Saudita, a mando do poder otomano, especialmente pelo Egito, entre os séculos XIX e o início do XX, situam as discussões intelectuais, realizadas entre exclusivistas e inclusivistas, sobre os fatores que amparam um verdadeiro governante muçulmano. Os exclusivistas de *Najd*, defendendo a oposição a qualquer liderança não legitimada pela defesa do puritanismo das práticas e da crença, receberam apoio e notoriedade para a promoção da expulsão dos invasores (Al-Fahad, 2004). Fundamentando a dinastia *Sa‘ud* como detentora do poder de governança, a qual começou a delimitar sistematicamente as ações necessárias para estruturar e proteger o Estado: a unificação da comunidade diversa da península e a obediência e legitimidade pela linguagem e ferramentas do Islam.

Com a entrada do século XX e o estreitamento das relações do estado Saudita com os centros econômicos europeus e americano, foi possível a viabilização e incentivo do estado para projetos de modernização econômica e intelectual, especialmente após o governo de Faysal com a “modernização islâmica” (Lacroix, 2011). O desejo de desenvolver um estado progressista aos olhos ocidentais levou à necessidade da monarquia em patrocinar os “clérigos da modernidade”. Estudiosos que endossaram o caráter aberto e racional do Islam, legitimando o poder monárquico nos mesmos termos e estruturando um projeto de modernização (especialmente econômica), amparado na estabilidade e controle do ambiente interno saudita. Assim, esses clérigos apoiavam, pelos argumentos islâmicos, as tomadas de decisões e concessões feitas pelo estado saudita para adentrar ao centro econômico mundial.

Concessões estas que levaram a crítica de alguns estudiosos e a formação de Comitês para a consciência islâmica nos anos de 1960 e Comitês educacionais nos anos de 1970 (Lacroix, 2011). Prezando pela defesa da compreensão do Islam em seu modo compreensivo, ou seja, como credo, prática religiosa, conduta, *Shari'yah*, governo e sistema. Assim, se criticava as concessões políticas que limitavam o alcance dos princípios islâmicos e do conhecimento corânico. Pensando ser incongruente ações no âmbito da política internacional baseadas em princípios não islâmicos e uma pressão no sistema educacional para se “modernizar”, ao mesmo tempo que apoia a boa conduta social interna e o puritanismo da crença e práticas.

Nesse contexto, nomes de estudiosos e juristas ganharam destaque pela crítica da monopolização do corpo dos *Ulama* (eruditos) tradicionais e da falta de renovação na jurisprudência islâmica ao lidar com as demandas contemporâneas. Muhammad Nasir al-Din al-Albani (1914-1999) com seu trabalho sobre os estudos de hadith (*Ahl al-Hadith*) foi um dos precursores do movimento do al-Sahwa. Ao incentivar a renovação das pesquisas corânicas pelo estudo dos textos literais, e não pelos estudos de opinião (*Ahl al-ra'y*). Al-Albani legitimou, não apenas, a crítica à simples imitação da opinião de juristas famosos pelo corpo erudito, como também pensava que esse processo levava a degradação da mensagem corânica e o apagamento dos seus princípios fundamentais. O retorno às fontes projetando o Islam compreensivo e total era necessário para responder às atuais problemáticas.

FORMAÇÃO DO MOVIMENTO AL-SAHWA

Diversas são as respostas sobre a origem do movimento al-Sahwa na Árabia Saudita. Seria o resultado do conflito em âmbito educacional, gerando um movimento por vezes estabilizador ou desafiador da monarquia de acordo com suas capacidades de mobilização (Lacroix, 2015) ou resultado do autoritarismo saudita que levaria a formação de um grupo utilizador da linguagem moderna e inconformado com a tradição wahhabi (Al-Rasheed, 2015).

Considerando-o um movimento social local com dimensão sócio-religiosa, o seu dinamismo interno e suas relações com o cenário islâmico contemporâneo ganham relevância no processo de mapeamento do grupo. Com isso, o contexto dos anos de 1960/70, principalmente os episódios do Cerco a Meca e a Revolução Iraniana, condensam e demonstram a insatisfação de diversos grupos islâmicos pelo Oriente Médio com a corrupção, alianças com o ocidente, ações de elites ocidentalizadas e o apagamento histórico islâmico (Hamad, 2017). Assim, a característica integradora do movimento Al-Sahwa saudita começa pelo questionamento das tomadas de decisão da monarquia e a promoção do desejo de retorno da autenticidade islâmica em todas as esferas da vida.

Uma articulação sistemática, iniciada com a criação dos Comitês para a consciência islâmica e para a educação, revela uma rede de intelectuais ligados a centros de estudos de Hadith e universidades. Os quais passaram a se mobilizar por demanda para propor novos rumos para a política local e internacional saudita, ao mesmo tempo, integrar os novos estudos sobre o conteúdo e extensão do Islam como crença e política. Nesse cenário, uma das operações iniciais foi a afirmação do pressuposto islâmico de obediência e fidelidade da comunidade dever ser em relação a aplicação da lei. Por isso, demasiada atenção dada, por esses estudiosos, primeiro aos objetivos da lei islâmica para, posteriormente, adentrar estudos de caso reinterpretando antigas leis ou posturas cânones.

O Al-Sahwa, sem bandeira, diretrizes ou núcleo de integração, consegue ser mapeado como movimento e fenômeno social, primeiramente, pelas petições realizadas nos anos de 1990 (Hamad, 2017). A entrada de tropas estrangeiras para lidar com a guerra do Golfo (1990-1991) foi o fator chave para a integração dessa rede de estudiosos contra as posturas do Estado consideradas não islâmicas, ou seja, que feriam a integridade da *Ummah* pela falta de comprometimento com os objetivos da lei islâmica. No caso da Guerra do Golfo, a monarquia recebeu críticas por recrutar e viabilizar a entrada de tropas não islâmicas (no caso, a norte-americana) pelo território saudita para a resolução de um problema considerado local. Abrindo

um debate sobre os perigos de invasões ou intervenções com esse livre acesso americano ao Golfo.

A postura al-Sahwa construiu, corânicamente, argumentos para apoiar uma reformulação das alianças sauditas para sustentar uma conexão mais ampla entre os países muçulmanos. Assim, a questão do Golfo foi essencial para a divulgação da primeira petição Sahwa que demandava a introdução, pela monarquia, de reformas a nível institucional e legal, sujeitando a autoridade à ampliação e aplicação da *Shari'ah* e um maior comprometimento do Estado com o seu título islâmico.

Uma das primeiras petições, a Carta de Shawal (1991), resume algumas insatisfações e propostas de reforma, alertando para diferentes visões sobre o que delimita um Estado islâmico (Alshamsi, 2012). Além de informar sobre o debate intelectual em relação ao conteúdo da *Shari'ah* e como deve ser utilizada, possibilitando o mapeamento de processos de renovação da jurisprudência e do chamado islâmico no golfo.

Dentre os conteúdos da Carta estão o pedido de estabelecimento mais amplo do *Majlis al-Shura* (Concil consultivo); escolha de oficiais do estado pela competência e não por associação familiar; ampliação da política de distribuição dos bens públicos; restrição da mídia que não reflita a identidade muçulmana e desfazer alianças que contradizem princípios islâmicos. Todos os assuntos receberam a atenção jurídica com suas leituras das fontes literais para a promoção do pensamento independente, integrando o guia corânico normativo e as novas demandas contemporâneas. Visando demonstrar como a atualização das opiniões não seria algo externo ao Islam, mas que distinguiria a comunidade islâmica pelo apego aos seus princípios e libertação da dependência estrangeira.

O DISCURSO REFORMISTA E SEUS USOS DA IJTIHAD

O movimento Al-Sahwa, especialmente com os estudiosos Yusuf al-Qaradawi (1926-2022) e Salman al-Oudah (1956), enfatizou em suas petições e escritos jurídicos a importância da renovação do pensamento islâmico pela promoção da *Ijtihad*. Primeiro, devido às problemáticas contemporâneas requererem soluções não previstas nas opiniões jurídicas prévias seria necessária uma releitura das fontes literais para a atualização do guia corânico. De modo que a abertura a novas interpretações (amparadas a autoridade dos objetivos da lei islâmica) indicasse a necessidade, quase automática, de ampliação do uso governamental da *Shura* (consulta entre os estudiosos).

Também seria preciso promover um debate sobre os níveis de legitimidade e autoridade interna e externa. Devido a promoção da *Ijtihad* implicar no questionamento quanto a autoridade das opiniões prévias para assuntos contemporâneos e de círculos pré-estabelecidos de estudiosos. Além de sinalizar para a superioridade corânica em relação às demais fontes e para o caráter universal do Islam justamente por sua habilidade de atualização.

Para Qaradawi, o uso do *Ijtihad* para a resolução de problemas que não se encontram explícitos nas fontes corânicas garante a legitimidade do Islam em um ambiente hegemônico ocidental (SAIIN, 2021). Assim, a demanda por uma *ijtihad* coletiva direciona uma crítica às opiniões cânones, uma formulação jurídica atenta às problemáticas e necessidades atuais e os usos dos objetivos gerais da lei islâmica (*Maqasid al-Shari'ah*) para guiar o processo. A autoridade das fontes, em Qaradawi, segue a ordem: o Corão como a principal evidência para a promoção da interpretação; seguido pela Sunna como um contextualizador da revelação; o consenso e os princípios universais da lei (premissa da permissibilidade, ou seja, trabalhar pensando os direitos, permissões, utilidades e não as proibições); os objetivos da lei islâmica; a prioridade dos vivos sobre os mortos e o princípio de eliminação/diminuição dos danos. (Saiin, 2021).

Qaradawi (2010) ao tratar o problema dos polos, o extremismo e a negligência, propôs uma “jurisprudência do equilíbrio” pautada na aliança entre os muçulmanos. Para isso, metodologicamente, era preciso a atenção para os problemas fundamentais da *Ummah*, de modo que as questões gerais e universais pudessem guiar o tratamento das questões menores e específicas. Assim, Qaradawi concebia a não restrição da *Ijtihad* a determinados assuntos e, também, condenava a leitura de guias corânicos especulativos de modo definitivo. Deveria haver um equilíbrio entre a aderência ao texto e as intenções da lei, estendendo, assim, o conceito de renovação, sendo um dever coletivo sob os interesses da verdade, como consta no Corão: “*Allah* torna evidente, para vós Seus sinais, para os guiar. E que seja formada de vós uma comunidade que convoque o bem e ordene o conveniente, e coíba o reprovável.” (Alcorão, 3: 103-104).

Qaradawi (1998) adentra a história de um longo embate intelectual citando as críticas do jurista al-Qayyim (1350) àqueles juristas de visões limitadas cujas inflexibilidades levam ao distanciamento das leis da *Shari'ah*. Assim, Qaradawi aponta como o retorno e afirmação de princípios básicos corânicos leva a contestação dos cânones das opiniões de juristas, ao mesmo tempo que amplia os usos da *Ijtihad*, sinalizando o dever de qualquer muçulmano em coibir o injusto:

A fala e a opinião são bem governadas. Por causa da liberdade, ela foi classificada entre os deveres e obrigações e não entre os direitos e liberdades. É dever de um indivíduo proibir uma ação claramente errada... ele não é livre para escolher falar ou ficar em silêncio. Se ele fica em silêncio sobre a verdade, ele fala pela injustiça (Qaradawi, *State in Islam*, p.67, tradução nossa).

Assim, a *Ijtihad* em Qaradawi ganha o peso simbólico de promotor da renovação do pensamento em duplo sentido: reposicionar o estado natural dos conceitos e objetivos da lei islâmica, e propor transformações políticas e críticas quanto à *fiqh* tradicional. Podendo haver o que ele chama de “retorno ao Islam holístico (*al-‘auda ilā l-islām kullih*) e permitir a atualização da mensagem conforme o hadith narrado por Sahaabi Abu Hurayrah: “Será enviado a cada século à essa comunidade um reformador (*mujaddid*) para reviver a compreensão do Islam”.

Salman b. Fahd al-Oudah, em *Pitfalls in the Quest for Knowledge*, discute a importância do comportamento islâmico para a aplicação do *Maqasid al-Shari’yah*. É enfatizada a necessidade de aceitação da lei “pelo coração”, ou seja, a lei deve refletir o guia islâmico de forma integrada, ampliando o uso da *Ijtihad* de forma coletiva e total. Assim, os resultados do pensamento independente em busca de evidências deveriam ser compreendidos e aplicados pela comunidade. Concretizando a percepção de um Islam estável e flexível, contra a fixação no passado e a fascinação no futuro.

Oudah enfatiza a máxima da confiança sobre um governante muçulmano estar em sua aplicação da *Shari’yah*, possibilitando o questionamento da autoridade quando o guia islâmico não for utilizado em todas as esferas da vida. A *Ijtihad* é encarada como um mecanismo de legitimar o conhecimento islâmico internacionalmente pela possibilidade de conferir novas respostas. Assim, sua promoção significaria a libertação da opressão intelectual, da imitação e dependência.

POR UMA HISTÓRIA MULTIFACETADA

Concluimos que a discussão quanto aos usos do *Ijtihad* e da importância dos objetivos da lei islâmica para a promoção compreensiva da *Shari’yah* contemporânea, adentra, também, os debates sobre “o que é o Islam e um governo islâmico” com a identificação de normas, éticas e objetivos que orientam e limitam o uso do conhecimento adquirido (Ramadan, 2009).

O movimento do Al-Sahwa possibilitou uma crítica das dinâmicas políticas, principalmente quanto à falta de comprometimento com os princípios islâmicos nas suas relações políticas/econômicas internacionais; a insuficiente aplicação do consenso e a

monopolização do quadro das opiniões jurídicas. Ao mesmo tempo que conferia uma renovação jurídica ao propor debates quanto aos usos e aplicação do *Ijtihad* e do *Maqasid al-Shari'ah* para a resolução de problemáticas enfrentadas pela *Ummah* contemporânea.

O estudo do Al-Sahwa adentra a visualização dos debates internos sauditas, bem como o modo como o cenário saudi encara o processo de renovação intelectual contemporânea (*Tajdid al-Din*). O qual inclui os processos de politização e mobilização de massas, a linguagem do Islam universal anti-imperialista e os discursos sobre as definições de identidade islâmica. Aliando a reforma política à necessidade de compreensão da fé, ou seja, do que estrutura o Islam, suas características universais e eternas. Buscando uma renovação que afirmasse o caráter islâmico da sociedade e governo por meio dos universais que garantem a estabilidade e verdade da mensagem corânica.

Os debates jurídicos sauditas possibilitam, historiograficamente, um avanço para a compreensão da história local. Estudos quanto ao domínio do *Usul al-Fiqh* exploram a linguagem do Islam como essencial nas dinâmicas médio orientais. Viabilizando o abandono teórico simplista da “influência ocidental” ou “aversão ao ocidente” como condutor e transformador da história contemporânea. De modo a vislumbrar os debates corânicos como catalisadores de permanências e transformações que permeiam a comunidade muçulmana durante séculos. Nas palavras de Malek Bennabi (1905-1973): “Nenhuma entidade temporal ao longo da história humana jamais conseguiu substituir a única fonte de energia humana: a fé” (Shabbar, 2017, p.51). Assim, podemos pensar na tradição como um elemento vivo e a fé como um ato revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCORÃO. Tradução para a língua portuguesa por Helmi Nasr. Society of the Revival of the Islamic Heritage

AL-FAHAD, Abdulaziz H. From exclusivism to accommodation: Doctrinal and legal evolution of Wahhabism. **NYUL Rev.**, v. 79, p. 485, 2004.

Al-OUDAH, Salman b. Fahd. **Pitfalls in the Quest for Knowledge**. In: Islambasics.com. Acesso em: 21/01/2025

Al-RASHEED, M. Muted Modernists: **The Struggle for Divine Politics in Saudi Arabia**. London: Hurst & Company, 2015.

ALSHAMSI, Mansoor Jassem. **Islam and political reform in Saudi Arabia: The quest for political change and reform**. Routledge, 2012.

AUDA, Jasser. **Maqasid Al-Shari'ah as philosophy of Islamic law**. International Institute of Islamic Thought (IIIT), 2022.

EL-WERENY, Mahmud. Islamic Law Between Originality and Renewal: Yūsuf Al-Qaraḍāwī's Theory of the Renewal of Islamic Law. **Journal of Islamic Studies and Culture, USA: American Research Institute for Policy Development**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2016.

HASHEM, Mazen. **Maqasid Al-Shari'ah: A Civilizational Perspective**. International Institute of Islamic Thought (IIIT), 2024.

HAMAD, Amina Rahma Hussien. **The Relationship between Al-Sahwa Social Movement and the Saudi Regime, an Appraisal**. 2017. Dissertação de Mestrado.

KAZEMI-MOUSSAVI, Ahmad. Rethinking Islamic Legal Methodology with Reference to Maqasid al-Shari'ah. **ICR Journal**, v. 2, n. 2, p. 272-284, 2011.

LACROIX, Stéphane. **Awakening Islam: The politics of religious dissent in contemporary Saudi Arabia**. Harvard University Press, 2011.

LACROIX, S. Understanding Stability and Dissent in the Kingdom The Double-Edged Role of the jama'at in Saudi Politics. In **Saudi Arabia in Transition: Insights on Social, Political, Economic and Religious Change** (pp. 167-180). New York, USA: Cambridge University Press, 2015

QARADĀWĪ, Yūsuf. **Islamic awakening between rejection and extremism**. The Other Press, 2010.

QARADAWI, Yusuf. **State in Islam**. El-Falah, 1998.

RAMADAN, Tariq. **Radical reform: Islamic ethics and liberation**. Oxford University Press, 2009.

SAIIN, Asrizal. Methodological And Applicative Ijtihad Yusuf Al-Qardhawi In Solving Contemporary Issues. **Tasamuh: Jurnal Studi Islam**, v. 13, n. 2, p. 249-274, 2021.

SHABBAR, Said. **Ijtihad and renewal**. International Institute of Islamic Thought (IIIT), 2017.

VOLUME

3 COLEÇÃO ENSaios

REALIZAÇÃO:



DHI

Departamento de
História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DIVERSITAS

Fruto dos debates realizados na XXVII Semana de História da UEM, a Coleção Ensaio materializa o conhecimento em movimento. Organizada coletivamente por pesquisadores da área de História, esta série reúne trabalhos que se destacam pela análise crítica e pela capacidade de conectar o passado aos dilemas contemporâneos. Uma iniciativa que celebra o diálogo acadêmico e o torna acessível a todos os interessados em pensar a sociedade de forma mais profunda.



ISBN: 978-65-01-74418-6

CSL



9 786501 744186